UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA
Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental

MARKELLY FONSECA DE ARAÚJO

PLANEJAMENTO TERRITORIAL DO RIO GRANDE DO NORTE
As desigualdades socioespaciais em ação

(Versão Revisada)

São Paulo
2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA
Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental

MARKELLY FONSECA DE ARAÚJO

PLANEJAMENTO TERRITORIAL DO RIO GRANDE DO NORTE
As desigualdades socioespaciais em ação

Dissertação de Mestrado (Versão Revisada)

Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para defesa do título de mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Adélia A. de Souza

São Paulo
2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Ap ARAÚJO, Markelly Fonseca de
 PLANEJAMENTO TERRITORIAL DO RIO GRANDE DO NORTE:
As desigualdades socioespaciais em ação / Markelly
Fonseca de ARAÚJO ; orientadora Maria Adélia
Aparecida de SOUZA. – São Paulo, 2014.
196 f.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Geografia. Área de
concentração: Geografia Humana.

1. Desigualdades Socioespaciais. 2. Território
Usado. 3. Planejamento Territorial. I. SOUZA, Maria
Adélia Aparecida de , orient. II. Título.

Markelly Fonseca de Araújo

PLANEJAMENTO TERRITORIAL DO RIO GRANDE DO NORTE.
As desigualdades socioespaciais em ação.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e submetida à Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

BANCA EXAMINADORA

Orientadora (Presidente da Banca): **Maria Adélia A. de Souza**
Profa. Dra. Titular da Universidade de São Paulo – USP

Examinador: **Ewerton Vieira Machado**
Prof. Dr. da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Examinadora: **Tânia Maria Fresca**
Profa. Dra. da Universidade Estadual de Londrina – UEL

Data da Defesa: 28 / 01 / 2014

Ao povo Potiguar!
Um esforço de método
Algumas leituras territoriais
Intencionando a superação das dominações
E a ampliação da democracia e suas liberdades ...

“O contrário da miséria: não a abundância, mas o valor. O principal não é produzir riquezas, mas valorizar o homem, a humanidade, o universo.”

Pe. Lebre,
Princípios para a ação, 1965.

AGRADECIMENTOS

Àqueles que me conceberam a vida ...

Marcos Antonio e Francisca das Chagas

Aos meus laços fraternais ...

Marcelle e Mark Frank

*Pelo amor em me apoiar
no prosseguir do meu caminho ...*

À Universidade de São Paulo – USP na pessoa da professora Maria Adélia Aparecida de Souza por acreditar no desenvolvimento desse trabalho e, especialmente pela generosidade em ensinar um projeto de intelectualidade a partir dos princípios filosóficos em existir resistindo criticamente.

Lembrando os docentes das disciplinas cursadas, pelas posturas praticadas que em atrito com meu processo de formação ajudaram-me a reafirmar e refinar os conteúdos da Academia, ou a renunciar às práticas anti-intelectuais. Disponho-os na ordem cronológica das disciplinas cursadas: Prof. Dr. *Wanderley Messias da Costa* (disciplina: Geografia Política: Teorias sobre o Território e o Poder e sua Aplicação à Realidade Contemporânea), Prof. Dr. *Ricardo Mendes Antas Jr.* (disciplina: A Produção da Metrópole no Período Atual: Estado, Corporações e Organizações de Solidariedade), Profa. Dra. *Regina Maria Prosperi Meyer* (disciplina: Seminários de História da Cidade e do Urbanismo) e Profa. Dra. *Maria Adélia A. de Souza* (disciplina: Espaço Geográfico, Território e Sociedade: Revisitando o Método Geográfico).

É mister referenciar os colegas do Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental – LABOPLAN a partir do nome da técnica Ana Pereira representando todos que no cotidiano me deparei. De modo especial, alguns dos integrantes do grupo de orientandos da professora Maria Adélia, também frequentadores do LABOPLAN: James Zomighani, Maria Leidiana Mendes, Fábio Tozi, Denis Carloto, Jurandir Novaes, Leandro Henrique e Jacqueline Moraes. Com gratidão a James Zomighani, Maria Leidiana e Fábio Tozi pela leitura e interlocuções às primeiras versões do texto.

Aos funcionários dessa Universidade, particularmente aos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, aos da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana e aqueles da Superintendência de Assistência Social – SAS. Faz-se

necessário nomear alguns deles: da Secretaria de Pós: Rosângela e Firmino, da SAS: Sr. Ailton Paula Santos, Sr. João, Daniel, João Soares, Joilson, Edvaldo, Robson, Joyce, Ester, Maurício, Gilvan, Júlio, Erivelton, Alessandra, D. Maria Eudócia e Lucimara Troiano.

Lembrando também alguns professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN pelos ensinamentos primeiros: Anieres Barbosa da Silva, Aldo Aloísio Dantas, Edilson Alves de Carvalho, Maria Pontes Fonseca, Rita de Cássia da Conceição Gomes, Luis A. Cestaro e Tásia Hortêncio L. de Medeiros (*in memorian*).

Importante mencionar os funcionários dos órgãos ou repartições públicas do Governo do Estado do Rio Grande do Norte pelo esforço em auxiliar a busca por informações e disponibilização dos dados. Especialmente, os funcionários do Diário Oficial do Estado, Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças do RN, Secretaria de Estado da Infraestrutura e Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária.

Com carinho os amigos conquistados nas terras Potiguares: José Edvaldo Lopes, Rafael Pereira da Silva, Thiago Belo de Medeiros, Márcia Tavares, D. Teca, D. Itaécia, Adeilda, Júlia Varela e Ceíça. De modo especial, meus familiares: Denise Andrade, Erika, Bia, Rosenice Barbosa, Eunice, Joana, Aurélio (*in memorian*), Sebastiana, Kátia, Marcelo, Telma, Teresinha, Glauco, Leonardo e Daniel Araújo. Laços esses que me fazem retornar ao meu *caminho do campo* conforme me ensinou Heidegger.

Às pessoas especiais cativadas no decorrer dessa caminhada: Ana Paula Teixeira, Léia Silva, James Zomighani, Maria Leidiana Mendes, Eleni Nogueira, Janaína Schoeffel, Fátima de Queiroz, Sr. Gil e D. Tereza, João Estevam, Nelma Valente, Renata Mendes e Karel Montero. As quais cada uma a seu modo me motiva na convivência com o diverso.

Muitos daqueles aqui nomeados foram colaboradores e influenciadores na constituição desse trabalho, seja com um comentário a partir dos diálogos e interlocuções ou com uma visão de mundo distinta, ou ainda com a exposição de um fato ou contra-argumento e até mesmo pela própria coexistência na constituição de meus lugares. Esses atritos são ricos para complexar o pensamento. Outros, impossíveis de identificar, e, por conseguinte, nomeá-los, diante de lugares efêmeros que vivencie nas trajetórias até aqui:

*À todos meu carinho e gratidão
pela compreensão, estímulos e
confiança depositadas para a
concretização dessa grande etapa
de trabalho e formação ...*

RESUMO

ARAÚJO, Markelly Fonseca de. **Planejamento Territorial do Rio Grande do Norte: as desigualdades socioespaciais em ação**. 2013. 196f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Esta pesquisa dedicou-se à compreensão das manifestações das desigualdades socioespaciais singulares à configuração territorial do Estado do Rio Grande do Norte – RN. A difusão do meio técnico-científico-informacional nesse ente federado, que é formado pelas características do período histórico atual também intitulado técnico-científico-informacional, foi expressa pelas cartografias temáticas digitais na revelação da dialética territorial: zonas de densidades técnicas e zonas de rarefações técnicas. Essa base material desigualmente disseminada provoca a constituição de localidades desiguais nas quais poucos indivíduos possuem o acesso à mobilidade ocasionada pelo período (convergência dos momentos e aceleração do tempo) e os outros muitos são excluídos ou perversamente conectados. Geograficamente, segundo o território usado pelos Potiguares, depuraram-se usos territoriais que revelam as desigualdades socioespaciais na empiria em questão. O território usado é uma categoria de análise geográfica que permite decifrar num dado contexto o sistema de valores sociais: uso e troca na elaboração da base material da vida e sua dinâmica. As desigualdades socioespaciais são problemáticas do mundo do presente provocadas pelas contradições do sistema capitalista de reprodução socioespacial. Diante das expressões geográficas das desigualdades socioespaciais do território usado Potiguar foi trazido o planejamento territorial do Estado do RN ao debate por meio de sua organicidade e operacionalização. A matriz de periodização elaborada para fundamentar esta discussão é um instrumental técnico-analítico, que revela a leitura do movimento territorial historicamente constituído na identificação dos períodos do planejamento Potiguar. Desse modo, a prática desse planejamento ignora a *esquizofrenia do território*, seus *gritos* e seu caráter ativo: aconteceres mundiais se dando como vetores e as reações dos lugares como contra-racionalidades às verticalidades que lhes são impostas. Ao considerar o território apenas como uma referência geométrica e político-administrativa o planejamento beneficia o uso corporativo do território e a especialização de lugares, maximizando políticas segmentárias ao negligenciar a concepção do espaço banal, de todos os homens, firmas, instituições, organizações, ou seja, a coletividade, do território usado. A política esvaziada de conhecimento rigoroso, além de ser um retrocesso histórico é uma negação de seus princípios originais: para se agir é preciso conhecer, máxima dos filósofos gregos na formação da *polis*. O dever dos geógrafos é revelar o presente para possibilitar sua superação, pois somente a partir da compreensão da realidade acontecendo caminha-se para a constituição do *futuro como âncora*. Assim, encarar o mundo do presente, que se dá na *explosão do território* como uma *revanche dos lugares* cada vez mais pulsante nas cidades e outras formas de existência, reclama o retorno à Política como ação.

Palavras-Chave: I. Desigualdades Socioespaciais; II. Território Usado; III. Planejamento Territorial.

ABSTRACT

This research is devoted to understanding the manifestations of socio-spatial inequalities of the territorial configuration in the State of Rio Grande do Norte - RN. The spreading of technical-scientific-informational means in this state, formed by the characteristics of the current historical period, also called technical-scientific-informational period, was expressed by digital thematic cartography through territorial dialectic: areas of technical densities and areas of technical rarefactions. This unevenly spread material basis causes the formation of localities in which few individuals have access to the mobility brought by the mentioned period (convergence of moments and time acceleration) and many others are excluded or perversely connected. Geographically, according to the territory used by people from the state of Rio Grande do Norte, territorial utilization is purged, which reveals the socio-spatial inequalities discussed here. The territory utilized is a category for spatial analysis that allows figuring out the system of social values in a given context: use and exchange in the preparation of the material basis of life and its dynamics. The socio-spatial inequalities are challenges of the current world, caused by capitalist system contradictions that promote socio-spatial reproduction. Given the geographical expressions of the socio-spatial inequalities in the utilized territory, territorial planning of the State of RN was discussed considering its organics and operation. The array of periodization that supports this argument is a technical and analytical tool that reveals the reading of the historically constituted territorial movement in identifying the State of RN's planning periods. Thus, the practice of planning ignores the territory *schizophrenia*, its complaints and its active makeup: global happenings functioning as vectors and the reactions of places as counter-rationalities to the uprightness imposed on them. Considering the territory as a geometrical and political-administrative reference, planning benefits the corporate utilization of the territory and the specialization of locations, maximizing segmental policies while neglecting the notion of ordinary space of all the people, companies, institutions, organizations, that is, the community, of the territory utilized. The politics that lacks rigorous knowledge, besides being a historical backspace, is a denial of its primary principles: *to act you need to know*, an axiom of the Greek philosophers in the *polis* foundation. The duty of geographers is to reveal the present to enable its overcoming, because only through an understanding of ongoing reality, one walks to the constitution of the future. Thus, facing current world, in which happens the explosion of the territory as a revenge of the increasingly pulsating locations in the cities and in other forms of existence, demands considering politics as action.

Keywords: I. Socio-spatial inequalities; II. Utilized territory; III. Territorial Planning.

RESUMEN

Esta investigación se dedicó a la comprensión de las manifestaciones de las desigualdades socioespaciales según la configuración territorial del Estado de Rio Grande del Norte - RN. La difusión del medio técnico-científico-informacional en esta entidad federativa, que es formado por las características del período histórico actual también denominado técnico-científico-informacional, se expresó por la cartografía digital temática en la revelación de la dialéctica territorial: zonas territoriales de densidades técnicas y las zonas de rarefacciones técnicas. Esta base material desigualmente propagada origina la constitución de localidades desiguales, en la cual pocas personas tienen acceso a la movilidad causada por el período (convergencia de los momentos y el tiempo de aceleración) y muchos otros se eliminan o están perversamente conectados. Geográficamente, en función del territorio usado por les Potiguares puede depurar varios usos territoriales de los procesos que incitan la constitución de los lugares de desigualdades en la empírica estudiada. El territorio usado es una categoría de análisis geográfica que permite descifrar en un contexto determinado el sistema de valores sociales: el uso y el cambio en la preparación de la base material de la vida y su dinámica. En esta categoría se lanzan las tensiones de la sociedad en estudio. Las desigualdades socioespaciales son problemáticas del mundo del presente causada por las contradicciones del sistema capitalista de reproducción socioespacial. Teniendo en cuenta las expresiones geográficas de las desigualdades socioespaciales del territorio usado Potiguar fue trazado el planeamiento territorial del Estado RN para debatir a través de su organicidad y operacionalización. La matriz de la periodización elaborada para fundamentar esa discusión es una instrumental técnico-analítica, que revela la lectura del movimiento territorial constituido históricamente en la identificación de los períodos de planeamiento territorial Potiguar. Por lo tanto, la práctica del este planeamiento ignora la *esquizofrenia del territorio*, sus *gritos* y su carácter activo: acontecimientos mundiales como vectores y las reacciones que consiguen de lugares como contra-racionalidades a verticalidades que se les imponen. Teniendo en cuenta el territorio sólo como geometría de referencia y político-administrativas el planeamiento beneficia el uso corporativo del territorio y la especialización de los lugares, la maximización de las políticas sectoriales y de dejar de lado la concepción del espacio banal, de todas las personas, empresas, instituciones, organizaciones o sea, la comunidad, el territorio usado. La política carente de conocimiento riguroso, además de ser un retroceso histórico es una negación de sus principios originales: para actuar es necesario saber, la máxima de los filósofos griegos en la formación de la *polis*. El deber de los geógrafos es revelar el presente para permitir su superación, porque sólo a través de la comprensión de la realidad es que se va a caminar a la constitución del *futuro como ancla*. Así, el enfrentamiento al mundo del presente, que se revela por la *explosión del territorio* como una *revancha de los lugares* cada vez más pulsantes en las ciudades y otras formas de existencia, exige el retorno a la política como acción.

Palabras clave: I. Desigualdades socioespaciales; II. Territorio Usado; III. Planeamiento Territorial.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	vi
RESUMO.....	viii
ABSTRACT	ix
RESUMEN	x
LISTA DE ILUSTRAÇÕES (Esquemas, Figuras, Fotos, Pranchas, Quadros e Tabelas)	xiii
LISTA DE MAPAS	xv
LISTA DE SIGLAS	xviii
APRESENTAÇÃO	19
A FORÇA DAS IDEIAS NA CONSTITUIÇÃO DAS DESIGUALDADES, INTRODUZINDO.....	23
Capítulo 1 – OS CONTEXTOS DA COMPREENSÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	31
Desigualdades Socioespaciais: Dialética entre a abundância e a escassez	35
A formação socioespacial brasileira na constituição de desigualdades	39
O conhecimento geográfico sobre o território usado Potiguar: alguns antecedentes	42
A formação territorial norte-riograndense	43
Capítulo 2 – AS EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NO RIO GRANDE DO NORTE.....	50
Território usado Potiguar: alguns condicionantes e processos socioespaciais ...	55
O enigma das Paisagens Potiguares.....	77
As Zonas de Densidade e as Zonas de Rarefação no território norte-riograndense.....	85
Dinâmicas regionais de Desigualdades Socioespaciais no Território Usado Potiguar	96
Capítulo 3 – A POLÍTICA, UM PLANEJAMENTO, NAS MEDIAÇÕES DO MUNDO AO LUGAR.....	99
O planejamento e sua relação com a Política.....	106
A origem do planejamento territorial	111

O processo de planejamento Potiguar	115
Capítulo 4 – O PLANEJAMENTO POTIGUAR	120
A organicidade do planejamento Potiguar	124
Os sistemas de ação e operacionalização do Planejamento do Estado do Rio Grande do Norte	130
Capítulo 5 – O PLANEJAMENTO CONSIDERANDO O TERRITÓRIO USADO.....	156
Usos do território Potiguar segundo seu planejamento	160
Dos pactos territoriais funcionais ao planejamento do território usado	163
Por um novo paradigma	168
EM BUSCA DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL, CONSIDERANDO... ..	170
REFERÊNCIAS	174
Anexo 1 – Bibliografia Consultada	181
Anexo 2 – Tabelas completas	184
Anexo 3 – Regionalizações do Planejamento Potiguar	187
Apêndice 1 Mapa – RIO GRANDE DO NORTE: Limite político-administrativo e Base Cartográfica por Município. 2005.	196

LISTA DE ILUSTRAÇÕES (Esquemas, Figuras, Fotos, Pranchas, Quadros e Tabelas)

LISTA DE ESQUEMAS:

	p.
Esquema 01 – Metodologia da Matriz de Periodização.....	45
Esquema 02 – Matriz Periodização: Formação Territorial Potiguar.....	47
Esquema 03 – Matriz Periodização: Planejamento Territorial Potiguar.....	117

LISTA DE FIGURAS:

	p.
Figura 01: Estrutura do Poder Executivo Estadual do Rio Grande do Norte – RN.....	129

LISTA DE FOTOGRAFIAS:

	p.
Fotografia 01: Assentamento Rural na BR 226 caminho do Município de Tangará para Currais Novos – RN.....	33
Fotografia 02: Entrada no Município de Caicó – RN.....	33
Fotografia 03: Ponte de Igapó. Ao fundo a Ponte Newton Navarro (à esquerda) e os bairros da Cidade Alta, Petrópolis e Ribeira (à direita) no Município de Natal – RN.....	52
Fotografia 04: Bicicletas, Carroça e motocicletas ao lado de um comércio em frente à praça central do Município de Pedro Velho – RN.....	52
Fotografia 05: Estação coletora da Petrobrás no Município de Alto do Rodrigues – RN.....	83
Fotografia 06: Moradia na proximidade do hospital no Município de Alto do Rodrigues – RN.....	83
Fotografia 07: Núcleo Urbano no Município de Guamaré – RN.....	84
Fotografia 08: Parque Eólico no Município de Guamaré – RN.....	84
Fotografia 09: Moradia centro urbano no Município de Pendências – RN.....	84
Fotografia 10: Moradia periferia urbana no Município de Pendências – RN.....	84
Fotografia 11: Av. Rio Branco no Município de Natal – RN.....	85
Fotografia 12: Zona sul no Município de Natal – RN.....	85
Fotografia 13: Refinaria de petróleo no Município de Guamaré – RN.....	96
Fotografia 14: Prefeitura do Município de Natal – RN.....	101
Fotografia 15: Prefeitura do Município de Vila Flor – RN.....	101
Fotografia 16: Estabelecimento da Empresa Coca-Cola no Município de Mossoró – RN...122	
Fotografia 17: Estabelecimento da Empresa Coca-Cola no Município de Parnamirim – RN.....	122

Fotografia 18: Casa nas margens de rodovia estadual no Município de Açu – RN.....158

Fotografia 19: Lojas comerciais no Município de Mossoró – RN.....158

LISTA DE PRANCHAS:

	p.
Prancha 1: Praças centrais ou históricas dos municípios do território Usado Potiguar.....	79
Prancha 2: Hospitais ou Outro Estabelecimento de Saúde dos municípios do território Usado Potiguar.....	82

LISTA DE QUADROS:

	p.
QUADRO 01 – Os planos do território Potiguar.....	124
QUADRO 02 – Conceito de território nos Planos Potiguares.....	127
QUADRO 03 – Propostas dos planos Regionais no PPA 2008-2011.....	139
QUADRO 04 – Elaboração dos planos regionais PPA 2008-2011.....	150

LISTA DE TABELAS:

	p.
Tabela 01 – RIO GRANDE DO NORTE: Número de municípios por classe de população total nos censos demográficos. 2010.....	61
Tabela 02 – RIO GRANDE DO NORTE: Pessoas de 15 anos ou mais de idade, por existência ou não de pelo menos uma das deficiências investigadas, segundo o sexo e o nível de instrução. 2010. (Anexo 2).....	184
Tabela 03 – RIO GRANDE DO NORTE: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por cor ou raça, a posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal. 2010. (Anexo 2).....	185
Tabela 04 – RIO GRANDE DO NORTE: População e Produto Interno Bruto segundo metodologia para registro fotográfico por Municípios consoante universo da seleção. 2010. (Anexo 2).....	186

LISTA DE MAPAS

p.

Mapa 01 – RIO GRANDE DO NORTE: Localização no Território da Federação Brasileira.....	40
Mapa 02 – RIO GRANDE DO NORTE: Pessoas Residentes por Setor Censitário. 2010.....	56
Mapa 03 – RIO GRANDE DO NORTE: Moradores em Domicílios Particulares Permanentes por Município. 2010.....	58
Mapa 04 – RIO GRANDE DO NORTE: Moradores em Domicílios Particulares Permanentes com existência de Banheiro ou Sanitário por Município. 2010.....	59
Mapa 05 – RIO GRANDE DO NORTE: Moradores em Domicílios Particulares Permanentes sem existência de Banheiro por Município. 2010.....	60
Mapa 06 – RIO GRANDE DO NORTE: Domicílios Particulares Permanentes do total de Domicílios Recenseados por Município. 2010.....	62
Mapa 07 – RIO GRANDE DO NORTE: Domicílios Particulares Permanentes tipo Casa por Município. 2010.....	63
Mapa 08 – RIO GRANDE DO NORTE: Domicílios Particulares Permanentes tipo Apartamento por Município. 2010.....	64
Mapa 09 – RIO GRANDE DO NORTE: Domicílios Particulares Permanentes tipo Casa de Vila ou Condomínio por Município. 2010.....	65
Mapa 10 – RIO GRANDE DO NORTE: Domicílios Particulares Permanentes tipo Habitação em Cômodo de Casa ou Cortiço por Município. 2010.....	66
Mapa 11 – RIO GRANDE DO NORTE: População Urbana com alguma Deficiência Permanente por Município. 2010.....	67
Mapa 12 – RIO GRANDE DO NORTE: População Rural com alguma Deficiência Permanente por Município. 2010.....	68
Mapa 13 – RIO GRANDE DO NORTE: Taxa de Analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de Idade por Município. 2010.....	69
Mapa 14 – RIO GRANDE DO NORTE: Pessoas de 10 anos ou mais Ocupadas com vínculo trabalhista por Município. 2010.....	70
Mapa 15 – RIO GRANDE DO NORTE: Pessoas de 10 anos ou mais de Idade Ocupadas com Rendimento por Município. 2010.....	71
Mapa 16 – RIO GRANDE DO NORTE: Pessoas com 10 anos ou mais de Idade que ganham de meio até 1 Salário Mínimo por Município. 2010.....	72
Mapa 17 – RIO GRANDE DO NORTE: Pessoas com 10 anos ou mais de Idade que ganham de mais de 1 a 2 Salários Mínimos por Município. 2010.....	72
Mapa 18 – RIO GRANDE DO NORTE: Pessoas com 10 anos ou mais de Idade que ganham de mais de 2 a 5 Salários Mínimos por Município. 2010.....	73
Mapa 19 – RIO GRANDE DO NORTE: Pessoas com 10 anos ou mais de Idade que ganham de mais de 20 Salários Mínimos por Município. 2010.....	73

Mapa 20 – RIO GRANDE DO NORTE: Pessoas com 10 anos ou mais de Idade Sem rendimento por Município. 2010.....	74
Mapa 21 – RIO GRANDE DO NORTE: Pessoas com 10 anos ou mais de Idade por classe de Rendimento por Município. 2010.....	74
Mapa 22 – RIO GRANDE DO NORTE: Produto Interno Bruto (PIB) por Município. 2010.....	76
Mapa 23 – RIO GRANDE DO NORTE: Metodologia para registro fotográfico: peso da população municipal na população Estadual e PIB por Município. 2010.....	78
Mapa 24 – Infraestrutura de transportes no Estado do Rio Grande do Norte.....	87
Mapa 25 – RIO GRANDE DO NORTE: Estabelecimentos de Saúde por Município. 2010.....	89
Mapa 26 – RIO GRANDE DO NORTE: Consultório Isolado por Município. 2010.....	90
Mapa 27 – RIO GRANDE DO NORTE: Clínica ou Centro de Especialidades por Município. 2010.....	90
Mapa 28 – RIO GRANDE DO NORTE: Unidade Básica de Saúde (UBS) por Município. 2010.....	91
Mapa 29 – RIO GRANDE DO NORTE: Instituições de Ensino Superior por Município. 2010.....	92
Mapa 30 – RIO GRANDE DO NORTE: Consumo geral de Energia Elétrica por Município. 2010.....	93
Mapa 31 – RIO GRANDE DO NORTE: Consumo Comercial de Energia Elétrica por Município. 2010.....	94
Mapa 32 – RIO GRANDE DO NORTE: Consumo Industrial de Energia Elétrica por Município. 2010.....	95
Mapa 33 – RIO GRANDE DO NORTE: Fundo de Participação dos Municípios (FPM) por Município. 2010.....	131
Mapa 34 – RIO GRANDE DO NORTE: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) por Município. 2010.....	132
Mapa 35 – RIO GRANDE DO NORTE: Royalties Recebidos por Município. 2010.....	133
Mapa 36 – RIO GRANDE DO NORTE: Receitas Arrecadadas por Município. 2010.....	134
Mapa 37 – RIO GRANDE DO NORTE: Despesas Realizadas por Município. 2010.....	134
Mapa 38 – RIO GRANDE DO NORTE: Divisão em Mesorregiões por Municípios. 2010.....	136
Mapa 39 – RIO GRANDE DO NORTE: Regiões do Plano Plurianual por Municípios. 2008-2011.....	137
Mapa 40 – Regiões do Plano Plurianual do Estado do Rio Grande do Norte. 2012-2015.....	138
Mapa 41 – RIO GRANDE DO NORTE: Empresas, Indústrias e Organizações por Município. 2010.....	143
Mapa 42 – RIO GRANDE DO NORTE: Empresas de Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura por Município. 2010.....	144

Mapa 43 – RIO GRANDE DO NORTE: Indústria Extrativa por Município. 2010.....	145
Mapa 44 – RIO GRANDE DO NORTE: Indústria da Construção civil por Município. 2010.....	146
Mapa 45 – RIO GRANDE DO NORTE: Indústria de Transformação por Município. 2010.....	147
Mapa 46 – RIO GRANDE DO NORTE: Empresas de Atividades Imobiliárias por Município. 2010.....	147
Mapa 47 – RIO GRANDE DO NORTE: Empresas de Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas por Município. 2010.....	148
Mapa 48 – RIO GRANDE DO NORTE: Empresas de Informação e Comunicação por Município. 2010.....	148
Mapa 49 – RIO GRANDE DO NORTE: Empresas de Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados por Município. 2010.....	149

LISTA DE SIGLAS

CPEU/FAU-USP – Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte

IFRN – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologias

LABOPLAN – Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental

ONU – Organizações das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PPA – Plano Plurianual

RMN – Região Metropolitana de Natal

RN – Rio Grande do Norte.

SEPLAN-RN – Secretaria de Planejamento do Estado do Rio Grande do Norte

SUDENE – Superintendência para Desenvolvimento do Nordeste

SUS – Sistema Único de Saúde

UBS – Unidade Básica de Saúde

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (extinta)

USP – Universidade de São Paulo

APRESENTAÇÃO

A questão central desse trabalho é discutir os processos de intensificação das *desigualdades socioespaciais*¹ da realidade brasileira segundo as suas manifestações geográficas no Estado Rio Grande do Norte – RN, referência empírica da pesquisa. Integrante da federação brasileira, o *território usado*² Potiguar foi investigado através de sua formação territorial³.

O problema das desigualdades socioespaciais foi forjado pelo sistema capitalista de reprodução social a partir da *formação socioespacial*⁴ do país. Metodologicamente, o desvendamento das desigualdades socioespaciais singulares a formação territorial Potiguar se deu pela categoria de investigação geográfica do território usado.

Partiu-se do território usado para investigação geográfica das desigualdades por que essa categoria de análise suscita a depuração dos usos pelos sujeitos, individual ou coletivamente, em grupos organizados ou não, revelando a realidade acontecendo no presente e seu movimento. O território como abrigo, território como recurso, território como norma, território normado, território corporativo, território dos cidadãos, são alguns dos usos do território conceitualmente elaborados na obra do geógrafo Milton Santos.

Motivou-se estudar o RN pela raridade dos trabalhos na perspectiva metodológica deste texto. Essa afirmação decorre de duas experiências: a participação na pesquisa *Monitoramento e Uso do Território do Rio Grande do Norte: subsídios para a formulação de políticas urbanas e regionais* na qual se executou atividades técnicas; e a produção da monografia *Elementos para a compreensão da formação do pensamento geográfico Potiguar*,

¹ (SOUZA, 1994).

² Conceito elaborado por Santos (2007 [2000]), que é concebido para analisar a totalidade da sociedade segundo os usos que inscreve no tempo e espaço.

³ Uma observação quanto ao título deste trabalho. Ele foi alterado, mas a norma da pró-reitoria de pós-graduação da USP (Resolução CoPGr 8018 de 13 de out. de 2011) restringe alteração do título, assim permanece o título antigo para cumprimento da norma. No entanto, o título também é passível de julgamento, bem como de aprimoramentos do método, desse modo o novo título é: **PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS: Conhecendo o Rio Grande do Norte.**

⁴ (SANTOS, 2008 [1978]).

trabalho final de conclusão do curso de Geografia Bacharelado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

Na primeira experiência o contato com uma escola geográfica de vanguarda fez-se aprofundar e lapidar a fundamentação teórico-metodológica norteadora dessa dissertação e, ainda, instigou-se em abordar o RN numa concepção totalizante. Essa visão à época da conclusão do curso de graduação inexistia nos trabalhos da Geografia Potiguar⁵.

Pensar a realidade numa perspectiva de totalidade é um dos pilares da Escola de Geografia Renovada⁶. Desse modo, a Monografia *Elementos para a compreensão da formação do pensamento geográfico Potiguar* foi um primeiro esforço de exibição do território usado Potiguar de forma totalizante a partir da produção e concepção do ensino superior de Geografia no RN.

As *paisagens*⁷, horizonte visível, do território usado Potiguar suscitaram uma inquietação sobre o problema das desigualdades socioespaciais como um pernicioso e desumano movimento à vida e sua realização em totalidade (a disponibilidade ao sujeito de condições concretas para seu usufruto). Então, questionou-se: como se manifestam geograficamente as desigualdades socioespaciais?

Um dos primeiros dados investigativos do geógrafo, sem dúvida, são as paisagens, pois revelam uma concretude detentora de essências que precisam ser desvendadas para a compreensão da aparência (imagem material) das paisagens. A *configuração territorial*⁸, que é fonte de paisagens, é a expressão da base material (conjunto dos objetos técnicos e as heranças naturais) no presente na qual é possível visualizar a difusão do meio técnico-científico-informacional.

O mundo do presente dinamizado pelo período histórico técnico-científico-informacional se realiza através do meio *técnico-científico-informacional*⁹, no qual os objetos

⁵ Vale lembrar que atualmente existem alguns esforços numa concepção de totalidade, eles foram listados no Anexo 1, p. 181.

⁶ Leitura da geógrafa Maria Adélia A. de Souza sobre a obra do geógrafo Milton Santos. Essa denominação também foi anunciada por Santos (2012 [1988]) quando os geógrafos se preocupam com o movimento do mundo prezando um enfrentamento crítico da realidade e a atualização epistemológica da ciência geográfica.

⁷ O importante das paisagens não são imediatamente sua aparência, mas sim, sua essência na revelação dos acontecimentos solidários (SANTOS, 2012 [1988]).

⁸ (SANTOS 2008 [1994]).

⁹ (SANTOS, 2009 [1996]; SOUZA, 2002).

geográficos (fixos) são altamente modernos pela presença da técnica, ciência e informação como elementos animadores de suas funções. Esse meio atual insere objetos modernos no território como próteses para a realização do mundo constituído. A difusão do meio técnico-científico-informacional forma no território usado Potiguar exíguas porções territoriais de densidades técnicas margeadas por extensas porções de rarefações técnicas.

Segundo a literatura geográfica aqui utilizada a dialética territorial das desigualdades socioespaciais forma manchas territoriais densas de objetos geográficos de toda ordem, em contrapartida daquelas, onde a raridade é presente. São respectivamente denominadas, de *zonas de densidade* e *zonas de rarefação*¹⁰.

As porções territoriais de densidades técnicas possibilitam a realização de forma plena do meio técnico-científico-informacional, condicionando uma fluidez territorial e a instantaneidade da conexão mundo-lugar (*conexões geográficas*¹¹). Entretanto, as características do mundo do presente também são possibilidades para as contiguidades territoriais formadas pelas porções de rarefações. Todavia, essas possibilidades não se reverterem diretamente em realidade, pois são *um devir*¹², enquanto, a existência é a realidade vivida pelos sujeitos em suas localidades.

Como invenção humana e social a Política deve se dedicar à viabilização e manutenção da vida em uma coletividade. Assim, o planejamento foi chamado ao diálogo, pois, além dele ser um instrumental que viabiliza a conduta da política na elaboração dos sistemas técnicos destinados a manutenção da vida, em seus discursos e instrumentos existem diretrizes para o enfrentamento das desigualdades socioespaciais. Essa conduta política é observada por seus setores de ação normativa e territorial (usos) instituídas pela organização e administração pública.

Sendo assim, indagou-se como a prática do planejamento Potiguar é operacionalizada para o combate às manifestações das desigualdades socioespaciais em sua realidade. A operacionalização do planejamento do Rio Grande do Norte foi investigada por meio dos seus principais produtos, os Planos de Governo, legalmente estabelecidos via

¹⁰ (SANTOS; SILVEIRA, 2001; SOUZA, 2002; 2003c)

¹¹ (SOUZA, 1993).

¹² Inspiração existencialista, sobretudo segundo Beauvoir (1960). Observe que as fontes usadas apenas nas notas de rodapé encontram-se no Anexo 1, a partir da p. 181.

Constituição Estadual na busca pela concepção territorial trabalhada pelo sistema de planejamento do Estado.

As porções territoriais de raridades técnicas desencadeiam processos de escassez. Esses processos sonégam a vida ao indivíduo e quando não o deforma, mata. Evidentemente, não há uma determinação entre o sujeito que vivencia lugares estabelecidos a partir da condição de pobreza e a delinquência. Mas, esses lugares pressionam o desencadeamento de inúmeros problemas e, sobretudo, uma sobrecarga demasiada ao indivíduo que luta pela sobrevivência, ao invés de existir, viver e ser *feliz objetiva e subjetivamente*¹³.

¹³ Souza (2003b)

A FORÇA DAS IDEIAS NA CONSTITUIÇÃO DAS DESIGUALDADES, INTRODUZINDO...

O problema de pesquisa investigado nesta dissertação foi compreendido com base na fundamentação filosófica existencial e humanista da realidade, e interpretado pelo corpus teórico-metodológico da Geografia Nova e Renovada. Desse modo, se concebe que cada sujeito, independentemente de seus conteúdos existenciais, é herdeiro da humanidade e por isso ao mesmo tempo possui o dever de cuidar da manutenção da vida e o direito a tudo que de melhor existe propiciado pela evolução humana¹⁴.

Essa dissertação é um esforço de apreensão do mundo do presente¹⁵, que se caracteriza pelo predomínio do uso da técnica, ciência e informação proporcionando uma aceleração do tempo, mas essa condição se reverte desigualmente para cada sujeito mediante as localidades disponíveis à realização da sua vida (SANTOS, 2012 [1987]). Esse período histórico em transição possibilita uma convergência dos momentos no qual se forja a ilusão do encurtamento das distâncias geográficas, porque condição relativa à medida que depende das condições das localidades para uso do sujeito. O período histórico técnico-científico-informacional também proporciona a instantânea *conexão mundo-lugar*. Esses conteúdos direta ou indiretamente influenciam todos os campos da existência humana (SOUZA, 1993).

A partir da dinâmica desse período histórico constituem-se as expressões geográficas na forma do *meio técnico-científico-informacional* (SANTOS, 2009 [1996]; SOUZA, 2002; SOUZA, 1993). O meio técnico-científico-informacional é a base material composta pelos objetos geográficos do período atual. É o meio onde esses objetos do período são plenos e densos no território (SOUZA, 2003c).

Dada essa condição da atualidade vivencia-se uma contradição evidente: a disposição de diversos objetos técnicos para facilitar a manutenção da vida, em contrapartida os pré-requisitos para acessá-los. Há o discurso do direito ao uso, mas nem todos conseguem exercê-lo integralmente, mas sim de forma incompleta ou marginal. Essa contradição corrobora na intensidade das expressões de desigualdades entre as localidades. A formação das

¹⁴ Essa é uma das utopias que guiam os horizontes geográficos desse processo de formação e do projeto na vida acadêmica da escola de Geografia Renovada. No entanto, sua gênese é espacial sempre.

¹⁵ Denominado de *período técnico-científico-informacional*, ou ideologicamente denominado de globalização. Por que o termo globalização é considerado como metáfora do capitalismo (SANTOS, 2011 [2000]).

desigualdades socioespaciais na realidade brasileira se dá *pari passu* com a formação socioespacial do país.

As instâncias sociais: cultura, sociedade, política, economia e espaço, articuladas numa visão geográfica se revertem no cerne da constituição das localidades de desigualdades. Abordou-se uma condição existencial de desigualdades estabelecida pelo território usado Potiguar a partir da sua formação territorial. Segundo a configuração territorial observou-se a difusão do meio técnico-científico-informacional.

I.

Diversidade, distribuição e desigualdades são conceitos distintos, sendo esse último à problemática discutida a partir da Geografia nessa dissertação. O primeiro está ligado à cultura, o segundo a dispersão do estado de coisas que condicionam usos sociais e o último uma problemática social, porque corrompe as liberdades humanas, mantendo o indivíduo alienado, submisso e privado do quadro básico da civilidade.

Evidentemente, existe uma desigualdade social¹⁶ entre os homens, que é provocada pelas condições do sistema capitalista, regente das relações socioespaciais por excelência. Rochefort (2008) assegura que o capitalismo necessariamente gera essas desigualdades e que a diferenciação dos *níveis de vida*¹⁷ foi se aguçando a partir da fase do capitalismo industrial.

As **desigualdades socioespaciais** se processam de maneira diferenciada segundo a dimensão existencial de onde se observa. Nesse sentido, a dissertação possui dois aspectos substanciais: o primeiro um processo abstrato consoante à formação socioespacial que se cristaliza em usos do território; o segundo do ponto de vista concreto, a partir da constituição desses usos do território busca-se uma metodologia geográfica para compreensão desse problema socioespacial.

¹⁶ No primeiro momento chamamos a atenção para essa desigualdade social, todavia colocada à dimensão espacial torna-se desigualdades socioespaciais.

¹⁷ *Níveis ou condições de vida* são conceitos discutidos pelos autores: Pe. Lebreton, Pierre George, e Michel Rochefort. Todavia, para a realidade atual lidamos com o conceito de lugar.

Na dimensão teórica a compreensão entre as desigualdades de acessibilidade aos *objetos essenciais à sobrevivência*¹⁸ do indivíduo, advém de uma divisão segundo a agregação de valor econômico ao sujeito ao invés do valor humano. Essa problemática gera um comprometimento ao direito às condições básicas para a manutenção da vida quiçá ao acesso de objetos técnicos. Essas desigualdades se acirraram a depender do lugar¹⁹.

Sabe-se que o Brasil é um país em que sua formação se alimenta das desigualdades sociais por não oferecer um quadro básico para sua sociedade e pela ausência de um projeto de nação, um projeto político (RIBEIRO, 2012 [1995]). Diante da complexidade da vida, sobretudo sua agudez nas grandes cidades, a problemática das desigualdades socioespaciais provoca os estudiosos a pensarem em metodologias que desvendem caminhos de compreensão e superação. Particularmente, na realidade brasileira, malgrado políticas compensatórias e assistencialistas, a questão esbarra no estrutural revertendo-se num grande desafio para sua superação.

O horizonte visível da existência, exposto pelas paisagens, é o primeiro indicador geográfico sobre a compreensão das configurações territoriais a que se dedica o labor geográfico. Embora a paisagem seja apreendida pelo congelamento de um momento de tempo histórico, ela é resultado de formas e conteúdos das dinâmicas sociais que as produzem como tal naquele instante. Por isso sua compreensão deve concebê-la sempre em movimento, atentando para os atributos resultantes dos processos que as produziram, pois sua aparência não é necessariamente sua essência (SANTOS, 2012 [1988]). A atenção do geógrafo deve ater-se para desvendar as essências que produzem as paisagens.

Um instrumento técnico que congela a paisagem é a fotografia. Fez-se uso na abertura de cada capítulo de contrastes entre paisagens dos municípios²⁰ do Rio Grande do Norte atinando para a coerência com a discussão proposta em cada momento.

A propagação do meio técnico-científico-informacional é a evidencia factual da seletividade, da intervenção e preparação do território para uso do mundo “globalizado” pelos

¹⁸ A discussão do essencial advém da concepção existencialista e dos princípios do planejamento que deve prover as necessidades básicas do homem contidos na Carta de Atenas, Carta do Andes: alimentação, vestuário, abrigo e locomoção (ANHAIA MELLO, 1960).

¹⁹ Discussão do valor do lugar iniciada no livro *O espaço do cidadão* do prof. Milton Santos.

²⁰ Foram visitados 23 municípios para um registro fotográfico em que algumas fotos perpassam esse texto. Esses municípios foram selecionados mediante metodologia exposta em nota no capítulo 2.

agentes hegemônicos, por meio do uso corporativo (SANTOS, 2011 [2000]). A partir das zonas de densidades técnicas pode-se ocorrer uma *especialização de lugares* através de uma capacitação técnica e informacional (SOUZA, 2008).

II.

Mediante a configuração territorial das desigualdades socioespaciais visualizadas pela realidade Potiguar se extrai uma constatação elementar: a desigualdade entre os municípios norte-riograndenses, forjadas pela formação territorial do Estado Potiguar, criou um quadro no qual exíguos pontos do território usado são luminosos espriados por uma imensidão de opacidade.

O **território usado**²¹ é um híbrido composto por objetos (fixos) e ações (fluxos), no qual o uso inscreve o conteúdo social do contexto histórico do momento. Desse modo, o usado adiciona movimento ao território, porque o uso é social e muda com o fazer histórico, implicando numa constante revisão conceitual. “O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco da alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco da renúncia ao futuro” (SANTOS, 1994b, p. 15).

A partir do território usado pode-se chegar ao nível mais profundo da análise geográfica: o lugar. Os lugares que se estabelecem a partir de precárias condições territoriais disponíveis ao uso do sujeito são constituídos por processos de escassez. Nesses lugares, seja pela ausência, incompletude ou precariedade, dos objetos básicos para a reprodução do sujeito, a perversidade predomina. Esse é o fundamento geográfico para aprofundamento do estudo dos locais de desigualdades.

Uma dificuldade a ser enfrentada pelo planejamento está na condição de cada sujeito ser um mundo, um projeto, uma complexidade (ORTEGA, 1961). Impossível atingir a cada indivíduo e suas subjetividades a partir de um plano, mas há uma demanda real de se enxergar e enfrentar a realidade contemplando a sociedade em expressões de sua totalidade. Um

²¹ Conceito que concebe o território como sinônimo da sociedade em movimento no período atual (SOUZA, 2011b).

trabalho totalizante acarreta o afloramento de múltiplas possibilidades à ampliação das liberdades individuais.

O ser humano é um *projeto do vir a ser*, estar sempre em constituição, assim, oferecer uma *base material comum* (SANTOS, 2012 [1987]) para todos, suscitaria ao sujeito elementos para o seu realizar criativo. O mundo das ideias²², geograficamente estabelecido no que se entende por *psicoesfera* ajuda a entender a *tecnoesfera*²³, pois são indissociáveis, assim permite fomentar um sistema de valores diferente do atual.

A tensão entre o indivíduo (*projeto do devir*)²⁴ e a coletividade (vários mundos num mundo), ou melhor, sua sociedade, é questão complexa e desafiante aos estudiosos de planejamento. O caminho transcorrido por essa dissertação foi aquele em que o coletivo deve dispor de uma base material comum de condições existenciais elementares e essenciais coletivamente definidas. Esse é o debate.

O planejamento é um processo que deve enfrentar o presente conjecturando um futuro. Assim, a vida das pessoas em sociedade deve ser a preocupação primeira do ato de planejar, e, nesse sentido, uma das ideologias que seriam implícitas ao planejamento é viabilizar a felicidade de seu público mediante a elaboração de políticas totalizantes, isto é, concebidas territorialmente.

III.

A Política na forma do Estado-Nação brasileiro rege um planejamento. Coraggio (1987 [1982]) infere que o planejamento admite diversidade; Anhaia Mello (1960) exprime elementos e definições sobre o caráter processual do planejamento; Wilhem (1976) argumenta que o planejamento, em seu aspecto básico, se configura num instrumento de transformação

²² Quando se quer entender o homem e sua vida (espaço da existência) deve-se averiguar quais são suas ideias, nos ensina Ortega Y Gasset (2005 [1986]). Desse modo, a busca por conhecer a elaboração das crenças básicas do homem em sociedade dá subsídio para desvendar o reverso do mundo concebido, e suscitar caminhos para avançar na superação das alienações e escravidão.

²³ Psicoesfera é o reino das ideias, crenças, emoções, racionalidades produzindo sentidos, que tem seu par dialético na tecnoesfera, isto é, próteses territoriais, sistemas de engenharia, objetos técnicos/geográficos (SANTOS, 2009 [1996]).

²⁴ “Mas, a definição do homem é que ele é um ser que não é dado, que se faz o que é” (BEAUVOIR, 1960. p. 54).

da realidade. Se isso é verdade, o planejamento é o processo que viabiliza a concretização de políticas.

O **planejamento territorial** é um *instrumento da política* (SOUZA, 1981). Esse conceito advém da dimensão territorial, no sentido do território ativo²⁵. A discussão sobre o planejamento territorial possui seus pilares no mesmo contexto de formação do planejamento urbano e regional, porém mais precisamente sua primeira definição encontra-se na *Charte de l'Aménagement ou Carta de La Tourrette* na França na década de 1960 quando se chama a atenção para pensar sobre os equipamentos do território.

A formação socioespacial brasileira revela que o planejamento nacional ganhou uma organicidade a partir da década de 1930 com os planos econômicos. Na década de 1950 o planejamento territorial, por meio dos planos regionais, no Brasil começou a ser implantado fundamentado por técnicos e cientistas: sociólogos, geógrafos, urbanistas, sobretudo, economistas. A psicosfera da época era de debate sobre a formulação de um projeto nacional com base na industrialização.

Por sua vez, o território usado Potiguar implanta um embrião de seu planejamento em 1975 a partir das tentativas do planejamento nacional em erradicar as desigualdades regionais com a institucionalização da Superintendência para Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e os produtos regionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Desse processo, as primeiras regionalizações para o planejamento do Estado Potiguar foram elaboradas.

O conceito de território exercitado pelo planejamento do Estado do Rio Grande do Norte aprofunda as desigualdades socioespaciais em sua realidade, formando e intensificando as zonas territoriais de raridades e aquelas de densidades técnicas, foi a hipótese dissertada. Outrossim, constata-se que essa concepção territorial praticada pela política Potiguar é equivocada ao combate das desigualdades socioespaciais.

Essa dissertação possui uma conexão fundamental entre a Geografia e a Política, mais precisamente pelas implicações que o planejamento provoca na formação e movimento dos usos do território. Nesse sentido, objetivou-se compreender o processo de intensificação

²⁵ “O prático-inerte é uma expressão introduzida por Sartre, para significar as cristalizações da experiência passada, do indivíduo e da sociedade corporificadas em formas sociais e, também, em configurações espaciais e paisagens. Indo além do ensinamento de Sartre, podemos dizer que o espaço, pelas suas formas geográficas materiais, é a expressão mais acabada do prático-inerte” (SANTOS, 2009 [1996], p. 317).

das desigualdades socioespaciais em consonância com a prática do planejamento territorial Potiguar. Para tanto, buscou-se desvendar analítica e geograficamente as desigualdades socioespaciais da realidade norte-riograndense; Entender e exhibir o sistema de planejamento praticado no território usado Potiguar; Apresentar as metodologias do sistema de planejamento territorial de lida com as desigualdades socioespaciais norte-riograndenses; E conjecturar proposituras metodológicas que subsidiem o planejamento territorial.

Esse processo de pesquisa concretizou-se em cinco capítulos. O **primeiro capítulo** exhibe os contextos para compreender as expressões das desigualdades socioespaciais no território usado Potiguar. O processo de desigualdades socioespaciais surge intimamente ligado à instauração do capitalismo industrial. À maneira como a formação socioespacial brasileira adota as imposições do mundo particulariza a constituição das desigualdades em seu território normado. Esses são os contextos para a formação territorial Potiguar.

A realidade norte-riograndense, representada, principalmente, pelas cartografias temáticas digitais gera uma configuração territorial que é resultante de seu processo de formação territorial. Essa formação é a leitura geográfica sobre o delineamento político-administrativo e a constituição dos usos do território Potiguar. Sendo assim, através de variáveis da população e suas características de moradia e rendimento expressaram-se alguns usos atuais. Desse modo, a síntese territorial de desigualdades à luz das zonas territoriais de densidade técnicas e aquelas de rarefações demonstra a difusão do meio técnico-científico-informacional Potiguar e pode ser vista através do **segundo capítulo**.

Quando se entende o planejamento como processo forjado pela política a relação entre ambos é indissociável. As mediações do mundo (espaço geográfico) influenciam tanto na formação socioespacial brasileira como à formação territorial Potiguar. Sendo assim, o planejamento Potiguar em sua organicidade particulariza as racionalidades nacionais e mundiais. Então, discutiu-se no **terceiro capítulo** as origens do conceito de planejamento territorial observando as adoções do planejamento Potiguar e a noção argumentada nesse trabalho.

No **quarto capítulo** esmiuçou-se o sistema de planejamento Potiguar, seu desenho, as suas metodologias territoriais, enfim, seu processo de execução legalmente instituído por sua operacionalização: diagnóstico e prognóstico (planos). Desse modo, as regionalizações em prática pelo planejamento Potiguar por meio dos seus planos de “desenvolvimento”, a

concepção territorial de superfície de localização para a implantação de política e o caráter formal da ação planejadora são descobertas nesse capítulo.

O conhecimento geográfico sempre foi um saber estratégico e obteve uma relação com o poder em sua sistematização científica, pois é uma questão vital saber das coisas: onde estão, como são, por que são e para onde estão caminhando. Somente desse modo o planejamento consegue conjecturar proposições de ação. Nesse sentido, valendo-se dos usos do território Potiguar pelo seu planejamento incita-se a consideração do território usado como categoria de análise geográfica para concepção de políticas coletivas. Desse modo, reclama-se o retorno a Política como ação. Assim, chega-se ao **quinto capítulo**.

O trabalho científico deve ser rigoroso e criterioso oferecendo à coletividade o conhecimento de dados e uma interpretação. No caso da Geografia, a montagem das estratégias para a elaboração de políticas é implícita ao labor geográfico, porque um texto geográfico oferece o conhecimento do lugar, *espaço do acontecer solidário, coexistência e copresença*²⁶ dos sujeitos. Em outras palavras, a Geografia como ciência do *espaço geográfico* desvenda a constituição do mundo tecnicamente elaborado, e que se realiza de maneira singular nos lugares. A partir da compreensão do presente inventam-se medidas para a solução e enfrentamento dos problemas, desse modo *o futuro é ancora*²⁷.

Desse modo, a investigação na busca pela revelação da realidade permite extrair alguns rumos já em seguimento, atreve-se a propor alternativas, possibilidades, outras escrituras para o usufruto de todos, ou melhor, do território usado, porque usado por todos, pois banal. É mister lembrar como toda forma é conteúdo, a constituição das desigualdades socioespaciais tem seu arbitrário no mundo das ideias. Então, resta desvendá-lo para compreendê-lo na intenção de superá-lo.

²⁶ (SANTOS, 2009 [1996]; SOUZA, 2005).

²⁷ Santos (2009 [1996]) e Souza (2004a).

Capítulo 1

OS CONTEXTOS DA COMPREENSÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

“O escritor não deve prometer futuros felizes, mas, pintando o mundo tal qual ele é, suscitar a vontade de mudá-lo. Quanto mais o quadro que ele propõe for convincente, melhor atingirá esse objetivo: a mais sombria obra não é pessimista, desde que apele para liberdades, em favor da liberdade.”

Simone de Beauvoir,
A força das coisas, 2009.

Fotografia 01: Assentamento Rural na BR 226 caminho do Município de Tangará para Currais Novos – RN.
Fonte: Markelly Fonseca às 08h26min, 30 de dez. 2012.

Fotografia 02: Entrada do Município de Caicó – RN.
Fonte: Markelly Fonseca às 11h55min, 30 de dez. 2012.

Contrastes! A compreensão da realidade inicia-se pela busca de uma visão totalizante. O entendimento da realidade dialeticamente passa pela abordagem em conjunto e profundidade das contradições sociais, nas quais suas relações constituem o *espaço geográfico*²⁸.

O problema enfrentado por essa pesquisa surgiu da inquietação com as desigualdades entre as localidades²⁹ no Estado do Rio Grande do Norte. Primeiramente, visualizadas por algumas paisagens e, em seguida, pelos usos do território a partir da exibição da configuração territorial atual e o sistema de relações entre os municípios Potiguares – as horizontalidades constituídas pelos usos do território.

Ao transitar pelos municípios norte-riograndenses foram-se forjando questionamentos sobre as formas de existência expressas nas paisagens. Desse modo, a **fotografia 01** exibe uma diversidade da realidade nacional: o movimento daqueles que não possuem terra. A questão agrária³⁰ também é uma das problemáticas do território usado Potiguar devido à sua formação territorial. Desse modo, contrastou-se com outra realidade que se intensificou em Natal, a capital do Estado, em Mossoró, um importante centro regional do Estado, passando a timidamente existir em outros municípios como Caicó, por exemplo, uma forma urbana de habitar complexa e moderna: o edifício.

Na primeira fotografia a forma de habitação é bastante rudimentar e precária, denunciando perversas condições de existência e constituição de lugares onde a pobreza grita. Na imagem em contraposição (**fotografia 02**) há indícios de melhores condições de habitação que a anterior, pois no mínimo possui rede de distribuição de água, saneamento, energia elétrica, para não entrar no mérito de outras materialidades essenciais à manutenção da vida do ser humano.

Constata-se então que essas duas formas de habitação são deveras desiguais, porque na primeira há raridade de elementos que na literatura do planejamento chama-se de objetos

²⁸ “Nesse sentido propomos entender o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objeto e de sistemas de ação” (SANTOS, 2008 [1994], p. 86).

²⁹ Faz-se necessário distinguir local de lugar. Pois, local é a unidade geodésica e o lugar é um acontecer socioespacial que usa os locais conforme literatura geográfica dissertada.

³⁰ Não discutiremos essa questão, apenas a título de exemplo.

essenciais³¹ para a manutenção da vida. Na segunda fotografia eles possivelmente estão presentes e, talvez, de forma sofisticada.

Mas, factual e documentalmente pode-se assegurar uma pobreza material na primeira foto e uma melhor condição na segunda. Sobretudo, quando se analisa do ponto de vista da habitação, pois, a primeira foto retrata um coletivo de casas de taipa ou pau a pique grosseiramente construídas pelo próprio morador ou seu coletivo coexistente e na outra imagem a construção foi executada por um sistema mais complexo: empreiteiras de engenheiros e uma empresa construtora de imóveis, por exemplo. Na primeira paisagem há uma tensão social, porque ilegalmente estão dispostos nas margens da rodovia sob espreita de uma ordem de retirada. Na segunda imagem são outras tensões, mas toleradas.

Evidentemente, há pela análise das fotos uma diversidade entre os sujeitos em suas concepções de ser. Depreende-se que há diversidade nas relações dos sujeitos com a realidade, que são culturalmente ricas. Mas o problema manifesta-se quando as desigualdades oprimem e negam ao sujeito condições existências por sua raridade ou inexistência que dignificam sua existência.

Iniciou-se nas notas introdutórias desse texto, afirmando que o Brasil é um país no qual sua sociedade alimenta as desigualdades quando não define um projeto de nação e, dessa maneira, podem-se visualizar seus contrastes nas paisagens. Neste capítulo, a formação socioespacial³² brasileira evidencia o aprofundamento das suas desigualdades socioespaciais segundo as mediações do processo histórico de constituição do espaço geográfico.

Desse modo, toma-se conhecimento dos contextos em que a formação territorial Potiguar concebe suas desigualdades socioespaciais a partir da formação socioespacial brasileira.

Desigualdades Socioespaciais: Dialética entre a abundância e a escassez

Como surgem as desigualdades socioespaciais? Por que se vivenciam gritantes desigualdades socioespaciais?

³¹ Inspirado pelas discussões de Ortega y Gasset e Lebreton, como principais. Lembrando que o essencial é sempre criado pela relação entre a psicosfera e tecnosfera. Essa discussão encontra-se no capítulo 3.

³² A formação socioespacial é um aprofundamento da formação econômica e social de Marx pela incorporação do conceito de espaço geográfico.

Sabe-se que a pobreza se aprofunda às cidades industriais (ROCHEFORT, 2008). Mas, as **desigualdades socioespaciais** são problemáticas que expressam um processo a partir da constituição do espaço geográfico por suas dinâmicas socioespaciais capitalistas. Inicialmente, para entender as desigualdades socioespaciais há de se considerar de um lado a pobreza estrutural e perversa e do outro a riqueza altamente concentrada.

Essa combinação implica num paradoxo que “[...] se reverte a cada dia em um cruel, persistente e agravante sistema de pobreza, com todas as suas conseqüências desumanas: a fome, as epidemias, a violência, que afeta toda população brasileira, mas sobretudo os mais pobres” (SOUZA, 1994, p. 26).

O socioespacial está ligado à dimensão da realidade onde essas desigualdades se forjam. Todavia, discuti-las desconsiderando sua espacialidade é leviano ou no mínimo ingênuo. Como na ciência é inconcebível ingenuidade, ignorar o espaço geográfico é desconsiderar a História e seu movimento (SANTOS, 2008 [1978]).

Uma vez que se propõe compreender as expressões de desigualdades socioespaciais Potiguaras, primeiro é preciso buscar sua origem a partir da principal referência espacial: o Estado-Nação brasileiro. Geograficamente o Estado-Nação é resultado da formação socioespacial. Esse conceito decorre da inserção da dimensão espacial na Formação Econômica e Social de um Estado-Nação (SANTOS, 1979).

A construção do estado da arte sobre o tema dessa pesquisa identificou inúmeras reflexões sobre a problemática da Metrópole e Região Metropolitana; a complexidade das condições de vida: violência, poluição, congestionamentos entre outros; o planejamento urbano e regional, o planejamento das cidades dentre outras escalas de análise. A bibliografia é diversa e rica em metodologias dos mais distintos campos do saber científico.

Mas, ao se trazer o debate para as manifestações das desigualdades socioespaciais os trabalhos se reduzem. Alguns trabalhos em Geografia se dedicam a essa questão e evidenciam elementos que corroboram no desvendar dessa problemática, como, por exemplo, a discussão de Elias e Pequeno (2007) que colocam a moradia como uma das principais variáveis para desvendar os problemas das desigualdades socioespaciais.

De fato, habitação é uma materialidade que agrega uma magnitude de conteúdos existenciais e observando-a é possível captar elementos que exibem as desigualdades entre as localidades e sua população. A partir da disseminação do meio técnico-científico-informacional se expressam as variáveis do problema, uma vez que o mundo intensifica as

desigualdades socioespaciais que se acirram segundo os locais. É pelo meio técnico-científico-informacional que se enxerga o movimento e complementaridade entre os objetos geográficos.

Lipietz (1982 [1976]) trabalhou com a ideia de *quadro de vida*, sendo a reprodução social em sua existência material. O *espaço social* seria uma dimensão espacial desse quadro de vida. A habitação promove importante ênfase na rotação do capital, além de valor de uso, ela se metamorfoseia em tática do capital para o consumo colonizador do quadro de vida, ou seja, mobiliza o tempo-livre: televisão, eletrodomésticos, entre outras maneiras para influenciar na produção das necessidades subjetivas.

A habitação também se reverte em mercadoria, unidade de valor de uso e de valor de troca; renda social; e até mais valia, sobretudo para as classes médias. Mas, a habitação desempenha um papel integrador na formação socioespacial voltando ao “*quadro de vida*”, porém, hierarquizada na divisão social e territorial. Há uma contradição essencial entre o social e o privado em que o Estado pela intervenção pública absorve mercado e empresa sob a forma de um *capitalismo de Estado* e um *urbanismo totalitário* (LIPIETZ, 1982 [1976])³³.

Segundo uma compreensão econômica sobre o Brasil, Furtado (2002, p.21) afirma que o país “[...] tem uma renda dez vezes maior do que tinha [...], mas tem também maiores desigualdades, e os pobres continuam igualmente pobres”. Pensa-se que a pobreza se intensifica, porque o meio técnico-científico-informacional expressa possibilidades antes nunca vistas que o indivíduo pobre não consegue acessar, porque é “preso” ao seu lugar. Daí a intensidade da pobreza (SOUZA, 2003a)³⁴.

Por economia se entende que seja um sistema maior e totalizante que envolve um conjunto de atividades e decisões coerentes relacionadas à *produção, consumo e acumulação de determinada coletividade*. Assim, o conceito de economia³⁵ nacional envolve um sistema

³³ O autor desenvolve uma profunda discussão sobre as desigualdades nas formas de habitação e a sua utilização capitalista pela sociedade. É interessante também observar o conceito de cidade como aquela em que a divisão econômica e social do capital se materializa, e a partir do momento em que passa a ser forma material de existência ligada a uma sociedade de produtores livres e associados ela deixaria de ser cidade por que estaria ultrapassada a oposição campo-cidade.

³⁴ Esse também é um fundamento para a investigação das desigualdades socioespaciais intra-municipais. Entretanto, conforme já ressaltado não abordaremos essa escala.

³⁵ A economia é condicionada por ingredientes políticos (uso do poder). Dessa maneira deve-se considerar na matriz estrutural os conflitos e arbitragem do exercício do poder, a relação de força entre as classes historicamente estabelecidas e as decisões econômicas de maior significação. É ingênuo isolar os sistemas de economia e política sob pena de não compreender o funcionamento da economia nacional. Assim, é preciso considerar a simultaneidade entre as decisões políticas e econômicas, e, sobretudo, das relações sociais que são

econômico e um sistema político que contribui decisivamente na diversificação dos usos do território (FURTADO, 2008 [1975]).

Geograficamente, para expressar as desigualdades socioespaciais se trabalha com as contradições. Assim, os grandes pares dialéticos de compreensão da problemática dessas desigualdades são os conceitos de abundância e escassez. O primeiro diz respeito ao acúmulo e o segundo as privações geradas pelo sistema de relações socioespaciais. Esses processos correspondem territorialmente às porções de densidades e rarefações ou fluidez e viscosidade do uso do território (SOUZA, 2003c).

Diferenciação de áreas foi um método utilizado em demasia pelos geógrafos clássicos da escola francesa na busca pela formação ou identificação de regiões. Mas, há uma distinção substancial entre diferenciação e desigualdades. No campo da diferenciação há um agrupamento entre os conjuntos de homogeneidades enquadrando realidades em regiões ou tipologias hierárquicas ou não, divergindo das desigualdades, pois estas se agravam com a eclosão do sistema capitalista no qual a essência das relações sociais pelos sujeitos é desigual. Tratar das desigualdades é questão complexa, porque cada homem é um mundo, um projeto (ORTEGA Y GASSET, 1961). Mas, é preciso encará-las.

É evidente que as contradições e diversidade sempre existirão, pois, essencialmente os homens são diferentes (ORTEGA Y GASSET, 1961), logo constituem territórios, regiões, lugares e paisagens que expressam essas diversidades. “Indiscutivelmente não se trata apenas do diverso, mas do desigual” (SOUZA, 2002, p. 2).

De qualquer modo, o homem sempre aspira melhorar sua situação de vida, acender a melhores condições além de onde está (FURTADO 2002)³⁶. Assim, por mais que se neguem as desigualdades socioespaciais na sua gênese, ainda que a conjuntura tenha “melhorado”, aparentemente, na extensão de benefícios a uma maioria galopante, a aspiração humana de sempre avançar diante do meio em que está inserida leva-se também a desejar a mudança nos usos do território de modo a tornar acessíveis a todos os elementos essenciais para a reprodução da vida coletivamente concebidos.

suas estruturas. “Portanto, o estudo da economia tem suas raízes no conhecimento das estruturas sociais e na forma como nessas estruturas se geram as relações de poder” (FURTADO, 2008 [1975], p. 33).

³⁶ Pierre George *et. al.* (1968), Le Corbusier (2008), Ortega y Gasset (1961) asseguram que o homem sempre aspira a melhorar sua condição de vida. “A mais fundamental necessidade do homem consiste em ser mais do que já é, a partir de tudo que já adquiriu, das possibilidades que estão nêle e daquelas que lhe são apresentadas por seu meio físico, econômico, social e cultural. A necessidade sempre é relativa a uma pessoa e ao ambiente ou meio em que esta deve desenvolver-se” (LEBRET, 1962, p. 17).

Desse modo, desigualdades socioespaciais são resultantes de um processo geográfico de agudos contrastes entre localidades e constituição dos lugares que se reverte em processos opressores para alguns indivíduos, ou seja, o processo de desigualdades socioespaciais atribui valores distintos as localidades e seus subespaços³⁷.

A formação socioespacial brasileira na constituição de desigualdades

O Brasil é um país federado (**Mapa 01**), resultado da implantação do regime republicano. A questão do federalismo brasileiro confunde-se com a própria formação do Estado Nacional e a problemática do pêndulo de centralização e descentralização do poder³⁸. Essa organicidade implica a operacionalização do planejamento conforme será argumentado nos capítulos 3 e 4.

A formação socioespacial brasileira, que nesse momento histórico revela um imaginário de país emergente, mas desigual, exhibe uma questão estrutural³⁹ para a resolução das desigualdades socioespaciais. Pois, a problemática estrutural sempre vem à tona. Furtado (2009 [1959]) examinando o contexto histórico brasileiro enxergou e se debruçou sobre as desigualdades regionais, que naquela época foi denominada de questão regional.

O Estado pode ser uma forma de conhecer a sociedade, pois a sociedade o funda para reger políticas necessárias à organização da vida coletiva. Por isso em sua essência não visa lucro. O caráter intervencionista é um dos movimentos das mediações estatais (IANNI, 2004 [1988]).

³⁷ A inspiração para a discussão sobre a atribuição de valor aos locais foi retirada principalmente de Santos (2012 [1987]).

³⁸ O federalismo é uma agregação de entidades federativas que leva em conta a democracia (visando o bem comum e a justiça social) e a autonomia (liberdade de decidir sobre os destinos, contemplando aspectos dos indivíduos). Assim, a federação é uma conformação institucional que sustenta complexas estruturas dos entes federativos que deveriam ser simultaneamente autônomos e integrados (HOFMEISTER; CARNEIRO, 2001).

³⁹ A estrutura aqui é compreendida como uma construção social organizada pelo homem em sociedade. É um conjunto totalizante *subordinada-subordinante*, se movimentando pelas suas formas: o modo de produção é uma delas (SANTOS, 2008 [1978]).

Mapa 01 – **RIO GRANDE DO NORTE: Localização no Território da Federação Brasileira**

Mas, o interesse geográfico focaliza o papel do Estado como variável investigativa das ações políticas no acirramento das divisões territoriais do trabalho e crescimento urbano, com implicações no uso do território e na instituição das desigualdades socioespaciais, pela ação das empresas hegemônicas nacionais e internacionais, principalmente (SANTOS, 2009 [1990]). Eis as desigualdades socioespaciais geograficamente produzidas: pelo uso do território das grandes corporações. A busca pela revelação do papel do Estado, na forma do Governo Estadual Potiguar traz à tona a trama de negociações e pactuações políticas dessa realidade estudada. Tem-se aqui o que Santos (2012 [1987], p.133) denominou de “*pactos territoriais funcionais*”.

Outrossim, inspirou-se em Santos (2009 [1990]), quando ele desenvolve a tese da metrópole corporativa e fragmentada⁴⁰, para a compreensão do planejamento corporativo do território. Assim, o Estado ao projetar o território em benefício das empresas/corporações (enfoque economicista), fragmenta-o e produz as zonas de densidade e as zonas de rarefação. Isto é, no contexto dessa dissertação, a demonstração da existência das desigualdades socioespaciais, a partir do uso corporativo do território.

Conforme o Estado utilizar seus recursos para facilitar direta ou indiretamente a concentração da produção, ou utilizá-los para fornecer serviços locais à população, os resultados serão bem diferentes. “Mas o problema não é só querer, e sim também poder, uma vez que as concentrações levam aos monopólios, e estes compartilham com o Estado tanto a poupança popular como o poder decisório que utilizam em favor próprio, ou seja, agravam ainda mais a concentração” (SANTOS, 1979, p. 100).

A ação do Estado brasileiro atual ainda sobrepõe o uso corporativo do território sobre o seu uso como abrigo, investindo na preparação do território para as empresas. “De tal forma, o Estado acaba por ter menos recursos para tudo o que é social” (SANTOS, 1998, p. 17).

Em estudo sobre a Constituição de 1988, Santos (2012 [1987]) é categórico na afirmação de que no Brasil inexitem cidadãos, existem consumidores que esperam privilégios do Estado. Há uma deformação na concepção da cidadania e no exercício político, ocasionando a produção de leis que não vislumbram as reais urgências territoriais valorizando alguns agentes territoriais em detrimento de outros, gerando desigualdades.

Igualmente contundente é Ribeiro (2012 [1995]) ao dizer que nunca houve no Brasil (em sua formação) um sentido de povo (que agrega todos os direitos). Aproxima-se a ideia de direito elementar: trabalhar para vestir-se, nutrir-se e morar, defendida pelo referido autor, como as necessidades objetivas do planejamento humanístico. No processo de formação do Povo brasileiro foi uma primazia para o lucro a exploração de uma força de trabalho atrasada e famélica (nenhuma atenção às condições de sua existência) (RIBEIRO, 2012 [1995]). Esse espírito explorador herança do processo de colonização, atualmente, ainda ofusca e aprisiona o sentimento em construir uma nação brasileira a partir de um projeto político.

⁴⁰ Corporativa por que o Estado prepara o território para as empresas e fragmentada por que cria lugares rarefeitos de objetos de cidadania para a sociedade

As heranças coloniais revelam como foi ocupado o território geopolítico e o jeito de fazer política, mas, também constituem alguns dos conteúdos que dão ligadura ao território usado brasileiro. Como a problemática das desigualdades socioespaciais está ligada à sociedade capitalista, há um impasse evidente, pois seu enfrentamento real, não apenas paliativo, se dá na mudança de relação social, na ruptura estrutural, numa revolução territorial. Eis o novo e grande paradigma a ser criado.

O conhecimento geográfico sobre o território usado Potiguar: alguns antecedentes

Os trabalhos em Geografia sobre o tema do planejamento territorial no enfrentamento das desigualdades socioespaciais na escala estadual são inexistentes⁴¹. As escalas de análise são sempre numa escala municipal ou regional, e quando escala estadual segundo um uso específico do território, como o turismo, por exemplo. Destaque para o município de Natal que possui registro de inúmeros trabalhos tanto numa abordagem urbana como do seu planejamento.

Entretanto, os níveis normativos: Federal, Estadual e Municipal não devem resumir o enfoque geográfico, os processos dos usos do território não se restringem a limites georeferenciados ou político-administrativos. Resta-nos enfrentar esse desafio e avançar metodologicamente, sob pena de não enxergar o movimento do real-concreto.

Alguns esforços nesse sentido foram edificados segundo as escalas a nível municipal e na investigação de um setor específico ou temático. Os trabalhos acadêmicos se aprofundam sobejamente em um aspecto da realidade: planejamento do turismo, atividade pecuarista, atividade ceramista, fruticultura irrigada, por exemplo.

Os trabalhos de Geografia Potiguar⁴² possuem diversos métodos de abordagem científica, todavia, raros são aqueles que fornecem informações ou dados para o

⁴¹ Eles não constam do sistema de referências da Biblioteca Central Zila Mamede e na Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Há alguns numa perspectiva abrangente, porém dando ênfase a setores econômicos, como o sal, o turismo ou mesmo abrangendo apenas um município ou a Região Metropolitana de Natal – RMN, em específico. Vide o Anexo 1.

⁴² Nos trabalhos que abordam o RN como um todo há: Gomes (1998) advoga sobre o conceito de construção do território criação dos municípios e algumas economias, mostrando alguns elementos de rugosidades quando trata das praças centrais e os aspectos de sua formação a partir do período colonial. Já Costa (1977) expõe uma leitura sobre os aspectos tradicionais das funções urbanas, rede urbana, hierarquia num esforço de totalidade a partir dos conceitos de vida de relações e fator urbano, observando os problemas e tamanhos das cidades. Em outro

conhecimento dos usos do território numa perspectiva totalizante e prospectiva, como pretendemos realizar nesta dissertação (vide a Bibliografia Consultada no **Anexo 1**, p. 181).

Pode-se observar que a Geografia Potiguar não se antecipa aos processos de planejamento territorial. Porque, não há uma produção do conhecimento científico em atrito com as intenções políticas. Os grandes projetos territoriais de planejamento, na perspectiva do planejamento pactuado pelo governo do estado norte-riograndense, passam sem um grande embate e sem uma antevisão geográfica sobre localização, implantação, e, sobretudo, a concepção desses projetos, haja vista os trabalhos produzidos pela Geografia Potiguar.

O papel da universidade é vital para uma leitura crítica e revolucionária da realidade. Sem registro de documentos e textos que revelem um enfrentamento mais combativo e a criação de metodologias mais adequadas, difícil será para o povo Potiguar, em sua coletividade, se organizar mais e conquistar sua cidadania. É verdadeira a existência de movimentos sociais críticos e que este período seja complexo e mutante! Mas essa é uma razão a mais para que a Geografia Potiguar ofereça textos e metodologias que sejam sensíveis ao momento presente, mas, com vistas ao futuro. Um futuro que pretende ser de rupturas para o avanço da democracia e cidadania, ainda prematuras nesse Estado federado.

A formação territorial norte-riograndense

A configuração territorial é o “[...] território mais o conjunto de objetos existentes sobre ele; objetos naturais ou objetos artificiais que a definem” (SANTOS, 2012 [1988], p. 83)⁴³. Desse modo, ela é a expressão do território no presente que foi estabelecido pela constituição dos usos do território, quer sejam por rugosidades ou por rupturas. Sendo assim, a configuração territorial é resultante da formação territorial que a definiu (o movimento histórico na constituição do território).

Para a compreensão da formação territorial construiu-se a matriz de periodização, um instrumental metodológico para a compreensão do movimento histórico territorialmente constituído (**Esquema 01**). A matriz foi concebida a partir da ocupação e dominação

patamar também se encontram elementos de geografia tradicional trazidos por Felipe e Carvalho (2001). As referências completas desses trabalhos se encontram no Anexo 1, p. 181.

⁴³ “É esse conjunto de todas as coisas, arranjadas em sistema, que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país” (SANTOS, 2012 [1988], p. 84). Mas pode-se utilizá-la na escala Estadual, porque como ente federado explicita parte das próteses nacionais.

portuguesa das terras indígenas a partir de 1500. Para sua visualização em completo, fez-se uma síntese fragmentada em duas imagens, uma a seguir (Esquema 02) e a sua continuação está no capítulo 3 (Esquema 03, p.117).

A síntese do Esquema 01 é a leitura territorial, ou seja, o texto geográfico, neste caso, expresso pelas reflexões contidas nesta dissertação. Essa abordagem resulta da concepção teórica e metodológica, da empiria e das técnicas de mensuração da realidade, representada pela cartografia digital temática e o SIG – Sistema de Informações Geográficas que constituem o sistema de análise territorial, de onde foram extraídos alguns dados que estão diluídos neste texto dissertativo.

Ainda, são escassos os registros sobre as civilizações indígenas que existiam antes da colonização. As referências são sempre a partir de um olhar europeu. As leituras mais acuradas são de Ribeiro (2012 [1995]) ao reconstituir a formação do povo brasileiro, trazendo elementos de suas bases: a subjugação do índio abortou a *evolução sociocultural* dos povos indígenas nos alerta esse autor. O Brasil se edificava integrado a uma etapa de evolução sociocultural mundial.

Esquema 01 – Metodologia da Matriz de Periodização⁴⁴

Fonte: Elaboração própria com base nas anotações das aulas expositivas, (SOUZA, 2011b).

A formação territorial Potiguar, também se confunde com o primeiro período de preparação para o planejamento do Estado do Rio Grande do Norte, uma vez que somente se entende o presente quando se reconstitui seu movimento histórico (**Esquema 02⁴⁵**). Além do mais, a forma de fazer política é herança dessa formação, e, sendo assim, a montagem do planejamento obedece a essa prática.

⁴⁴ O entendimento da matriz de periodização carece da compreensão dos seguintes conceitos, de acordo com Santos (1985) e Souza (2011c): *períodos* (sistema de eventos); *eventos* (flecha do tempo se dando nos lugares, o novo e a novidade, aquilo que cria o tempo, são sempre atuais, e encontram-se superpostos uns aos outros, portadores da ação presente, matriz do tempo e do espaço); *processos* (desencadeamento dos eventos, dos períodos); *rugosidades* (formas ou práticas que são instituídas no passado e que permanecem no presente, mas com conteúdos diferentes do que lhe deram origem); *coexistências* (as permanências das coisas antigas com as atuais) e *sucessões* (rupturas, transformações, mudanças).

⁴⁵ A matriz do banco de dados possui sua catalogação desde anos 1500 quando se inicia a colonização e penetração no território nacional dos portugueses. Essa matriz é uma versão para efeito de síntese das leituras territoriais. Fontes da Matriz encontram-se no Anexo 1, precisamente na p. 182. Na matriz elaborada, os períodos históricos estão assinalados em cinza, os dados referentes ao planejamento territorial em verde, e aqueles sobre as desigualdades socioespaciais em laranja. As rupturas estão na disposição vertical de setas vermelhas, também em vermelho as rupturas dos meios geográficos. O eixo das permanências em setas horizontais de duplo sentido na cor azul. Ainda, em tom azul os períodos do planejamento territorial. O território usado encontra-se traduzido pela cor preta, pois são todos os eventos, porque é a sociedade em ação.

Conforme leitura da Matriz (Esquema 02, p. 47) os núcleos urbanos antigos do Rio Grande do Norte são testemunhos da intervenção portuguesa segundo a colonização e ocupação territorial, na construção do Brasil. Os centros das cidades, alguns deles serão visualizados na Prancha 1 no Capítulo 2 (p. 79), onde demonstram elementos, sobretudo, prédios arquitetônicos do estilo da época dessa forma de implantar cidades.

O mundo, por meio da exploração colonial portuguesa na antiga capitania do Rio Grande, influenciou na seleção de porções específicas do território usado Potiguar formando às cidades densas de população nos municípios de Natal e Mossoró (fonte: Esquema 02, p.47). Ainda, conforme o mundo na eclosão do capitalismo industrial os processos de urbanização das cidades, inicialmente, e depois chegando ao denominado “campo”, se tornam expressão concreta das desigualdades socioespaciais. Uma vez que, a divisão internacional do trabalho demanda uma preparação e capacitação, das cidades e seus sujeitos, para o acesso à configuração do mundo em seus moldes capitalistas. Desse modo, o grande marco para compreensão dessa problemática é o Capitalismo Industrial.

Então, a matriz de periodização se embasa nos períodos históricos da formação socioespacial brasileira e, por conseguinte, formação territorial Potiguar: Períodos Históricos Colonial, Imperial, Republicano, Militar e Democrático. Ainda, uma divisão periódica do planejamento brasileiro (RIBEIRO; PIQUET, 2008) e os vetores das influências mundiais e mudanças de fase do sistema de reprodução socioespacial capitalista. Outrossim, as rupturas dos meios geográficos: natural, técnico e técnico-científico-informacional (SANTOS, 2009 [1996]).

As mediações do mundo na instalação do capitalismo industrial geograficamente implicaram na ruptura do meio natural para a formação do meio técnico. A ruptura dos meios geográficos⁴⁶ seguem as dos períodos históricos mundiais, pois o período instaura a constituição técnica na concepção do espaço geográfico. O meio natural era movido pelo período agrícola, sistemas agrícolas, somente com a implantação do capitalismo industrial surge o meio técnico, e essa ruptura se dá com a mecanização.

⁴⁶ A periodização dos meios geográficos obedeceu à sistematização de Santos (2009 [1996]; idem; SILVEIRA, 2001).

Esquema 02 – Matriz de Periodização: Formação Territorial Potiguar

O meio natural no Rio Grande do Norte, conforme observado na Matriz (Esquema 02, p. 47), está ligado à dominação e colonização portuguesa quando se inicia processo de ocupação da colônia com a implantação do forte dos Reis Magos em 1599 e a fundação do núcleo urbano de Natal. A partir de então começou a exploração das terras para o interior da instituída Capitania do Rio Grande, alastrando-se pelas terras indígenas. Mas, a intensidade da interiorização portuguesa se deu no século XVIII. Em todo modo, o início da colonização por Natal repercute na primeira ação seletiva que influenciaria na acumulação de população, objetos técnicos e centro de decisões políticas (consoante capital administrativa do Estado) posteriormente na forma do município de Natal.

O processo de modernização só se inicia no século XX com a política de eletrificação para o interior. Verifica-se registro de criação de municípios e início da difusão do meio técnico. Assim, entende-se a conformação de algumas porções territoriais, em alguns municípios, concentrarem densidades técnicas, como Natal e Mossoró, conforme será exposto no capítulo 2. O movimento histórico-territorial revelado pelo registro na matriz de periodização (Esquema 02, p. 47) é claro: as ações na forma de *eventos* espaciais (históricos, políticos e econômicos) selecionaram alguns pontos estratégicos do território Potiguar. Esses locais, mais tarde, atrairiam a instalação e densidade do meio técnico-científico-informacional.

O marco temporal para a implantação do sistema normativo e político-administrativo é a fundação do Estado Federativo do Rio Grande do Norte datada de 1945 por Decreto Federal de 28 de maio do mesmo ano. Mas os germes da formação territorial são do período colonial, pois algumas rugosidades coexistem como formas no presente. A título de exemplificação: o próprio jeito de fazer política, transvestido pelo sistema de planejamento atual por meio dos pactos do uso corporativo revelou-se como uma rugosidade (formada no passado e existente no presente).

No Rio Grande do Norte a influência do capitalismo industrial vem, segundo as ações do interesse econômico das grandes potências e, a preparação do território para a exploração econômica na industrialização e modernização da atividade canavieira, salineira, algodoeira, pecuarista, pesqueira e carnaubeira (Esquema 02, p.47). Os Mapas que mostrarão a concentração das indústrias extrativas e a leitura dos Planos de Governo do Estado (esses mapas e os planos serão vistos no capítulo 4) consubstanciam essa constatação.

Quando transição para o capitalismo tecnológico nos pós-guerras mundiais na realidade nacional instala-se do Regime Ditatorial Militar junto ao projeto de integração nacional. Mas, os pós-guerras mundiais fazem emergir o meio técnico-científico-informacional quando a ciência substancia a produção do mercado. Entretanto, o casamento da ciência com a técnica foi sendo preparado desde o século XVIII. O período pós-guerras mundiais é um marco para a ruptura e surgimento do novo meio com a instauração do capitalismo tecnológico. (SANTOS, 2009 [1996]).

Empenhado no estudo dos processos do desenvolvimento econômico entre as regiões brasileiras na década de 1960, Furtado (2009 [1959])⁴⁷ incita elementos sobre a gênese do problema regional brasileiro e sua agudez com relação à vivência nordestina à época. Dentre os mais relevantes mencionamos a própria formação econômica, e por sua vez, territorial da região (a ocupação pelo gado e a atividade pecuarista ao interior, o uso do litoral pelos latifúndios canavieiros e a agricultura de subsistência). As divisões regionais, a constituição de usos industriais (novamente os mapas que se encontram no capítulo 4) se considera como exemplos da compreensão desse processo de formação territorial do Rio Grande do Norte e as influências de sua relação com a Região Nordeste.

Desse modo, a formação socioespacial brasileira, na forma do Estado nacional acolhe verticalidades do mundo na preparação do meio técnico-científico-informacional para viabilizar a fluidez da economia e a manutenção do sistema capitalista. Essa prática intensifica as desigualdades socioespaciais no país.

O Rio Grande do Norte reproduz algumas sinergias da escala nacional ao exibir porções territoriais de densidades que desempenham suas funções ligadas à divisão internacional e territorial do trabalho. Mas, o território usado Potiguar expõem conteúdos peculiares a sua formação territorial consoante à forma como o meio técnico-científico-informacional é difundido em sua realidade.

⁴⁷ Nessa época a questão territorial nacional está ligada à resolução dos problemas regionais, dos grandes descompassos entre o Nordeste, Norte e as demais regiões do país. O intelectual Celso Furtado se empenhou nessa questão e deixou uma rica e iluminadora obra, principalmente por que entrou no movimento político atuando como técnico e demais cargos para enfrentar o problema dentro da estrutura, entre as quais a criação da SUDENE.

Capítulo 2

AS EXPRESSÕES GEOGRÁFICAS DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NO RIO GRANDE DO NORTE

“O roubado não é o contrário do ladrão nem o explorado é o contrário (ou contraditório) do explorador: explorador e explorado são homens em luta num sistema ao qual a raridade empresta o caráter principal. É certo que o capitalista possui instrumentos de trabalho e o operário não os possui: eis uma contradição pura. Mas, justamente, esta contradição não chega a dar conta de cada acontecimento: ela é seu quadro, ela cria a tensão permanente do meio social, o dilaceramento da sociedade capitalista; apenas esta estrutura fundamental de todo o acontecimento contemporâneo (em nossas sociedades burguesas) não esclarece nenhum dêles na sua realidade concreta.”

Jean-Paul Sartre,
Questões de método, 1967.

Fotografia 03: Ponte de Igapó. Ao seu lado a Ponte Newton Navarro (à esquerda) e os bairros da Cidade Alta, Petrópolis e Ribeira (à direita) no Município de Natal – RN.

Fonte: Markelly Fonseca às 12h14min, 11 de jan. 2013.

Fotografia 04: Bicicletas, Carroça e motocicletas ao lado de um comércio em frente à praça central do Município de Pedro Velho – RN.

Fonte: Markelly Fonseca às 11h10min, 02 de jan. 2013.

Diante de uma vasta porção territorial de rarefações técnicas, imagem formada pela dinâmica dos usos do território Potiguar, é intrigante compreender as desigualdades socioespaciais em suas manifestações no território usado do RN. Inicialmente, ao enxergar as imagens territoriais que revelam uma imensidão de raridades (objetos geográficos) iluminadas por pontos exíguos de densidades técnicas pode-se inferir uma obviedade e redundância nas expressões sobre as desigualdades socioespaciais no Estado do RN. Mas, a difusão do meio técnico-científico-informacional proporciona a formação de uma base material desigual para a manutenção da vida à sociedade Potiguar.

Em outras palavras, algumas densidades técnicas do território usado Potiguar são como luzes em meio à opacidade irradiada pelas rarefações. *Espaços luminosos* (densidade técnica, rapidez), *espaços opacos* (raridade técnica, lentidão) são processos socioespaciais que demonstram a complexidade da seletividade e da racionalidade hegemônica significantes nos usos do território. Mas, são processos combinados e que formam *regiões do mandar* e *regiões do fazer* que, por sua vez, configuram o território usado em *porções fluídas* e *porções viscosas* (SANTOS, 2009 [1996]; 2008 [1994]; SOUZA, 2003c).

Em períodos históricos pretéritos o registro da ação humana na transformação das paisagens sempre foi de interesse da Geografia (GEORGE *et. al.*, 1968) Atualmente, as paisagens possuem valor de investigação, porque denunciam processos e inquietam a busca por sua compreensão. As paisagens são produtos do trabalho humano, sempre materialmente visualizadas, suas expressões permitem iniciar a busca pelo conhecimento sobre os homens constituindo mundo.

Na **Fotografia 03** tem-se uma paisagem que exhibe justamente a coexistência de períodos técnicos, ou melhor, da historicização pelo trabalho morto e rugosidades das técnicas do período histórico em que foram produzidas. Algumas resistem apenas como lembrança, como a antiga ponte de Igapó, em decomposição. Ao seu lado, na ponte em uso, contrastam tecnologias distintas, e ao fundo outra moderna tecnologia⁴⁸, a ponte Newton Navarro (estaiada⁴⁹).

⁴⁸ Não confundir técnica e tecnologia. A técnica é um fazer humano na criação da segunda natureza para suprir os anseios do homem (ORTEGA Y GASSET, 1961) enquanto a tecnologia é o estudo consciente da técnica (SANTOS, 2009 [1996]).

⁴⁹ É um tipo de ponte suspensa por cabos. Podendo ser a solução intermediária entre uma ponte fixa e uma ponte pênsil. Definição enviada por Lucila Motta Gomes à empresa ISI Engenharia. Disponível em:

Há, ainda, a coexistência de técnicas, como pode ser observado na **Fotografia 04**. [trabalhar mais a foto] A carroça com o boi de tração, a bicicleta, o carro e a moto, objetos geográficos de trabalho e transporte são complementares no uso e *vida de relações*⁵⁰ (solidárias) no município de Pedro Velho.

As técnicas, de um lado, dão-nos a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham. Então, essa empiricização pode ser a base de uma sistematização, solidária com as características de cada época (SANTOS, 2008 [1994], p. 39).

A concepção da técnica é aquela da produção do *superfluo* pela criação de objetos técnicos com objetivo de satisfação das necessidades do homem, ou seja, a técnica produz uma nova natureza segundo os projetos humanos. O processo técnico se realiza pelo conjunto de atos técnicos que permitem a reforma da natureza ou sua construção. Essa reforma é a imposição que o homem faz à natureza para satisfação de suas “necessidades”. As necessidades só o são consideradas como tais à medida que o homem as elabora em seu projeto de vida (a produção do *superfluo*). Qualquer coisa será necessária quanto seja necessário para o homem viver. O viver é a necessidade originária, as demais são consequências, pois o empenho do homem é em estar bem no mundo, nos ensina Ortega Y Gasset (1961).

No estágio atual da técnica produziu-se um esvaziamento da vida humana, ou seja, há uma problemática em torno do ser e do vir a ser. “Só o fenômeno técnico na sua total abrangência permite alcançar a noção de espaço geográfico” (SANTOS, 2008 [1994], p. 37). Entretanto, a técnica por si só não define o programa humano, ela faz com que o projeto se realize, é reforma (processo, fazer). Assim, depende do desejo, do programa: argumento da própria vida (ORTEGA Y GASSET, 1961).

Nesse sentido, a discussão da técnica além de contribuir com a compreensão da constituição do espaço geográfico subsidia o entendimento da concepção do planejamento em exercício e sua crítica. Pois, há uma supressão dos conteúdos essenciais para a reprodução da

<<http://www.isiengenharia.com.br/espaco-do-engenheiro/ponte-estaiada-octavio-frias-de-oliveira>>. Acesso em 03 out. 2013.

⁵⁰ George (1974) o mesmo conceito de espaço ou vida de relações.

vida em sociedade pela maximização do uso corporativo do território, conforme será visto nos capítulos 3 e 4. Esse uso é facilitado quando o meio técnico-científico-informacional é pleno no território.

Assim, a difusão do meio técnico-científico-informacional mediante as porções densas e rarefeitas dos conteúdos desse meio não é disponível a todos. Esse foi o método para a exibição das expressões das desigualdades socioespaciais na realidade Potiguar.

Território usado Potiguar: alguns condicionantes e processos socioespaciais

A categoria **território usado** permite a elaboração de trabalhos em Geografia que lidem com a complexidade do período histórico atual e, por sua vez, caminhe para a compreensão do movimento do mundo. “O *território usado*, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise, na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso” (SANTOS, 2007 [2000], p. 64).

Para se diferenciar do conceito de território da *geopolítica*⁵¹ Santos (2007 [2000]) propõe que o conceito abstrato de espaço geográfico, instância social, se concretiza segundo o território usado. Assim, o usado é a sociedade que estabelece, na qual o uso inscreve o movimento, o uso é a ação do sujeito individual ou coletivo.

O território usado é sempre de todos, porque é totalizante. Mas há duas possibilidades de usos do território: o território como recurso (interesses particulares e hegemônicos), território como abrigo (os sujeitos hegemonzados que se adaptam para sobreviver na prática dos lugares). Trata-se como propõe Santos (2009 [1996]) do território como norma (território como recurso) e o território normado (o território nacional de todos, o território abrigo, como visto acima).

⁵¹ O território para a Geografia surge com os estudos de Ratzel onde o espaço vital é o território que se constitui no suporte fundamental para o desenvolvimento de uma dada nação e o fortalecimento de um determinado Estado, esse é o articulador entre o homem e o solo. Na visão de Camille Vallaux a inquietação se dava para a maneira em que o solo (meio natural) poderia influenciar o desenvolvimento das sociedades e dos Estados. O território nessa concepção é um espaço de domínio político, ou da Geopolítica. Um estudo sobre esse conceito de território pode ser encontrado em Costa (1988; 1992) e Castro, Gomes e Corrêa (1995). Entretanto, o território usado é distinto desse território de relações de poder, ainda trabalhado por muitos geógrafos, pois o território usado é uma categoria geográfica para a compreensão da sociedade e seu movimento existencial, sua relação intrínseca com as materialidades. Vide essas referências no Anexo 1 (p. 181).

Sendo assim, o território usado Potiguar é sua sociedade existindo e expressando usos. No ano de 2010 viviam **3.168.027** habitantes no Rio Grande do Norte segundo Censo Demográfico do IBGE. O **Mapa 02** representa onde estão localizadas essas pessoas residentes no Rio Grande do Norte por setor censitário no referido ano. As manchas escuras revelam os setores onde há intensidade de residentes.

Mapa 02 – RIO GRANDE DO NORTE: Pessoas Residentes por Setor Censitário. 2010.

Os dados de população são informações iniciais para captar e exibir o perfil da sociedade de qualquer empiria estudada, numa escala de investigação, objetivando o planejamento. Em estudos clássicos, seja de Geografia, ou Planejamento, os dados populacionais sempre são os primeiros das abordagens. As características da população trazem elementos preciosos para desvendar conteúdos sobre a constituição de uma Geografia desenhada pela sociedade que a constitui (GEORGE, 1964).

Apenas dados da população sem uma interpretação, a partir de conceitos totalizantes, ocasiona erros de elaboração tanto de perspectivas analíticas como de projetos políticos. Tratar da população como elemento primeiro no planejamento não significa, diretamente, contemplar os movimentos a partir das localidades e dos usos do território. Os aspectos

estruturais do planejamento traziam a população como dado inicial, entretanto, as regionalizações e planos, por vezes, totalizam outros interesses e conteúdos segundo será visto nos próximos capítulos.

As variáveis utilizadas para expressar a manifestação das desigualdades na realidade do território usado Potiguar, segundo dados Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010 foram: Moradores e esgotamento sanitário (e aspectos da moradia); População com deficiências permanentes por domicílio de residência (urbano ou rural); População por classes de rendimento; Municípios por valor do Produto Interno Bruto – PIB; e Tipo de domicílios (Casa, Apartamento, Cortiço).

O perfil da população Potiguar, transposto por algumas das variáveis citadas acima possui sua compreensão, o quadro que configura, na formação territorial observada pelo Esquema 02 da Matriz de Periodização (p. 47) que levanta processos da localização e concentração da população em porções específicas do Estado do Rio Grande do Norte, segundo os municípios mais volumosos em termos populacionais (o Mapa 23 da p. 78 mostra esses percentuais). Assim, o **Mapa 03**⁵² exibe os Moradores em Domicílios Particulares Permanentes por municípios.

⁵² O **Mapa** que traz a base cartográfica utilizada para a confecção dos mapas temáticos na representação das dinâmicas territoriais (realidade geográfica) encontra-se no **Apêndice 1**, p. 196. Além da referência aos municípios para consulta do leitor, pois para a cartografia temática que transcorre no texto nomeou-se apenas os municípios contrastantes em termos de dados (o maior e o menor para referência geográfica), faz também menção à forma histórico-constituída do território usado Potiguar (Apêndice 1). Em cada Mapa da base por município que transcorre o texto identificou-se aquele com maior percentual ou total de objetos cartografados junto ao de menor expressão do número.

Mapa 03 – RIO GRANDE DO NORTE: Moradores em Domicílios Particulares Permanentes por Município. 2010.

A maioria da população mora em domicílios particulares e permanentes (o outro tipo são os domicílios coletivos, classificados pelo IBGE), ou seja, em 95 municípios do RN (acima de 60%).

No **Mapa 04** o município de Parnamirim é aquele que possui o maior percentual de moradores em domicílios com Banheiro ou Sanitário (99%), mas 35 municípios possuem índices preocupantes na faixa de 13 a 47%. Esses municípios possuem mais da metade de sua população com outras características de esgotamento sanitário em suas residências. Nesse contexto, o município de Ielmo Marinho é aquele que apenas 13% de sua população reside em domicílio com banheiro. Esse município não registra percentual no Mapa 05 (sem existência de banheiro) levando a considerar outras formas de esgotamento sanitário.

Mapa 04 – RIO GRANDE DO NORTE: Moradores em Domicílios Particulares Permanentes com existência de Banheiro ou Sanitário por Município. 2010.

Segundo os moradores que residem em domicílios onde não tem banheiro, um equipamento básico de higiene e saúde pública, o **Mapa 05** mostra uma situação de urgente atenção. No mundo do presente, é inadmissível existir um indivíduo que não tenha em seu domicílio equipamentos dessa natureza para satisfazer as suas necessidades biológicas. A falta de banheiro⁵³ implica na propagação de diversas doenças infectocontagiosas. Em seis municípios, até 8% da população municipal não tinha banheiro em 2010. O caso mais extremo foi do município de Itajá que atingiu esse percentual máximo de 8%.

⁵³ A questão da rede de esgoto é complexa, carecendo da realização de um campo para averiguação de sua qualidade ou funcionamento. Ver redação, tudo é complexo

Mapa 05 – RIO GRANDE DO NORTE: Moradores em Domicílios Particulares Permanentes sem existência de Banheiro por Município. 2010.

As condições da moradia, segundo o esgotamento sanitário, agravam-se nos municípios de pequeno porte populacional. Esse volume de população pode ser conferido na Tabela a seguir e no Mapa 23 (p. 78).

A **Tabela 01** fornece a evolução do número de municípios e o total de população segundo classes elaboradas pelo IBGE. Para os dados de 2010, Natal é o município com mais de 500.000 habitantes, e desde os anos de 1960 sempre o mais populoso. Mossoró e Parnamirim correspondem à classe de 100.001 a 500.000. Cinco municípios pertencem à classe de 50.001 a 100.000 em ordem decrescente: São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Ceará-Mirim, Caicó, e Açu. Dezenove (19) municípios pertencem à classe de 20.001 a 50.000. Ainda, 39 municípios são da classe de 10.001 a 20.000. E, 51 municípios estão na classe abaixo de 5.000. O município de Viçosa está na classe de até 2.000.

Tabela 01 – RIO GRANDE DO NORTE: Número de municípios por classe de população total nos censos demográficos. 2010.

Classes de tamanho da população dos municípios	Censos Demográficos											
	01.09.1960 (1)		01.09.1970 (1)		01.09.1980 (1)		01.09.1991 (2)		01.08.2000 (2)		01.08.2010 (2)	
	N. Municípios	População	N. Mun.	Pop.	N. Mun.	Pop.	N. Mun.	Pop.	N. Mun.	Pop.	N. Mun.	Pop.
Até 2 000	-	-	14	23 016	8	12 810	5	8 187	3	5 184	1	1 618
De 2 001 a 5 000	14	55 210	49	185 169	46	170 255	40	137 649	52	183 281	50	175 887
De 5 001 a 10 000	30	232 122	43	317 928	50	360 347	48	340 298	54	393 771	50	353 334
De 10 001 a 20 000	28	407 809	32	439 444	31	423 849	38	487 772	36	478 863	39	484 814
De 20 001 a 50 000	9	241 890	10	274 647	13	387 557	16	475 726	14	419 868	19	545 152
De 50 001 a 100 000	1	57 690	-	-	-	-	3	165 849	4	243 278	5	341 212
Mais de 100 000	1	162 537	2	371 402	2	578 308	2	798 640	3	1 047 293	3	1 266 010
De 100 001 a 500 000	1	162 537	2	371 402	2	578 308	1	191 959	2	337 757	2	462 271
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	-	1	606 681	1	709 536	1	803 739
Total	83	1 157 258	150	1 611 606	150	1 933 126	152	2 414 121	166	2 771 538	167	3 168 027

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Obs. (1) População recenseada. (2) População residente.

Os municípios que detêm maior número de população também se destacam naqueles com expressivo número de domicílios recenseados, consoante pode ser visto no **Mapa 06**. Desses domicílios poucos são os coletivos, pois esse tipo se destaca nos municípios de menor percentual dos domicílios particulares permanentes, ou seja, o tom verde claro do mapa a seguir.

Mapa 06 – RIO GRANDE DO NORTE: Domicílios Particulares Permanentes do total de Domicílios Recenseados por Município. 2010.

Desse universo de domicílios, na realidade Potiguar, a disseminação do tipo casa é preponderante, vide **Mapa 07**. Os municípios de Natal, Mossoró e Parnamirim são os que concentram mais domicílios seguindo o volume da população que os compõem, sendo o município de Viçosa, aquele de menor número de casas.

Mapa 07 – RIO GRANDE DO NORTE: Domicílios Particulares Permanentes tipo Casa por Município. 2010.

Já para o número de apartamentos se sobressaem os municípios de Natal, Parnamirim e Mossoró, e, conforme antecipado na abertura do capítulo 1 o município de Caicó timidamente inicia-se na forma de desse tipo de habitação. Há um enxugamento na expressão geométrica dos círculos proporcionais evidenciando a disseminação do meio técnico a partir do sistema de engenharia por trás da produção de condomínios residências de apartamentos (edifício) segundo visualiza-se no **Mapa 08** a seguir.

Mapa 08 – RIO GRANDE DO NORTE: Domicílios Particulares Permanentes tipo Apartamento por Município. 2010.

Curioso que praticamente a mesma imagem também é formada pelos dados do **Mapa 09** sobre os domicílios de tipo casa de vila ou condomínio. Esse é um fato que chama a atenção para a acentuação das desigualdades na realidade intramunicipal, os mapas sobre rendimento complementam essa constatação (serão vistos a partir da p. 72 neste capítulo). Na escala Estadual as disparidades entre os municípios são dramáticas ao revelar dois ou três municípios mais expressivos em termos de intensidade dos elementos do meio técnico-científico-informacional, como a exemplo dos Mapas 08 e 09 a montagem de uma rede complexa em construção imobiliária. O município de Riachuelo (na p. 65) apresenta o menor número de casas de vila ou condomínio, com uma unidade, sendo o de Natal o mais expressivo com 16 mil unidades desse tipo.

Mapa 09 – RIO GRANDE DO NORTE: Domicílios Particulares Permanentes tipo Casa de Vila ou Condomínio por Município. 2010.

No tipo de domicílio mais precário coletado pelo Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010 a imagem territorial apresenta especificidades conforme se observa no **Mapa 10**. Os dois extremos são expressos pelos municípios de Natal e São Bento do Norte identificados no mapa. Mas os círculos em sinuosidade e acima de 40 unidades são dados interessantes e que demonstram problemas nas questões da moradia nesses municípios. O município de Parnamirim, que faz limite com o de Natal, o município de Senador Elói de Souza no sentido sudoeste de Natal, e o município de Guararé no litoral setentrional são exemplos dessas sinuosidades⁵⁴.

⁵⁴ Lembrando que no Apêndice 1 (p. 196) encontra-se o mapa com a toponímia dos municípios para a conferência de dados da cartografia temática exibida na dissertação.

Mapa 10 – RIO GRANDE DO NORTE: Domicílios Particulares Permanentes tipo Habitação em Cômodo de Casa ou Cortiço por Município. 2010.

Trazendo mais informações sobre a população que reside nesses domicílios exibe-se o percentual da população do Estado do Rio Grande do Norte que possuíam alguma deficiência⁵⁵ permanente correspondeu 34% (Tabela 02 no Anexo 2, p. 184). Em termos de volume desse total, os municípios de Natal (6% da população do Estado), Mossoró (2%) e Parnamirim (1%) são aqueles que concentram pessoas com deficiência quando considerado a população do Estado do Rio Grande do Norte. Mas segundo o peso populacional do município há uma mudança significativa. Assim apresenta-se o **Mapa 11** localizando o peso para a população do município que apresentava alguma deficiência permanente no domicílio urbano, segundo classificação do IBGE em nota.

⁵⁵ Nessa categoria o IBGE inclui as gradações de qualificação: alguma dificuldade, grande de dificuldade e não consegue de modo algum para as deficiências: visual, auditiva, motora e mental/intelectual. Atualmente, existe a formulação de políticas, legitimadas seja por Lei Federal ou pela institucionalização de conselhos ou órgãos para “assistir” pessoas com deficiências, bem como idosos, crianças e adolescentes.

Mapa 11 – RIO GRANDE DO NORTE: População Urbana com alguma Deficiência Permanente por Município. 2010.

O município com o maior percentual de sua população com algum tipo de deficiência permanente em 2010 foi o de Ipueira (37%) indicado no mapa. Aquele com 5% de sua população com alguma deficiência permanente foi Venha-Ver. A imagem se inverte no **Mapa 12** sobre os domicílios rurais, pois aqueles de maior percentual no mapa anterior são o de menor percentual no mapa a seguir, considerando também os municípios em branco que são 100% urbanos: Natal e Parnamirim, mas os outros dois em branco que não se expressam estatisticamente: Senador Georgino Avelino e Vila Flor. Chama-se a atenção para as manchas territoriais com os índices mais elevados, em frente, elas vão coincidindo com outras variáveis e se sobrepondo.

Mapa 12 – RIO GRANDE DO NORTE: População Rural com alguma Deficiência Permanente por Município, 2010.

Segundo os dados gerais sobre o Rio Grande do Norte as pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever no ano de 2010 correspondeu a 13% (7.674) da população. O **Mapa 13** expressa a localização do percentual por municípios. O município com 39% da população de 15 anos ou mais analfabeta foi o de João Dias, o município de Natal apresentou 8%, o menor percentual da realidade Estadual.

Em geral, 51% da população do RN encontram-se sem instrução e fundamental incompleto, 17% fundamental completo e médio incompleto, 25% médio completo e superior incompleto e 7% com superior completo. Do universo de pessoas com deficiência também a maioria de 22% são sem instrução ou fundamental incompleto, 1% com superior completo e são mulheres. (Tabela 02 em Anexo 2, p. 184)

Mapa 13 – RIO GRANDE DO NORTE: Taxa de Analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de Idade por Município. 2010.

A Tabela 03 (Anexo 2, p. 185) exhibe as pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência da pesquisa do Censo do IBGE em 2010 na categoria de trabalho principal segundo o grau de instrução e cor. O total do percentual das pessoas ocupadas no total da população estadual correspondeu a 39% (1.238.314). O universo das pessoas ocupadas na semana de referência, segundo o Censo do IBGE, registrou 70% de empregados, dos quais: 38% com carteira de trabalho assinada, 7% militares e funcionários públicos estatutários, e 25% sem carteira de trabalho assinada, dos quais 21% por conta própria, 2% não remunerados e aproximadamente 2% para o consumo próprio, e outros 2% de empregadores. O **Mapa 14** expõe a distribuição nos municípios da população com vínculos trabalhista expressos na Tabela 03 em anexo.

Mapa 14 – RIO GRANDE DO NORTE: Pessoas de 10 anos ou mais Ocupadas com vínculo trabalhista por Município. 2010.

Interessante observar que as extensões territoriais formadas pelos municípios nos quais as pessoas ocupadas em atividades com vínculo trabalhista chegam a 61% (Mapa 14) se opõem as porções territoriais que atingem 39% da taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade no Mapa 13.

O **Mapa 15**, sobre as pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas e com rendimentos em 2010, destacou o município de João Dias com apenas 13% de sua população com rendimentos, sendo o município de Doutor Severiano aquele com 51%.

Mapa 15 – RIO GRANDE DO NORTE: Pessoas de 10 anos ou mais de Idade Ocupadas com Rendimento por Município. 2010.

A população por classe de rendimento traz dados impressionantes sobre a intensidade das desigualdades segundo uma estratificação no valor mensal. A série de mapas: 16, 17, 18, 19, 20 e 21 exibem as pessoas com 10 anos ou mais de idade segundo a classe de rendimento. O território usado Potiguar revela uma vasta porção territorial onde vivem pessoas que possuem mínimos rendimentos. Quando há uma estratificação mais diversa em alguns municípios, como no caso de Natal e Mossoró mesmo assim observa-se no Mapa síntese do rendimento (Mapa 21, p. 74) que a maioria da população ganha de 1 a 2 Salários mínimos junto com a quantidade sem rendimento. Observa-se, ainda, segundo a relação entre os municípios, que quando se aumenta a classe de rendimentos os círculos proporcionais se reduzem na maioria dos municípios, permanecendo Natal, Mossoró, Parnamirim, Caicó, Currais Novos e Açu com círculos mais expressivos (vide Mapa 19, p. 73).

Mapa 16 – RIO GRANDE DO NORTE: Pessoas com 10 anos ou mais de Idade que ganham de meio até 1 Salário Mínimo por Município. 2010.

Mapa 17 – RIO GRANDE DO NORTE: Pessoas com 10 anos ou mais de Idade que ganham de mais de 1 a 2 Salários Mínimos por Município. 2010.

Mapa 18 – RIO GRANDE DO NORTE: Pessoas com 10 anos ou mais de Idade que ganham de mais de 2 a 5 Salários Mínimos por Município. 2010.

Mapa 19 – RIO GRANDE DO NORTE: Pessoas com 10 anos ou mais de Idade que ganham de mais de 20 Salários Mínimos por Município. 2010.

Mapa 20 – RIO GRANDE DO NORTE: Pessoas com 10 anos ou mais de Idade Sem rendimento por Município. 2010.

Mapa 21 – RIO GRANDE DO NORTE: Pessoas com 10 anos ou mais de Idade por classe de Rendimento por Município. 2010.

Os dados expostos nos mapas demonstram o distanciamento entre as características do período técnico-científico-informacional para aqueles que ganham cada vez mais e aqueles que ficam cada vez mais pobres, esses são a maioria.

Fundamentado por Karl Marx, Santos (1994a) alerta para a concentração de renda quando traz o princípio que a acumulação de um capitalista elimina a muitos outros e englobam-nos numa combinação da cooperação da produção do trabalho social. Ainda no raciocínio de Santos (1994a), o capital é apropriado e se reverte ainda mais seletiva e *privatisticamente* aumentando as desigualdades.

Fato é que a maioria da população Potiguar possuem mínimas condições de renda⁵⁶, pois aqueles que se declaram sem rendimento (Mapa 20, p. 74) contabilizam uma alta soma de indivíduos. Somando-se com a outra parcela com rendimentos de 1 a 2 salários mínimos (Mapa 17, p. 72) resta uma rara minoria com rendimentos superiores a 20 salários mínimos (Mapa 19, p. 73).

Então questiona-se, por que apesar das políticas compensatórias de transferências de renda, como o programa do governo Federal: Bolsa Família⁵⁷, o perfil da sociedade Potiguar, em sua maioria, é de baixa renda? O quadro estruturalmente não muda, todavia assegurar o cotidiano dos indivíduos é necessário, mas a questão estrutural também deve ser enfrentada com a mesma ou em maior intensidade.

O PIB (**Mapa 22**, a seguir) reflete a concentração de economias em alguns municípios, e quando se observa mais atentamente uma das atividades que elevam esse índice econômico são oriundas dos rendimentos da extração de petróleo; os *royalties* fazem de

⁵⁶ Mesmo com o relativismo dos dados é angustiante pensar que uma boa parte dos sujeitos Potiguares possuem um nível de renda baixo, e também baixo grau de instrução e outras características da pobreza que o indivíduo pobre vivencia e o que torna dramático os lugares opacos pela sobreposição de problemas e privações. MYRDAL, Gunnar. **Desafio à riqueza**. Tradução de Rafael Tramm. São Paulo: Brasiliense, 1966. 136p. v. 2 (Ação e Pensamento) Título Original: *Challenge to affluence* trabalhou com os Estados Unidos e as questões regionais de desigualdades. A constatação empírica que aqueles sujeitos que ganhavam um salário menor do que as *condições consideradas como sendo uma vida confortável* no país de análise também correspondiam com aqueles indivíduos com menores níveis de instrução escolar. Mas, como nos adverte Lebrecht (1962) Apesar da importância da escolaridade é perigoso avaliar a ampliação de humanidade pelo grau de instrução adquirido, esquecendo-se da cultura elementar, o pensar e refletir humano pelas suas atividades comuns. O ser humano vale pelo ser que é, ou seja, por ser humano. Esses indicadores devem ser para levar qualidade da ação política ao lugar, e não a valorização do ser pelo que tem, ou melhor, pelo lugar que constitui.

⁵⁷ Programa criado pela Lei Federal de 10.836 de 09 de janeiro de 2004 integralizando programas anteriores de renda mínima: bolsa escola, bolsa alimentação, auxílio gás. Disponível em: <http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/bfa_documentos.asp>. Acesso em 26 out. 2013. Segundo informações do Banco de Dados do Sistema Único de Saúde – DATASUS, em 2008, todos os municípios do RN possuem beneficiários do programa Bolsa Família com acompanhamento nutricional. O município de Natal tinha 11 mil beneficiários com o acompanhamento nutricional enquanto o município de Mossoró 7 mil, por exemplo.

Guamaré uma *esquizofrenia territorial*⁵⁸, por isso uma ilusão de alguns dados estatísticos ou índices econômicos como reflexo de desenvolvimento para a totalidade do território, seja nacional, estadual, ou municipal.

Mapa 22 – RIO GRANDE DO NORTE: Produto Interno Bruto (PIB) por Município. 2010.

O montante econômico não significa, diretamente, a resolução dos problemas socioespaciais, por exemplo, no município de Guamaré, que se sobressai no número de cortiços (Mapa 10, p. 66) e se destaca nos dados de PIB, apresenta altas faixas de percentuais das pessoas com alguma deficiência morando em domicílio rural (18 a 29% no Mapa 12, p. 68) também possui baixa estratificação nos níveis de rendimento, com a maioria de sua população ganhando até 1 salário mínimo (Mapa 21, p. 74). Mas, raras foram as fotografias de condições precárias mediante local de registro. Intrigante o quadro revelando as questões de fundo dos usos do território e algumas paisagens registradas!

⁵⁸ Conforme já antecipado na apresentação desse texto: o mundo chegando nos lugares por força das verticalidades e os lugares reagindo na forma de horizontalidades é uma *esquizofrenia do território* assim chamada por Santos (2011 [2000]): uma dupla ou múltiplas faces.

O enigma das Paisagens Potiguares

As paisagens Potiguares registradas pelas fotografias denunciam um curioso processo das dinâmicas de desigualdades socioespaciais entre localidades nos municípios do território norte-riograndense. Pela localização⁵⁹ dos registros identificaram-se inúmeros processos dos sistemas de riqueza e modernização, mas não se registrou fotografias com expressões da acentuação da pobreza. Pois na localização central dos municípios e alguns trajetos entre eles, onde o fluxo e circulação de pessoas e mercadorias são intensos (as rodovias, por exemplo) a política pode intervir maquiando os objetos para esconder a pobreza⁶⁰.

Desse modo, consoante os critérios explicitados (nota de rodapé 58), 23 municípios dos 167 que compõe o Estado do Rio Grande do Norte foram registrados em fotografias. O

⁵⁹ Para a realização do registro fotográfico – que capturou algumas paisagens para demonstrar os conteúdos e expressões das desigualdades e suas influências na constituição de lugares – seguiu-se a seguinte metodologia. Os municípios visitados foram selecionados segundo duas variáveis chaves:

1. *Ranking do Produto Interno Bruto* – PIB (os vinte primeiros colocados no ano de 2010): dos 20 maiores e dos 20 menores selecionou-se aqueles em destaque na Tabela 05 obedecendo também o critério seguinte.
2. Um município de cada *faixa populacional* segundo o peso da população municipal na população estadual conforme o **Mapa 05**:
 - 2.1 **Natal**: concentra 25% da população estadual.
 - 2.2 **Mossoró**: concentra 8% da população estadual.
 - 2.3 **Parnamirim**: concentra 6% da população estadual.
 - 2.4 **São Gonçalo do Amarante**: concentra 3% da população estadual.
 - 2.5 **Caicó, Açu, Macaíba e Ceará-Mirim**: concentram 2% da população estadual cada.
 - 2.6 Daqueles que concentram 1% da população estadual, visitou-se aqueles que estavam na seleção do PIB acima mencionada, são eles: **Areia Branca, Canguaretama, Extremoz, Macau, Pau dos Ferros**. Objetivando também fazer uma circunferência na trajetória observada *in lócus*.
 - 2.7 **Alto do Rodrigues, Currais Novos, Guamaré, Januário Circo (Boa Saúde), Pedro Velho, Pendências, Tangará, Vera-Cruz, Vila Flor** estão na faixa de menor que 1% idem relação do PIB.
 - 2.8 Uma atenção especial para o município de **Viçosa** com a menor população no total Estado, e que também se insere na faixa menor que 1%.

Objetivando elaborar pranchas fotográficas registrou-se em cada município um estabelecimento de saúde (de preferência um Hospital), atentando para as condições estruturantes dos serviços públicos, e a praça central ou principal da cidade sede do município na expectativa de captar elementos que revelam aspectos da totalidade da realidade municipal em questão. E outros aspectos que chamavam atenção segundo a questão discutida nessa dissertação.

⁶⁰ No caso da Prancha 2 (p. 82), seria preciso verificar a qualidade do atendimento promovido pelos estabelecimentos de saúde registrados para extrair a essência das paisagens se contrapondo as suas aparências.

Mapa 23 traz a síntese da metodologia (a Tabela 04 detalhada sobre as informações da metodologia encontra-se no Anexo 2, p. 186).

Mapa 23 – RIO GRANDE DO NORTE: Metodologia para registro fotográfico: peso da população municipal na população Estadual e PIB por Município. 2010.

Ao considerar o volume da população municipal no total da população do Estado do Rio Grande do Norte observa-se a formação de manchas territoriais acentuadas. Os núcleos urbanos de 12 municípios podem ser visualizados pelas paisagens das praças centrais ou históricas na **Prancha 1**: Viçosa, Açu, Vila Flor, Januário Cicco, Natal, Extremoz, Mossoró, Guamaré, Pau dos Ferros, São Gonçalo do Amarante, Caicó e Macau.

Prancha 1: Praças centrais ou históricas dos municípios do território Usado Potiguar

Praça central do Município de Viçosa – RN.
Fonte: Markelly Fonseca às 18h 05min, 30 de dez. 2012.

Praça central do Município de Açu – RN
Fonte: Markelly Fonseca às 10h 18min, 05 de jan. 2013.

Praça central do Município de Vila Flor – RN
Fonte: Markelly Fonseca às 12h 37min, 02 de jan. 2013.

Praça central do Município de Januário Cicco – RN
Fonte: Markelly Fonseca às 07h 58min, 30 de dez. 2012.

Praça André de Albuquerque no Município de Natal – RN.
Fonte: Markelly Fonseca às 13h 07min, 11 de jan. 2013.

Praça central do Município de Extremoz – RN.
Fonte: Markelly Fonseca às 16h 00min, 10 de jan. 2013.

Praça central do Município de Mossoró – RN.
Fonte: Markelly Fonseca às 17h 16min, 04 de jan. 2013.

Praça central do Município de Guamaré – RN
Fonte: Markelly Fonseca às 12h 00min, 05 de jan. 2013.

Praça central do Município de Pau dos Ferros – RN.
Fonte: Markelly Fonseca às 16h 53min, 30 de dez. 2012.

Praça central do Município de São Gonçalo do Amarante – RN.
Fonte: Markelly Fonseca às 11h 41min, 11 de jan. 2013.

Praça central do Município de Caicó – RN
Fonte: Markelly Fonseca às 12h 00min, 30 de dez. 2012.

Praça central do Município de Macau – RN
Fonte: Markelly Fonseca às 08h 13min, 05 de jan. 2013.

Todas as praças dos municípios ilustrados na Prancha 1 são bem cuidados, limpos, organizados e conservados. Mas, as aparências das paisagens são como miragens no deserto, podem enganar. E, em se tratando de cidades e municípios da realidade brasileira, a essência é revelada pela formação socioespacial e suas singularidades da formação territorial da qual se trata, neste trabalho, a do território usado Potiguar denuncia uma peculiaridade. Pelos trajetos não se registrou fotografias que exibam os dados dos Mapas até aqui visualizados. Apenas duas fotografias denunciam exemplos dos sistemas de pobreza: fotografia 01 na p. 33 e fotografia 18 na p. 158.

Segundo a matriz sintetizada no Esquema 02 (capítulo 1, p. 47), que subsidia argumentos preciosos ao trazer alguns processos essenciais dessas paisagens, a presença de objetos e formas da ação da Igreja Católica como rugosidade na manutenção do simbólico, as igrejas-matriz, objetos geográficos. Em municípios mais complexos, como Natal e Mossoró, visualizam-se objetos das hegemonias: o sistema financeiro internacional na forma dos bancos, estacionamentos de automotores (objetos da sociedade industrial e de consumo).

Outros conteúdos são os próprios dados retratados pelas cartografias e que se reverterem em substrato para a reprodução da vida em sociedade. Essa configuração, visualizada até então pelos mapas com dados sobre a população e esgotamento sanitário, tipo de habitação e rendimento da população Potiguar elucida a constituição de lugares das desigualdades, sobretudo, observando a difusão do meio técnico-científico-informacional, pelas cartografias do próximo item, exhibe-se as localidades das desigualdades segundo a totalidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Há casos particulares, como o município de Viçosa, o menor do estado do RN em termos populacionais, com uma dinâmica predominantemente rural, cujo núcleo urbano lembra uma comunidade rural (vide fotografia da praça central da sede do município na Prancha 1 p. 79). Os municípios pequenos possuem um ritmo mais lento do que aqueles com maior volume de população por que outras dinâmicas lhes foram atribuídas segundo a formação territorial.

As primeiras cidades, vilas, freguesias ou municípios fundados ou criados coincidem quase exatamente com as porções com maior volume de população (Mapa 23 na p. 78), a exceção de Vila Flor, desmembrado de Canguaretama, Extremoz desmembrado de Ceará-

Mirim e Arês, desmembrado do município de Goianinha⁶¹. O município de Vila Flor possui um núcleo urbano que condiz perfeitamente com a sua denominação de vila. Já o de Extremoz eliminando-se o distrito industrial no limite com o município de Natal, e os condomínios ou conjuntos residenciais seja dos Militares ou não ali existentes, seu núcleo urbano é regido por um tempo lentíssimo.

Conferindo a Matriz do Esquema 02 (Capítulo 1, p. 47) e a Prancha 1 (p. 79) compreendem-se os desenhos e traçados da colonização na formação do território Potiguar. Os municípios de Natal e seu entorno, ponto inicial da exploração e ocupação portuguesa, os municípios de Pau dos Ferros, Caicó, Currais Novos, Açu, Mossoró e Macau se constituíram em porções de referência em densidades técnicas, segundo o grau de acumulação dos elementos do meio técnico-científico-informacional. Os demais municípios que formam uma mancha onde a população é pequena vivenciam dinâmicas particulares, nos quais a constituição de horizontalidades pelo compartilhar a experimentação da escassez é preponderante.

A população é um dado de referência para implantação de equipamentos e serviços, como os estabelecimentos de saúde, como redes hospitalares, por exemplo, para a criação de municípios, para a distribuição de repasses, arrecadação de impostos segundo a Constituição Federal e Estadual. A **Prancha 2**, a seguir, exibe fotos de estabelecimentos de saúde, sobretudo, hospitais. Eles foram escolhidos por que os equipamentos de saúde além de se constituir num sistema para atendimento imediato à população também se tornam elementos difusores do meio técnico-científico-informacional. Vale lembrar que também a educação a partir do papel das universidades se reverte em objetos difusores desse meio, pela já referida união entre a ciência e a técnica elaborada pela constituição do espaço geográfico (vide Esquema 02, p. 47). Esses mapas encontram-se no próximo item desse capítulo.

Desse modo, as fotos da Prancha 2 também demonstram uma aparência de “ordem”. Como pode ser observado na foto, apenas a do município de São Gonçalo do Amarante que apresentou a fachada do hospital em deterioração. Mas os dados exibidos pelas cartografias temáticas digitais expõem elementos que revelam a problemática estrutural a partir das expressões das desigualdades socioespaciais (que precisam ser trazidas à baila para a compreensão também dessas fotos) segundo se constata os processos de escassez compartilhados pelos lugares.

⁶¹ Fonte: IBGE (Enciclopédia dos Municípios Brasileiros e Quadro Territorial - Alterações - 1953/64).

Prancha 2: Hospitais ou Outro Estabelecimento de Saúde dos municípios do território Usado Potiguar

Hospital Maternidade no Município de Viçosa – RN.
Fonte: Markelly Fonseca às 18h 07min, 30 de dez. 2012.

Hospital no Município de Açu – RN
Fonte: Markelly Fonseca às 10h 02min, 05 de jan. 2013.

Hospital Maternidade no Município de Vila Flor – RN
Fonte: Markelly Fonseca às 12h 32min, 02 de jan. 2013.

Hospital e Maternidade no Município de Januário Cicco – RN
Fonte: Markelly Fonseca às 08h 08min, 30 de dez. 2012.

Hospital Onofre Lopes no Município de Natal – RN.
Fonte: Markelly Fonseca às 12h 58min, 11 de jan. 2013.

Hospital no Município de Extremoz – RN.
Fonte: Markelly Fonseca às 16h 16min, 10 de jan. 2013.

Unidade de Pronto Atendimento no Município de Mossoró – RN.
Fonte: Markelly Fonseca às 17h 37min, 04 de jan. 2013.

Hospital no Município de Guamaré – RN
Fonte: Markelly Fonseca às 12h 09min, 05 de jan. 2013.

Hospital no Município de Pau dos Ferros – RN.
Fonte: Markelly Fonseca às 16h 58min, 30 de dez. 2012.

Hospital e Maternidade no Município de São Gonçalo do Amarante – RN.
Fonte: Markelly Fonseca às 11h 45min, 11 de jan. 2013.

Hospital Regional no Município de Caicó – RN
Fonte: Markelly Fonseca às 12h 22min, 30 de dez. 2012.

Hospital no Município de Macau – RN
Fonte: Markelly Fonseca às 08h 20min, 05 de jan. 2013.

Os mapas sobre os moradores em domicílios por esgotamento sanitário, deficiências permanentes, taxa de analfabetismo, classes de rendimento, tipos de domicílios, até aqui visualizados evidenciam um substrato irradiador de dinâmicas de desigualdades onde a raridade é o liame na vivência dos lugares nessas localidades.

As **Fotografias 05 e 06** ilustram a implantação de uma verticalidade: a Petrobrás no município de Alto do Rodrigues, e moradias próximas ao centro urbano desse mesmo município.

Fotografia 05: Estação coletora da Petrobrás no Município de Alto do Rodrigues – RN.
Fonte: Markelly Fonseca às 11h11min, 05 de jan. 2013.

Fotografia 06: Moradia na proximidade do hospital no Município de Alto do Rodrigues – RN.
Fonte: Markelly Fonseca às 09h08min, 05 de jan. 2013.

A mesma lógica das fotografias anteriores é exibida nas **Fotografias 07 e 08** no município de Guamaré, que também vivência a implantação da Petrobrás para extração de petróleo e, mais recentemente, a implantação de torres para captação de energia eólica. Essas torres também foram registradas no município de Areia Branca.

Fotografia 07: Núcleo Urbano no Município de Guamaré – RN.
Fonte: Markelly Fonseca às 11h55min, 05 de jan. 2013.

Fotografia 08: Parque Eólico no Município de Guamaré – RN.
Fonte: Markelly Fonseca às 12h23min, 05 de jan. 2013.

Outro par de fotos é do município de Pendências, **Fotografias 09 e 10**, que exibem moradias, respectivamente nos domicílios urbanos do centro e da periferia do centro do município.

Fotografia 09: Moradia centro urbano no Município de Pendências – RN.
Fonte: Markelly Fonseca às 08h50min, 05 de jan. 2013.

Fotografia 10: Moradia periferia urbana no Município de Pendências – RN.
Fonte: Markelly Fonseca às 08h59min, 05 de jan. 2013.

Registrou-se também a periferia urbana no município de Natal, na zona sul da cidade que abarca moradores com altos rendimentos mensais (o município é considerado todo urbanizado). As **Fotografias 11 e 12** evidenciam o centro antigo do município de Natal e uma parte da zona sul da cidade onde os loteamentos e condomínios são altamente disseminados.

Fotografia 11: Av. Rio Branco no Município de Natal – RN.
Fonte: Markelly Fonseca às 12h38min, 11 de jan. 2013.

Fotografia 12: Zona sul no Município de Natal – RN.
Fonte: Markelly Fonseca às 12h42min, 10 de jan. 2013.

As imagens não demonstram as desigualdades socioespaciais em pares de complemento, elas ilustram vetores de modernização. Mas como se explica o quadro revelado pelas cartografias, onde a manipulação dos dados de coleta pode até escamotear estatisticamente a realidade? Levanta-se uma hipótese, qual seja o uso agrícola do território seria exibidor dos sistemas de pobreza mais agudo no território Potiguar, mas para isso seria necessário um estudo sobre ele. No caso dos municípios de Natal e Mossoró há bibliografia em estudos sobre as desigualdades no intraurbano (vide Anexo 1, p. 180), bem como os dados revelaram que as desigualdades aumentam nesses dois municípios.

As Zonas de Densidade e as Zonas de Rarefação no território norte-riograndense

Uma das expressões territoriais das desigualdades socioespaciais é a formação das **zonas de rarefações** e as **zonas de densidades técnicas** (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Essas concretudes são pares dialéticos que exibem a dinâmica das desigualdades socioespaciais territorialmente. As zonas de rarefação são porções no território onde existe uma ausência ou escassez dos conteúdos constituintes do meio técnico-científico-informacional. As zonas de densidades são aquelas onde esses conteúdos são expressos de forma plena ou concentrados (SOUZA, 2002; 2003c).

A metodologia sugerida por Souza (2003c) substantia a leitura territorial exibida nesta dissertação. Ao inspira-se por Santos e Silveira (2001), Souza (2003c) oferece os fundamentos para o desvendamento das desigualdades socioespaciais numa perspectiva

geográfica, qual seja, a busca pelas densidades técnicas. O período histórico técnico-científico-informacional gera, como já foi visto, o meio técnico-científico-informacional que se difundiu, desigualmente, pelo território usado.

Desse modo, a concentração da riqueza está ligada às densidades técnicas e informacionais, que são próteses territoriais em maior ou menor intensidade, as densidades de leis, normas, regras que regulam a vida coletiva, incluindo a população que migra em busca de melhores condições de vida (SOUZA, 2003c). No contexto do Rio Grande do Norte, os municípios com maior volume em população são aqueles que apresentam uma acentuada desigualdade intraurbana.

Vale lembrar que as densidades técnicas ao se instalarem formando porções territoriais densas, agregam valor ao lugar, especializando-os, mas implica também numa perversidade para outros lugares que, desprovidos do acesso às especializações, são discriminados pelos seus conteúdos.

A cidadania mutilada (SANTOS, 2012 [1987]), que decorre dessas especializações dos lugares, é um dos conteúdos perversos gerados pela formação socioespacial brasileira. O Estado do Rio Grande do Norte não foge a esta regra! Os mapas apresentados até aqui exprimem as manchas territoriais que formam a base material para a reprodução da vida constituindo um sistema de relações sociais entre os municípios norte-riograndense altamente desigual. Como pode ser visto nessa cartografia, uma extensa mancha territorial coincide com os analfabetos de 15 anos ou mais de idade, possivelmente são deficientes morando em zona rural, sem rendimento, ou ganhando até 2 Salários mínimos. Essa cidadania mutilada corresponde, geograficamente falando, as áreas de rarefações propostas na obra de Santos e Silveira (2001).

Por meio das dinâmicas das porções territoriais de rarefações e de densidades técnicas no Rio Grande do Norte podem-se apreender os processos de escassez. Essa extensa área de raridades técnicas é iluminada por exíguos pontos territoriais identificados nos municípios de Natal, Parnamirim, Mossoró, além de alguns outros poucos pontos disseminados pelo território.

O **Mapa 24**⁶² traz a malha de *sistemas de engenharia*⁶³, onde se incluem as infraestruturas rodoviárias, hidroviárias, portuárias e aeroviárias. As ferroviárias são um caso

⁶² Mapa disponibilizado pelo Ministério dos Transportes.

a parte, pois não atendem a população Potiguar apenas existe o sistema sucateado dos trens urbanos dos municípios de Natal, Parnamirim, Extremoz e Ceará-Mirim.

Mapa 24 – Infraestrutura de transportes no Estado do Rio Grande do Norte

Fonte: Ministério dos Transportes. Departamento de Infra-Estrutura, 2011.
Disponível em: <http://www2.transportes.gov.br/bit/01-inicial/01-estadual/estados/port/rn.htm>

Segundo Felipe, Carvalho e Rocher (2006) as rodovias coincidem com os caminhos do gado gerados pelas intencionalidades do processo de ocupação e exploração colonial na antiga capitania do Rio Grande. Esses caminhos foram desenhados pela ordem vigente de interiorização do território e de fixação de vilas, freguesias e povoados (ver Matriz de Periodização, Esquema 02, p. 47). Algumas cidades que são referências regionais no Estado são localidades resultantes desse processo: Pau dos Ferros, Currais Novos, Caicó, Açu, Mossoró, para citar algumas.

⁶³ São objetos idealizados e construídos pelo homem para a produção e o intercâmbio, são articulados em sistemas, uma natureza artificializada marcada por grandes objetos geográficos formando uma verdadeira *tecnoesfera* (SANTOS, 2012 [1988]).

Os sistemas de densidade e rarefação, fluidez e viscosidade ditados pelos sistemas de engenharia (grandes objetos técnicos que propiciam fluidez) articulam “nós” no território, que também são resultantes de uma *sobreposição dos sistemas de engenharia* no decorrer do tempo (SANTOS, 2008 [1994]). O município de Natal e seu entorno detém o mais denso desses sistemas, seguido de Mossoró. São os dois nós de densidades, dois pontos altamente densos tecnicamente. Outros pontos de encontros dos sistemas de engenharia de transportes podem ser localizados nos municípios: Pau dos Ferros, Apodi, Açu, Lajes, Caicó, Currais Novos, Santa Cruz, Bom Jesus, Parnamirim, Macaíba, Extremoz, Ceará-Mirim, Goianinha, Touros, João Câmara, Areia Branca e Macau.

Complementando as densidades técnicas expressas pelos sistemas de engenharia de transportes, atenta-se para a difusão da ciência, do conhecimento, da informação e das tecnologias a partir de outras variáveis: ciência e informação (universidades públicas), tecnologias (como por exemplo, os mapas dos objetos técnicos vinculados ao Sistema Único de Saúde – SUS a seguir), e outras manifestações de densidades técnicas (como o consumo de energia elétrica em megawatt).

Ainda que obedecendo a outras lógicas a distribuição de objetos técnicos que constituem o sistema de saúde (estabelecimentos vinculados ao SUS, principalmente) pelo território Potiguar suas implantações devem ser cruzadas com informações contidas nos mapas anteriores⁶⁴. Em linhas gerais, são as densidades populacionais que atraem as instalações de objetos técnicos⁶⁵.

Os **Mapas**, a seguir, 25, 26, 27 e 28, trazem a distribuição do total de estabelecimentos de Saúde, os consultórios isolados, as clínicas de especialidades e as Unidades Básicas de Saúde (UBS) segundo o Banco de Dados do Sistema Único de Saúde – DATASUS em 2010.

⁶⁴ Alguns mapas contidos nesta dissertação complementam a objetivação da instalação de estabelecimentos de saúde: mapa 02, p. 56; mapa 05, p. 60; mapa 10, p. 66; mapa 11, p. 67; mapa 12, p. 68; mapa 15, p. 71; mapa 21, p. 74; mapa 23, p. 78 e mapa 24, p. 87.

⁶⁵ O SUS pelas portarias de N. 2.488 (21 de outubro de 2011) e 2.226 (18 de setembro de 2009) estabelecem recomendações para implantação de Unidades Básicas de Saúde – UBS: segundo porte, implantação de equipes para o programa Saúde da Família e outras especificações. Segundo portaria N. 2.226 de 18 de setembro de 2009: componente I: implantação de UBS para municípios com população de até 50.000 habitantes (1 Equipe de Saúde da Família), e a componente II para aqueles com mais de 50.000 habitantes (no mínimo 3 Equipes de Saúde da Família). Portaria N. 2.488 de 21 de outubro de 2011: 1 UBS para grandes centros urbanos para no máximo 18 mil habitantes sem Saúde da Família, e aqueles grandes centros urbanos com saúde da família recomenda-se 1 UBS para no máximo 12 mil habitantes. Decretos disponíveis em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis>. Acesso em 30 jun. 2012.

Mapa 25 – RIO GRANDE DO NORTE: Estabelecimentos de Saúde por Município. 2010.

Mapa 26 – RIO GRANDE DO NORTE: Consultório Isolado por Município. 2010.

Mapa 27 – RIO GRANDE DO NORTE: Clínica ou Centro de Especialidades por Município. 2010.

Mapa 28 – RIO GRANDE DO NORTE: Unidade Básica de Saúde (UBS) por Município. 2010.

Os municípios de Natal e Mossoró concentram estabelecimentos de Saúde, sobretudo especialidades, a exemplo do Mapa 27 (p. 90) sobre a distribuição das clínicas ou centro de especialidades. Os demais municípios apresentam objetos do atendimento de baixa complexidade ou atenção básica como nomeia o SUS, como se observa no Mapa 28 (p. 90) sobre as UBS.

Assim, outra questão a ser analisada é aquela das especialidades. Há Estabelecimentos de saúde que são altamente especializados. Tais objetos, que seguem a lógica de difusão do meio técnico-científico-informacional não podem apresentar sua disseminação “homogênea” ou “equalizada” por todo o território, mas sua rede de implantação deve ser consequente.

Segundo os mapas apresentados até o momento constata-se movimentos e pontos de sinergias que espraia o meio técnico-científico-informacional, pelo território Potiguar. Outrossim, foram captadas manifestações geográficas das desigualdades socioespaciais, uma vez que se exibiu a formação de zonas de densidades e rarefações promotoras de dinâmicas as mais diversas, intensas e complexas.

Os aportes de contribuições da ciência, tecnologia e informação, como já foi afirmado anteriormente, também integram as zonas de densidades técnicas e são elementos difusores do meio técnico-científico-informacional. Elas são decisivas para o acirramento do quadro de desigualdades socioespaciais no Estado do Rio Grande do Norte. O **Mapa 29** exhibe a localização das Instituições de Ensino Superior por municípios. Os municípios de Natal, Santa Cruz, Caicó, Pau dos Ferros e Mossoró possuem três unidades de ensino superior cada. As Universidades Estaduais e os Institutos Federais são presentes nos municípios anteriormente citados, bem como mais disseminadas pelo Estado. Trazendo o Mapa 24 (p.87), sobre os sistemas de engenharia, as instituições de ensino superior se localizam nos municípios pontos de encontros das malhas rodoviárias, principalmente.

Mapa 29 – RIO GRANDE DO NORTE: Instituições de Ensino Superior por Município. 2010.

As instituições de Ensino superior no Estado do Rio Grande do Norte são expressivamente Estaduais, totalizando 15 unidades cada uma delas distribuídas nos respectivos municípios: São Miguel, Pau dos Ferros, Alexandria, Patu, Umarizal, Apodi, Caraúbas, Mossoró, Açu, Caicó, Macau, Santa Cruz, João Câmara, Nova Cruz e Natal. A segunda instituição de Ensino Superior de maior difusão foram os Institutos Federais que somam 10 estabelecimentos (cada um nos seguintes municípios: Natal, Santa Cruz, Ipanguaçu, João Câmara, Macau, Mossoró, Apodi, Pau dos Ferros, Currais Novos e Caicó). E, ainda 9 Universidades Federais (sendo 4 Federais Rurais do Semi-Árido – UFERSA)

O **Mapa 30** expressa o total de consumo de energia elétrica por municípios em 2010. Essa imagem corrobora na exibição de porções de densidades técnicas. Os mapas de consumo de energia elétrica exprimem os usos do território por objetos altamente técnicos, como a indústria petrolífera na porção setentrional do estado do RN. A criação do distrito industrial de Natal e municípios limítrofes pelas propostas da SUDENE na década de 1970 também são pontos densos tecnicamente (Esquema 02, p. 47).

Mapa 30 – RIO GRANDE DO NORTE: Consumo geral de Energia Elétrica por Município. 2010.

Quando o uso é referente ao total de energia consumida por estabelecimentos comerciais, o **Mapa 31** revela a imagem comum a muitos mapas até aqui exibidos. Os municípios de Natal, Mossoró, Parnamirim e Caicó se sobressaindo margeado por reduzidas expressões.

Mapa 31 – RIO GRANDE DO NORTE: Consumo Comercial de Energia Elétrica por Município. 2010.

O **Mapa 32** demonstra a especificidade do uso industrial que revela outra lógica, sobretudo a indústria petrolífera elevando o consumo de energia elétrica em municípios que se sobressaem em características sociais de pobreza: moradores sem banheiro em suas residências e pessoas com alguma deficiência permanente em domicílio urbano, como por exemplo, o município de Areia Branca.

Mapa 32 – RIO GRANDE DO NORTE: Consumo Industrial de Energia Elétrica por Município. 2010.

Um exemplo de um mega objeto geográfico de alta densidade técnica pode ser verificado pela **Fotografia 13** sobre o município de Guamaré: a refinaria de petróleo.

Fotografia 13: Refinaria de petróleo no Município de Guamaré – RN.
Fonte: Markelly Fonseca às 12h20min, 05 de jan. 2013.

Para a funcionalização desse objeto a refinaria de petróleo demanda densidades técnicas, sendo uma delas e essencial o consumo de energia, cuja intensidade é expressa pela posição desse município no nível estadual, nesse tipo de consumo.

Dinâmicas regionais de Desigualdades Socioespaciais no Território Usado Potiguar

Este tema será abordado a partir de um conceito caro à Geografia que é a região. Um dos papéis ativo do geógrafo seria poder definir, explicar e delimitar uma região (GEORGE *et. al.*, 1968). No período em que o geógrafo se detinha ao estudo do quadro regional, o fazer geográfico influenciou o planejamento (que emergia enquanto prática institucional⁶⁶) passando a incorporar o regional em sua lida.

O fundamento do conceito de região, na França (século XVIII), como ensina a literatura a esse respeito era baseada no elemento físico (bacias fluviais, topografia, geologia) ou uma reunião desses elementos. Os geógrafos, no século XX vão então considerar também as paisagens, as redes urbanas, fluxos econômicos, e áreas definidas. Serão, então, colocadas

⁶⁶ Exibimos a evolução do planejamento no próximo capítulo.

às singularidades e as regularidades. Na bibliografia consultada para a construção do estado da arte do planejamento, trata-se de um espaço polarizado, que integrava um conjunto de funcionalidades reunidas em um centro urbano. Este era o método para a definição das *regiões-problema*: resultado do crescimento desigual entre zonas geográficas de um mesmo país (BRITTO, 1986).

Souza (1976) abordou a região como uma categoria que permitia uma melhor colocação dos problemas de caráter social e humano. A região era facilitadora das ações de descentralização das atividades governamentais e da coordenação das operações setoriais. Então, a região integraria projetos locais em consonância com um planejamento territorial.

Para a delimitação de regiões obedecia-se os critérios de homogeneidade e heterogeneidade. Em momentos históricos pretéritos a *região era síntese* do conjunto do meio físico e seus aspectos de utilização pelo homem (TRICART; SANTOS, 1958). Todavia, mesmo nessa época havia críticas aos métodos de elaboração das regiões *vidalinas* consideradas por Lacoste (1989) como regiões concebidas isoladamente. As regiões seriam *intersecções complexas de múltiplos conjuntos espaciais*. “Uma das razões de ser da geografia é a de tomar conhecimento da complexidade das configurações do espaço terrestre” (LACOSTE, 1989, p. 68).

A partir da concepção ou conceito de região produziam-se as regionalizações para efeito do planejamento. Os estudos territoriais faziam uso massivo de cartografias para a definição de regiões segundo as teorias que fundamentavam o planejamento da época. Para as regionalizações brasileiras a de maior influencia foi à teoria dos polos e estratégias de desenvolvimento inspiradas por François Perroux na tentativa de enfrentar os desequilíbrios regionais (RIBEIRO; PIQUET, 2008).

Segundo os estudos regionais decorre o processo de regionalização, portanto é complexo, devido à variabilidade do conceito regional. Segundo Souza (1976) essa complexidade se dá pela multiplicidade de objetivos para os quais a região de planejamento pode ser definida. Entretanto, a regionalização deve expor à multiplicidade das atividades humanas.

Para contemplar as características do período histórico atual a regionalização deve conceber as regiões segundo a continuidade e complementaridade dos acontecimentos no território como nos ensina Santos (2009 [1996]).

O acontecer homólogo é aquele das áreas de produção agrícola ou urbana, que se modernizam mediante uma informação especializada, gerando contigüidades funcionais que dão os contornos da área assim definida. O acontecer complementar é aquele das relações entre cidade e campo e das relações entre cidades, conseqüência igualmente de necessidades modernas da produção e do intercâmbio geograficamente próximo. Finalmente, o acontecer hierárquico é um dos resultados da tendência à racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização, que tendem a ser concentrados (SANTOS, 2009 [1996], p. 166-167).

Os conceitos de verticalidades e horizontalidades, propostos por Santos (2009 [1996]), são o método para a captação e edificação de regiões ou a delimitação para fins de planejamento. As *verticalidades* são pontos no espaço, separados uns dos outros, que asseguram o funcionamento da economia, ou seja, são vetores de modernização entrópicos que trazem desordem aos lugares em que se instalam estabelecendo uma ordem segundo seu próprio benefício. Enquanto as *horizontalidades* são produzidas pela vida atual de um grupo humano e suas relações com o lugar, intermediados pela técnica e pela estrutura social, são extensões formadas por pontos que se agregam sem descontinuidade, isto é, extensões que se fortalecem a partir de ações localmente constituídas, de uma coesão social e do interesse coletivo (SANTOS, 2009 [1996]).

Apesar da ideia de região não ser mais trabalhada como categoria de análise pela Geografia Nova, seu entendimento a partir dos acontecimentos homólogos, ou seja, de continuidades precisa ser mantido. Dessa forma, a região se expressa como um instrumental político-ideológico para definição e implantação de políticas tanto do Estado como das empresas.

Segundo a difusão do meio técnico-científico-informacional há *dois Rios Grandes do Norte*⁶⁷, um denso técnico e populacionalmente em porções específicas e localizadas principalmente nos municípios de Natal e Mossoró e a vasta porção territorial de rarefações desse meio. A ação política para essas duas realidades deve ser estrategicamente distinta, segundo as demandas e concepções do planejamento humanístico e totalizante, sobre os quais se refletiu nesta dissertação e que são fundamentos do método aqui proposto.

⁶⁷ Inspirados em Santos e Silveira (2001) quando discorrem sobre os quatros brasis segundo uma nova regionalização a partir da difusão do meio técnico-científico-informacional.

Capítulo 3

A POLÍTICA, UM PLANEJAMENTO, NAS MEDIAÇÕES DO MUNDO AO LUGAR

“Supõe tu um campo de batatas e duas tribos famintas. As batatas apenas chegam para alimentar uma das tribos que assim adquire forças para transpor a montanha e ir à outra vertente, onde há batatas em abundância; mas, se as duas tribos dividirem em paz as batatas do campo, não chegam a nutrir-se suficientemente e morrem de inanição. A paz nesse caso, é a destruição; a guerra é a conservação. Uma das tribos extermina a outra e recolhe os despojos. Daí a alegria da vitória, os hinos, aclamações, recompensas públicas e todos os demais feitos das ações bélicas. Se a guerra não fosse isso, tais demonstrações não chegariam a dar-se, pelo motivo real de que o homem só comemora e ama o que lhe é aprazível ou vantajoso, e pelo motivo racional de que nenhuma pessoa canoniza uma ação que virtualmente a destrói. Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas.”

Machado de Assis,
Quincas Borba, 2009 [1981].

Fotografia 14: Prefeitura do Município de Natal – RN.

Fonte: Markelly Fonseca às 12h39min, 12 de jan. 2013.

Fotografia 15: Prefeitura do Município de Vila Flor – RN.

Fonte: Markelly Fonseca às 12h37min, 02 de jan. 2013.

A arquitetura do prédio da Prefeitura Municipal de Natal, capital administrativa do Estado do RN, expressa uma opulência da centralização do poder no território Potiguar, vide **Fotografia 14**. Enquanto a singela forma do prédio da administração municipal de Vila Flor, uma das primeiras vilas da antiga Capitania do Rio Grande, na **Fotografia 15**, instiga sobre a indissociabilidade entre território e sociedade.

As duas paisagens contrastam uma complexidade da malha viária na primeira e a simplicidade na segunda, ou inexistência dela. O município de Vila-Flor (ao sul de Natal ou litoral) ainda mantém expressões de vilarejo ou comunidade rural. Esse fato leva a questionar a intrigante desproporcionalidade entre muitos municípios do Rio Grande do Norte, como o de Viçosa, por exemplo, já mencionado em capítulo anterior. As duas sedes administrativas localizam-se na porção central dos municípios. Foi visto que os municípios em suas praças centrais (Prancha 1 p. 79) são organizados e conservados. Mas, a desproporcionalidade das fotografias 14 e 15 tem sua compreensão na difusão do meio técnico-científico-informacional segundo os pactos territoriais funcionais (SANTOS, 2012 [1987]) estabelecidos mediante a formação territorial Potiguar.

Os elementos constitutivos do meio técnico-científico-informacional são difundidos pelo mundo, entretanto essa difusão não se dá igualmente, ela provoca um processo de fragmentação e desigualdades territoriais, por isso não há um mundo globalizado em igualdades, mas locais da globalização, isto é, localidades onde o meio técnico-científico-informacional é uma condição de abundância, possibilitando a *convergência dos momentos*, a *unicidade técnica* e o *motor único* (SANTOS, [2000] 2011)

No primeiro município ilustrado indica um tempo mais acelerado a partir da densidade do meio técnico-científico-informacional, e o segundo um tempo mais lento. Mas, para os dois há possibilidades da conexão mundo-lugar pela condição atual do período. Diga-se de passagem, a *internet* na forma dos núcleos de inclusão do governo, ou mesmo do morador que adquire por conta própria; o contato com os turistas vindos de todos os rincões do mundo, que visitam tanto o município de Natal como o de Vila Flor, porém esse em menor grau e intensidade do que o de Natal.

Concretamente, podemos usufruir da possibilidade da *conexão mundo e lugar*, isto é, a simultaneamente entre os elementos da modernidade com as particularidades dos locais (SOUZA, 1993). Essa possibilidade é resultado do período histórico atual que pressupõe o

conhecimento refinado da relação espaço-tempo ou vice-versa, onde um lugar pode ser global “[...] pelas possibilidades oferecidas pela técnica de controle dos mercados sem a necessidade de transportar mercadorias, como no mundo mundializado⁶⁸ (SOUZA, 1996, p.6)”.

Todavia, o caráter de acessibilidade depende das condições de como o lugar é influenciado pelo mundo, porque essa *conexão lugar-mundo* não é homogênea dada às circunstâncias em que o sujeito vive, pois, cada *lugar é a sua maneira o mundo*. Este é sinônimo de espaço geográfico e de totalidade⁶⁹ (SOUZA, 1993; 1995; 2006). Conforme vimos no capítulo 2, há lugares no Rio Grande do Norte que são estabelecidos a partir de uma localidade de precárias condições e há aqueles que se valem das facilidades propiciadas pelo meio.

O planejamento em seu cerne envolve uma questão filosófica e outra política. Na primeira, há duas linhas gerais e divisórias: o indivíduo e o coletivo. O planejamento também é praticado pelo indivíduo⁷⁰ quando este se planeja todos os dias, alguns com planos a longo prazo outros não, mas intrinsecamente o homem concebe planos para existir e se conduz politicamente para realizá-los. Em outras palavras, como projeto do *vir a ser* o homem está sempre em movimento na busca por seus objetivos existenciais.

No campo coletivo, há diversas origens para o planejamento: se trouxe uma do ponto de vista em que ele se confunde com a política e a outra do ponto de vista institucional. No aspecto filosófico e epistemológico o planejamento remete a sua origem com a *polis* grega dada sua ligação com a política. No entanto, Linhares (2008) denomina essa origem ligada à *polis* grega de *(proto)planejamento*.

O surgimento do planejamento da coisa pública é implícito à invenção da Política pelos gregos: Platão e Aristóteles consideravam a política o fundamento para ação do Estado sob forma de governo, onde seu objetivo primordial era conduzir os cidadãos à felicidade através do modo de vida na cidade. Esse era o grande objeto da política. Linhares (2008)

⁶⁸ Processo de expansão das mercadorias, do transporte de mercadorias, das trocas, fator antigo da história da humanidade.

⁶⁹ A princípio a totalidade é um todo em movimento. Analiticamente a totalidade só pode ser examinada a partir da totalização, por que essa é a concretização da totalidade por meio dos eventos. Como a totalidade estar sempre em movimento é pela totalização que se lida com o estudo da realidade (SANTOS, [1996] 2009).

⁷⁰ Zmitrowicz (1980) infere que o planejamento é uma atividade na qual as pessoas definem e ordenam ações para atingir seus objetivos. O referido autor faz referência ao processo contínuo em adaptar as ações aos objetivos. Todavia pensamos que isso seja enquadrar as ações ao racionalismo.

advoga que a formação da cidade grega, a *polis*, tinha como objetivo máximo conduzir os cidadãos à felicidade (sentido último da existência).

Na vertente institucional é com a cidade industrial que o planejamento torna-se um instrumento técnico que conduziria a política na intervenção dos projetos urbanísticos. A história do planejamento se confunde com a história da cidade (HALL, 1995). Mas, mesmo fazendo crítica a ingenuidade dos arquitetos em desconsiderarem a política no sistema de planejamento urbano, Hall (1995) o concebe como uma técnica. A política, e, assim o planejamento, eram indissociáveis do conhecimento científico da época, pois a ação demandava uma fundamentação.

Atualmente, discurso e ação se divorciaram e esse caráter da base do conhecimento se perdeu em virtude da pactuação e negociação de interesses particulares de alguns segmentos sociais. Houve um descompasso entre a diversidade, a coletividade e a elaboração política visando à felicidade do sujeito (SOUZA, 2007; 2003b).

Por envolver a realidade concreta, há uma confusão nas compreensões do planejamento. É preciso clareza de sua finalidade política para identificar as demandas a que se dedica: planejamento de cidade, regional, nacional, econômico, social, patrimonial dentre outros. E em alguns momentos, conforme será visto a seguir, setorial, integral, territorial quanto ao seu nível de ação.

Assim, as grandes rupturas da história mundial, ou do movimento global interferem no sistema de planejamento de qualquer território nacional. Nesse caso, o brasileiro sempre recebeu influências das grandes mudanças mundiais. Ribeiro e Piquet (2008) exibem uma periodização sobre o planejamento urbano e regional brasileiro, organizada em três fases⁷¹: primeira fase de *concepções de desenvolvimento e subdesenvolvimento* nos anos de 1950 e 1960; segunda fase é impulsionada pela centralização, autoritarismo e tecnocracia a partir dos antagonismos aos princípios democráticos praticados pela Ditadura Militar e a terceira fase revela a rejeição do “planejamento” pelas forças mercantis.

Institucionalmente, a origem do planejamento aplicado às questões de Estado surgem na extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, que foi racionalmente aplicado na economia por meio de posturas político-ideológicas refletidas pelos planos quinquenais. No pós Segunda-Guerra Mundial o planejamento passa a ser praticado pela

⁷¹ Essa periodização objetivava explicar sobre o ensino do planejamento e suas influências recebidas pela formação socioespacial em curso.

economia capitalista para a reconstrução dos países arrasados pela guerra. Entretanto, passa a ser aplicado como técnica para crescimento econômico com bases keynesianas e tayloristas (RIBEIRO; PIQUET, 2008; FURTADO, 2002; WILHEIM, 1976). Essas são as bases para o surgimento do planejamento indicativo, ou como argumentado neste capítulo segundo Santos (2009 [1990]) um planejamento corporativo por privilegiar o uso corporativo do território.

Cientificamente há um dissenso entre o conceito de planejamento e planificação. A diferença é ligeiramente ligada ao sistema econômico que o alimentava. Sendo a planificação originada na prática socialista da ex-URSS e ainda usado na França e o planejamento nas cidades capitalistas. Mas seu movimento é o mesmo, o processo político para instrumentalizar a economia e as finanças. Além do caráter de resolver problemas ele possui vistas no longo prazo, na ideia de futuro.

Faz-se necessário registrar que não houve consenso à discussão estrutural e de mudança social nos trabalhos clássicos do planejamento, uma vez que no contexto histórico da época a dicotomia entre mundo capitalista e mundo socialista era um elemento significativo. Sendo assim, alguns trabalhos traziam ideologias contrárias ao enfrentamento da questão estrutural. Evidentemente, todo trabalho traz em si os métodos que o conceberam e, desse modo, é possível identificar suas intenções.

O planejamento realizado no Brasil ainda encontra-se orientado pelas concepções economicistas, também por que embasados por discursos de sustentabilidade, embora o discurso e alguns projetos tenham o foco na redução das desigualdades. A essência das prioridades é a reprodução do capital ficando o atendimento das demandas sociais a reboque desse processo (SANTOS, 1994a).

Ao considerar a Geografia como o *texto do mundo*, o saber geográfico além de subsidiar a compreensão da constituição do mundo exhibe suas mediações com o nacional, o regional, o estadual, o municipal, e, sobretudo, influenciando a constituição do lugar. Pois, o texto geográfico é a revelação concreta desse mundo. Este se configura historicamente como um sistema de objetos indissociado de um sistema de ações, materialmente impregnado de História (SOUZA, 1995).

Por ser a Geografia o texto da compreensão da totalidade em movimento será cada vez mais eficaz na produção desse texto quanto mais esteja engajada no debate e na busca do conhecimento do presente para a prospecção do futuro (SOUZA, 2002). Aborda-se, nesse trabalho, o diálogo entre a Geografia, ciência que estuda o espaço geográfico, com a política,

e, por sua vez, o planejamento brasileiro, por meio de suas expressões a partir do território usado Potiguar.

O planejamento e sua relação com a Política

Pensar o planejamento remonta a existência do homem, mas, sobretudo, a partir de sua sedentarização e criação das aldeias na revolução neolítica. A história da existência humana relacionada às cidades nos remete ao período em que o homem fixa moradia (Revolução Neolítica) e passa a modificar paisagens e constituir territórios em consonância com suas organizações sociais, culturais, econômicas e políticas (BENEVOLO, 1993). É interessante notar que as formas das cidades eram desenhadas e construídas a partir das organizações e expressões resultantes das concepções existenciais dos grupos humanos que as formavam.

A partir da história do planejamento das cidades⁷² no século XX relacionada às reações de arquitetos, sociólogos, geógrafos e profissionais afins, às questões da cidade industrial, principalmente da habitação precária dos pobres, o *planejamento urbano* passa a ser uma práxis e se institucionaliza no âmbito do governo (HALL, 1995). Assim, o planejamento era concebido enquanto técnica de produção da cidade, sobretudo, pela práxis dos arquitetos.

As políticas econômicas governamentais expressam, de maneira bastante clara, o modo pelo qual o território se configura, evidenciando sua estratégia de regulação (IANNI, 1991). Por isso advoga-se que o planejamento é um *instrumental político* que serve ao processo decisório (SOUZA, 1981). É sempre estratégico e ganha denominações segundo seus conteúdos e práticas que o constitui. Porém, sua estratégia não deve beneficiar apenas as empresas, conforme a prática do denominado planejamento estratégico, mas o retorno à Política.

Em outras palavras, “A decisão de planejar é essencialmente uma decisão política [...]” (RIBEIRO; PIQUET, 2008, p. 51). Desse modo, a política, conforme se introduziu, é aquela que trata da convivência entre os homens (ARENTD, 1999) na formação de um sistema de vida comum (SANTOS, 2007 [2000]).

⁷² Bruna (1980) afirma que foi a partir da carta de Atenas, *La Tourette-Rhone*, e a carta dos Andes que as cidades passaram a ser consideradas no planejamento como parte de uma região.

A política: é algo que vai além do eu, dos meus pequenos interesses, das minhas pequenas ambições, dos meus pequenos sonhos, das minhas pequenas realidades para abranger o “nós”. E quanto mais esse “nós” for abrangente, quanto mais este “nós” incluir todo mundo, mais política haverá. Não é a política do “eu”, não é a política de uma classe só, não é a política de um grupo só, não é a política de uma empresa só, não é a política de um município só, não é a política de um estado só A política é, por natureza, aquilo que abraça a tudo e a todos e que busca, a partir de tudo e de todos, construir um sistema de vida; [...] tem que ser buscada a partir de todos. A política é ação (SANTOS, 2007 [2000], p. 24 [grifo do autor]).

Para Chauí (2007) a política está ligada ao *espaço público*⁷³ quando advoga que a privatização desse espaço é um esquecimento da política pelos governos neoliberais. O *marketing* político vende a imagem do político e do “cidadão consumidor”. Interessante resgate dos conceitos de política desde Platão e Aristóteles, a política como forma superior de vida, se definiria pela justiça transcorrendo pelo debate realizado pelos os teóricos até aqueles da modernidade⁷⁴. Mas, a autora supracitada se apoia na noção de natureza política (ser inata ao homem).

Enquanto, Arendt (1981) propõe a reconsideração da condição humana refletindo sobre o homem e sua prática. Essa discussão é necessária sob a pena do esvaziamento humano das questões políticas⁷⁵. A ação como uma das condições humanas da vida ativa (vida política) só se realiza na pluralidade. Esse é o fundamento do lugar como espaço do acontecer solidário. Pois se a relação só acontece no coletivo, na pluralidade, e a ação está no campo da coletividade, só em sociedade e com política a ação se realiza. Desse modo, o lugar é o conceito geográfico que abarca essa dimensão da existência humana.

⁷³ Esse difere do que se entende por espaço geográfico.

⁷⁴ Segundo Chauí (2007) na Idade Média houve uma mescla das concepções de Platão e Aristóteles que eram distintas. Maquiavel defende a política como exercício do poder. Essa concepção abre campo para o poder político na idade Moderna. Jean Bodin define soberania: é soberano aquele que tem o poder de decisão. Hobbes tratou da soberania do Estado. Gramsci pensa a política a partir de Maquiavel. Marx. Max Weber, Hannah Arendt distingue força, autoridade e poder. Michel Foucault. Claude Lefort. Esses filósofos consideram a política como espaço público.

⁷⁵ São quatro elementos da **condição humana**: o pensar, a razão, o labor/tarefa, o trabalho e a ação. Ela trata apenas das três últimas. A expressão vida ativa designa três atividades humanas fundamentais: labor/tarefa, trabalho e ação. São fundamentais por que correspondem as condições em que a vida constitui o homem. O labor/tarefa é o processo biológico do corpo humano que tem que haver com as necessidades vitais do próprio labor no processo da vida. “A condição humana do labor é a própria vida” (ARENDT, 1981, p. 5). O trabalho é a atividade vinculada ao artificialismo da existência humana, produz um mundo “artificial” de coisas. “A condição humana do trabalho é a mundanidade” (ARENDT, 1981, p. 5). Ação é a atividade que se realiza sem mediação das coisas ou matéria, a sua condição humana se dá na pluralidade. Ela também traz um conceito de sociedade onde é uma organização sobre-humana formada pelo conjunto das famílias organizadas economicamente e formam a nação (vida privada necessidades, vida na polis liberdade).

Por sua vez, Souza (2011a) aponta sobre a importância da compreensão da ação por que ela é um campo de relações, são pelas ações que se chega aos sujeitos e as intencionalidades: aflorando as contradições na constituição dos lugares. Todos os aspectos da condição humana tem relação com a política, mas é a ação que é “*conditio per quam*” da vida política. Assim, a ação é a única que não pode ser imaginada fora da sociedade dos homens por que depende da presença dos outros. Então, a política no seu sentido mais profundo é o viver sendo o mesmo que estar entre os homens. “A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (ARENDT, 1981, p. 16).

“Os homens são seres condicionados: tudo aquilo com o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de existência” (ARENDT, 1981, p. 17). As coisas criadas pelos homens também os condicionam, daí seu caráter ativo, mas, sobretudo por que a forma é indissociavelmente ligada às ações. O caráter dos objetos se tornarem uma condição de existência é sua naturalização pela sociedade que o constituiu, assim os sujeitos futuros que nascem nesse território usado herdam como natural os objetos geográficos precedentes (SANTOS, 2009 [1996]).

Para Maar (1985) a política é uma prática e organização. Há presença da prática política nas práticas cotidianas. Consoante o autor acima citado a política está voltada para realização de interesses humanos, realizando objetivos, ou seja, é mudança e transformação e diz respeito a todos. Segundo sua argumentação a saída política tem que levar em conta uma saída civilizatória. Sabe-se que politicamente existe uma preocupação com o futuro, assim a investigação do planejamento revela as concepções da elaboração de políticas e seus conteúdos. Por que o futuro planejado nem sempre diz respeito ao interesse coletivo.

Defende-se que o enfrentamento das desigualdades socioespaciais passa por uma discussão política. Por que a Política é uma *forma de organização* que surge no *entre-os-homens* para a manutenção da vida. A Política⁷⁶ trata da *convivência entre os diferentes*, ou seja, entre os homens que são diversos entre si (ARENDT, 1999).

Nesse sentido, entende-se que a política se origina com o lugar, pois ele é estabelecido por um pacto de solidariedade entre sujeitos segundo o que os uni (SANTOS, 2009 [1996]), em outras palavras, pela força da existência compartilhada e a proximidade

⁷⁶ Há uma discussão entre Política e liberdade levantada por Arendt (1999).

cotidiana os indivíduos, estrategicamente, resistem (SOUZA, 2005). Nesse sentido, há uma potencialidade no conceito do lugar para a formulação política.

O planejamento brasileiro ganha corpo a partir dos planos econômicos para o governo federal: uma política explícita para a industrialização no governo do Estado Novo (década de 30) com os planos de Governo do Presidente Getúlio Vargas; transcorrendo para a formação do planejamento institucional com o governo Dutra e o Plano Salte; seguido do Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek (década de 1950). Mesmo se configurando com um avanço na montagem do sistema de planejamento nacional, o Plano de Metas não se deu total e integralmente como elaborado (IANNI, 2004 [1988]).

Contudo, para o Estado do Rio Grande do Norte os desdobramentos do planejamento do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek são consequências da criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Mas, somente na década de 1970 desenvolvem-se os primeiros estudos territoriais que auxiliam a montagem do sistema de planejamento Potiguar, conforme será visto no final desse capítulo ao tratar do processo de planejamento Potiguar (observe o Esquema 03, p. 117) e no próximo capítulo.

No contexto em que o Rio Grande do Norte implanta seu planejamento, o Brasil encontra-se em sua segunda fase (passando da fase do planejamento do desenvolvimento com base no discurso keynesiano para aquele de fundo neoclássico porque ligado às forças do mercado) contraditoriamente vivenciando a Ditadura Militar (RIBEIRO; PIQUET, 2008). O planejamento nacional abandona o projeto de nação para investir na preparação massiva do território para uso do capital no acirramento da competitividade entre os locais. Assim, transferem-se para o nível do local as discussões dos problemas nacionais e desse modo “[...] a *gestão* substitui o planejamento” (RIBEIRO; PIQUET, 2008, p. 56 [grifo do autor]). Neste momento tem-se o planejamento urbano com a criação das regiões metropolitanas.

Em razão disso, Fugiu-se do debate sobre as questões dos equipamentos urbanos de uso coletivo para discutir-se a competitividade. Esse é o fundamento do *planejamento estratégico* (RIBEIRO; PIQUET, 2008) que alimenta o acirramento da difusão do meio técnico-científico-informacional. Apesar de o Estado brasileiro elaborar planos com enunciado contendo conceitos territoriais ainda se está longe do planejamento territorial. Por que os planos que se tem produzido são PROGRAMAS DE GESTÃO, bem distanciados da POLÍTICA (com P maiúsculo), portanto, sem considerar o território usado. Então, aparecem ideias em discursos oficiais, passando a

Inserir a dimensão territorial no planejamento significa eleger o território como **plataforma** [grifo nosso] de integração das políticas e, assim, situar-nos no cerne do debate acerca da eficiência e qualidade dos gastos públicos. Para isso, precisamos incorporar metodologias, ferramentas e práticas modernas orientadas para resultados e foco no cidadão (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2008, p. 10).

Esse discurso revela que o território é considerado como base de integração das políticas (setoriais), portador de uma concepção ultrapassada de território como palco, o qual recebe as ações como se elas não fossem concebidas politicamente (SOUZA, 2004b). Com isso nota-se que

o território [...] não é um espaço inerte, uma plataforma apenas sobre a qual os homens exercem a história. O território com o qual vamos trabalhar não é o território em si, mas o território usado, [...]. O território que é um lugar de todos nós; o território não exclui ninguém. A economia exclui, mas o território não. Então o território é veraz, e é por isso que a geografia é igualmente veraz (SANTOS, 2007 [2000], p. 23).

Portanto, surge a grande questão, pois ao planejar o território somente como substrato (território palco) não considera sua ação. Mas, há um planejamento do capital pelo qual o território é preparado para o uso exclusivo das empresas. Assim, o Estado produz um meio técnico-científico-informacional, um território fluído, criando objetos geográficos e/ou infraestruturas por meio dos sistemas de engenharia que garantam o uso do território por essas corporações e a circulação do capital (SANTOS, 2009 [1990]). Essas são as chamadas zonas luminosas, zonas de altas densidades técnicas mencionadas no capítulo anterior.

Portanto, o Brasil não se desenvolveu, mas sim se modernizou, uma vez que para haver “desenvolvimento”⁷⁷ é necessário que a sociedade como todo se beneficie das possibilidades atuais que estão dadas. Essa é uma questão estrutural. A outra é que o Brasil possui uma tendência à concentração social de renda (FURTADO, 2002; 1974).

Em consonância com Souza (1988), um exame acurado dos fundamentos teóricos e empíricos e dos princípios que regem o planejamento brasileiro fornece elementos para a investigação acadêmica, e, sobretudo, para vislumbrar a correção do caminho desse

⁷⁷ Que é um mito, afirma Furtado (2002; 1974). Pois, o desenvolvimento só existe quando a sociedade se beneficia por completo, e não apenas segmentos dela. O mito do desenvolvimento é a ilusão na disseminação do progresso técnico e do consumo uniforme e homogeneamente tal quais os países que alcançaram uma acumulação e valorização capitalista dos indivíduos (FURTADO, 2002; 1974).

planejamento, até então enfraquecido e esvaziado. As correções urgentes seriam referentes à falha na montagem, elaboração e concepção das políticas e planos, bem como do próprio sistema de planejamento, que carece do conhecimento profundo dos usos do território.

Há de se considerar que “Planificar é sempre negar, ainda que fragmentariamente, a realidade presente. Essa é a contradição essencial do planejamento em regime capitalista de produção” (IANNI, 2004 [1988], p. 170). Esse é o princípio do planejamento do Estado capitalista, um território como recurso. Negam-se as desigualdades socioespaciais e prepara-se o uso corporativo do território. O futuro é pactuado em função da manutenção do capital e não na ideia do banal, na expressão da sociedade que se almeja ser, ou melhor, no território que se deseja ser usado por todos.

A compreensão do aprofundamento das desigualdades socioespaciais na realidade brasileira tem sua origem no processo de formação socioespacial brasileira manipulado pelas hegemonias mundiais (FURTADO, 2002; SANTOS, 1979). As desigualdades socioespaciais foram intensificadas pela prática do planejamento corporativo do território nacional (SOUZA, 2002; SANTOS, 2009 [1990]).

A origem do planejamento territorial

A primeira menção ao conceito de **planejamento territorial** é remetida às cartas de Atenas, *La Tourrette*⁷⁸ e Andes. Segundo Birkholz (1967) sua evolução parte da concepção onde o planejamento territorial se restringia às áreas urbanas passando, segundo os debates exibidos nas cartas acima, a abranger grandes regiões, países e continentes. Quando o planejamento dedicava-se às áreas urbanas os arquitetos lideraram as reflexões e propostas de intervenção na realidade. Após esse alargamento de perspectivas e abordagens a atividade passou a ser interdisciplinar. Desse modo, os documentos revelam as definições das fases do planejamento e seus conteúdos pelo aspecto da realidade a que se dedica planejar.

O planejamento territorial, que se iniciou nas áreas urbanas, tendo como o objetivo construir, ampliar, ordenar, embelezar e sanear as cidades, no intuito de melhorar ou favorecer a vida para seus habitantes, valendo-se do urbanismo pelo esquema geométrico, como por exemplo, construir cidades com as variâncias dos sistemas ortogonal, radial e triangular. “Em

⁷⁸ *La Tourrette* é o local onde se publicou a *Chart de l'Aménagement*.

consequência do desenvolvimento industrial, do avanço da técnica, do êxodo rural e da procura de melhores condições de vida, as cidades passaram a crescer cada vez mais rapidamente, criando-se nelas condições de vida muito precárias” (BIRKHOLZ, 1967, p. 11).

A tônica do planejamento territorial naquele momento era o sanear as cidades: distribuição de água potável, coleta e destino do esgoto e lixo. Mas, o planejamento não se resume aos objetivos e concepção estática, porque é um processo de ação permanente. É pela carta de Atenas (1933) que a cidade funcional constitui as bases do planejamento territorial moderno daquela época. A carta de Atenas tinha o planejamento regional como consequência do urbano e da cidade, porque seria impossível planejar a cidade desconsiderando sua área/região de influência. Porém, a carta de *La Tourrette* parte do território para dividi-lo em regiões de planejamento (BIRKHOLZ, 1967)⁷⁹.

O planejamento regional vincula-se ao planejamento estadual segundo os planos estaduais de desenvolvimento, como o setor educacional, por exemplo. O processo de regionalização a partir desse planejamento define áreas geográficas para ação. Mas, segundo o conceito de *região de planejamento* que tem sua origem nos EUA no período da depressão de 1929 (BRUNA, 1980). Assim, o planejamento de bacias hidrográficas é resultado daquele contexto e fundamentado pela concepção do planejamento regional como propulsor da economia progressista. Esse fundamento economicista aliado à teoria dos polos é o método do planejamento Potiguar, conforme será visto no próximo capítulo.

Mas o planejamento territorial fundado pela *Chart de l'Aménagement* em 1953 pelo movimento liderado pelo Pe. Lebreton tem seus fundamentos nos princípios humanísticos para a economia, divergindo das concepções do planejamento regional acima referido. Segundo Lamparelli (1994) a metodologia coordenada pelo Pe. Lebreton introduzia no planejamento o conhecimento profundo do território e seus problemas para a orientação de elaboração de políticas regionais específicas. Em suas palavras, “A estratégia de partir dos territórios era um recurso teórico para estruturar o movimento de análises e sínteses das problemáticas das partes e do todo” (p. 96).

A literatura do planejamento territorial clássica, em seus moldes humanísticos, tem como fundamento maior e primeiro a observância com as necessidades objetivas de uma dada sociedade. Conforme Lebreton (1966) as necessidades objetivas dizem respeito a normas

⁷⁹ Esses documentos traziam a questão do território, que mesmo sendo considerado como base física para a implantação dos objetos era uma perspectiva inédita, bem como a discussão dos equipamentos de uso coletivo. Planejamento territorial sem o território.

sociais: necessidades vitais (alimentação, vestimenta), necessidade de superação (instrução, arte, espírito), necessidades de trabalho (materiais para a execução da atividade), necessidades de uma civilização já constituída (os *níveis de vida* já alcançados para algumas classes). São as necessidades objetivas as quais o planejamento se dedica a disponibilizar, influenciando direta ou indiretamente nas necessidades subjetivas dos indivíduos.

Sendo assim, as necessidades subjetivas são da ordem do sujeito que se contenta com o que tem ou aquilo que deseja e acredita ter direito a possuir. “Pode ser legítima ou ilegítima segundo ao que corresponda ou não ao valor real que se tem e as funções que se desempenham ou que venham a desempenhar” (LEBRET, 1966, p. 124)⁸⁰.

Dentre as necessidades objetivas ainda há uma divisão: aquelas em que são absolutas e as outras relativas. Le Bret (1966) considera como absolutas as necessidades vitais e de superação e como relativas às de trabalho e das civilizações já constituídas. Esse mesmo autor (1966) hierarquiza as necessidades, agrupando-as em necessidades essenciais de subsistência (alimentação, vestimenta, habitação, saúde), necessidades de conforto e recreação (transporte, distrações) e necessidades de superação (nas quais se agregam mais valor humano: instrumentação, cultura, vida espiritual, familiar e social).

Propõem-se, então aqui, retomar uma compreensão humanística sobre as necessidades objetivas da sociedade. Delas deveriam decorrer as intencionalidades do planejamento, e, sobretudo, a montagem dos sistemas sociais de reprodução. E, são a partir das tessituras socioespaciais que se engendram as desigualdades também socioespaciais. Por isso, o mundo influencia na formação socioespacial brasileira a partir da prática do sistema capitalista de reprodução socioespacial pelo Brasil. Assim, o planejamento praticado⁸¹ pelo país deve retornar aos princípios humanistas, revisitando-os para a construção do futuro desejado fundamentado na banalidade do território.

Desse modo, se entende que a elevação dos repertórios do sujeito deve ser a preocupação da Política. Le Bret (1966) discutia sobre *nível humano*, qual seja ligado ao nível psicológico, intelectual e cultural, que proporciona o alargamento do horizonte existencial ao sujeito. Nesse trabalho, se lida com condições existenciais e alargamento do horizonte e

⁸⁰ “*Puede ser legítima o ilegítima según que corresponda o no al valor real que se tiene y a las funciones que se desempeñan o que se está llamando a desempeñar*”. Tradução do autor.

⁸¹ Como se discutiu no capítulo 1, e prosseguindo nesse capítulo, o planejamento corporativo do território pelo Estado brasileiro, e igualmente reproduzido pelo estado do RN (que será aprofundado no próximo capítulo).

repertórios do indivíduo na constituição dos seus lugares de existência nas localidades onde vive. Assim, para além de equipamentos que podem ser disponibilizados, a educação e o ensino asseguram uma formação técnica ou intelectual essencial para a elevação do humano no sujeito.

Essa discussão pode fundamentar a disponibilização e construção da base comum proposta por Santos (2012 [1987]) que seria uma condição material para exercício da cidadania. A construção da base comum possui relação direta com o quadro atual (uma cidadania incompleta e mutilada) e seu enfrentamento a partir de uma ideia de futuro onde sejam oferecidas condições básicas a sociedade, nesse caso a Potiguar.

Sugere-se que a falta de clareza do entendimento sobre o território usado como categoria de análise para o planejamento repercuta em uma ditadura econômica nas leituras da realidade. O enfoque econômico está ligado ao impulso da fase do capital industrial na qual uma racionalidade econômica do sistema capitalista se sobressai como psicoesfera pressionando um tecnicismo das ciências, e, conseqüentemente a elaboração de planos piores dessa racionalidade.

Outro entendimento para a preponderância econômica é o próprio caráter de gerência da vida, de prover o cotidiano, a manutenção das necessidades e também em poder confundir-se com o trabalho, o labor na disseminação das ideologias que configuram a psicoesfera. Mas, os princípios capitalistas que movem a economia são perversos, porque individualistas, exploradores e competitivos para ampliar a extração de mais-valia.

Um desafio ao processo de planejamento dentre suas inúmeras tarefas é elaborar planos que forneçam mais que uma base de ação, sejam dinâmicos, e que exibam variáveis para o entendimento e exibição da dinâmica, das mutações e da complexidade da realidade. Assim colabora-se validamente na tomada de decisões (SANTOS, 1979). Por isso é que

Condenamos simplesmente aquele planejamento que é o do capital. Desejamos vê-lo substituído por outro basicamente preocupado com a sociedade como um todo e não com aqueles já privilegiados. [...] Esta ética nos permitirá reconhecer o espaço como o reino de todos os homens e não como o campo de exercício do capitalismo. Isto significa que deve-se estar preocupado com o espaço social, o espaço de todos, e não com o espaço de empresas, o espaço de alguns, erroneamente chamado de “espaço econômico” (SANTOS, 1979, p. 23).

Em verdade, a nomenclatura de planejamento territorial foi diluída nas diversas práticas planejadoras: de cidade, urbano-regional, campo-cidade. Mas, ainda cita-se o termo do planejamento territorial quando se dá ênfase ao território físico ou território palco ou plataforma de ações.

O processo de planejamento Potiguar

O planejamento Potiguar, enquanto prática político-administrativa sistematizada em aspectos normativos se operacionaliza na década de 1980 com a constituição democrática. O embrião do planejamento territorial foi fomentado pelos estudos da SUDENE para o governo do estado do RN. Mas, a prática planejadora vai criando corpo em seus aspectos normativos, orçamentários e financeiros a partir das requisições da constituinte de 1988, como a obrigação da elaboração dos Planos Plurianuais estaduais. Com isso

A administração, de fato, da transição para a democracia – compreendida como expressão política e jurídica do confronto entre diferentes interesses, econômicos e forças sociais – implicou em esforços de absorção, nos parâmetros institucionalizados da denominada normalidade democrática, daquelas contradições advindas do projeto de modernização autoritária do país e, ainda, de outras, acrescentadas pela recessão da economia brasileira, com intensos impactos sociais nas áreas metropolitanas (RIBEIRO, 1994, p. 101).

Sendo assim, o marco democrático na formação do Estado brasileiro e influências nas formas de governo que tiveram de aprimorar seu sistema gestor é, sem dúvida, uma referência temporal (1988) no fazer político-planejamento. Pois, instaura a preocupação com os princípios democráticos forçando-se a atualização dos instrumentais de planejamento. Nesse contexto, surgem os instrumentos participativos.

O planejamento Potiguar está vinculado ao brasileiro, como visto neste capítulo, assim, recebeu influências das grandes fases nacionais do planejamento identificadas como *desenvolvimentista* (1950 a 1960), *tecnocrático* (1970 e início de 1980) e *mercadológico* (1980 a 1990). Mas, na fase desenvolvimentista na dimensão nacional como a origem do planejamento no país estava ligada à ação do Estado como promotor do desenvolvimento, mas quando exercitado pela Ditadura Militar houve uma metamorfose da intervenção Estatal para o apoio escancarado à acumulação do capital. Os esforços foram destinados à eliminação

de normas, redução de exigências legais, oferecimento de incentivos fiscais, garantia de segurança aos investimentos e aumento da fluidez do território (RIBEIRO; PIQUET, 2008).

Consequente ao desenvolvimentismo e o debate do projeto de Nação Brasileira, preparam-se quadros técnicos ao processo de planejar, assim surge à fase tecnocrática do planejamento brasileiro. Porém, o embrião do planejamento territorial Potiguar é formado a partir desse contexto, no qual se lança os estudos territoriais para ação regional⁸².

No **Esquema 03**⁸³ da matriz de periodização sobre o planejamento Potiguar o processo de formação territorial norte-riograndense permite enxergar três períodos: a própria *formação territorial* (1º Período) devido às ações hegemônicas do contexto histórico na ocupação territorial brasileira, e, consequentemente Potiguar, a implantação do *planejamento territorial* (2º Período) e a metamorfoses para o *planejamento setorial-formal* (3º Período, em vigência).

O Rio Grande do Norte, como unidade federativa, recebe as diretrizes normativas nacionais. Essas, também acolhem influências mundiais. Sendo assim, o período desenvolvimentista prepara as bases do planejamento Potiguar seguido pela perspectiva tecnocrática. Essa comanda a montagem e implantação do planejamento Potiguar. Mas o planejamento Potiguar logo a desconsidera na adoção das tendências de mercado como seu fundamento. Houve uma transformação para o “desenvolvimento sustentável” e questões de “meio ambiente”. Essas ideologias são o substrato do planejamento setorial-formal praticado atualmente nesse Estado federado.

⁸² Conforme discussão do próximo capítulo o planejamento Potiguar instaura seu sistema de planejamento quando período nacional da prática do planejamento é tecnocrático. Mas, consoante discussão daquele capítulo a prática revelada pelos planos do planejamento Potiguar abortou os estudos territoriais para a ação política.

⁸³ A matriz de periodização foi construída para desvendar a formação territorial Potiguar. Nesse sentido, concebeu-se a partir da intervenção Portuguesa pela exploração colonial. O esquema que inicia em 1500 foi fragmentado em dois para melhor exibição do movimento da formação territorial e identificação dos períodos do Planejamento Potiguar. Assim, o Esquema 02 (p. 47) trata da formação territorial em seu início e se confunde com o primeiro período do planejamento, pois as heranças da prática política são permanências e coexistências dessa formação. A quebra da imagem tem seu marco na instituição do Estado do Rio Grande do Norte em 1945. Desse modo, o Esquema 03 a seguir, exhibe os três períodos do Planejamento Potiguar, no qual o primeiro está apenas traz uma continuação da imagem do Esquema 02. As referências da construção da matriz encontram-se listadas no Anexo 1, p. 182.

Esquema 03 – Matriz de Periodização: Planejamento Territorial Potiguar

A formação territorial Potiguar, trabalhada no primeiro capítulo trouxe elementos para a compreensão do tempo presente. Alguns deles, sobretudo, referentes às questões centrais desse trabalho, dão o tom e forma da prática política, revelando o desenho no decorrer do tempo dos pontos territoriais densos tecnicamente. O movimento territorial fez surgir novos usos do território a partir da difusão do meio técnico-científico-informacional, como as atividades da fruticultura irrigada, a carcinicultura e a extração do petróleo.

O capitalismo financeiro influencia o país e assim seu planejamento. O tom do planejamento nacional indica o estadual, que o particulariza, conforme visto no Esquema 03 do capitalismo tecnológico para o financeiro ocorre à intensificação da preparação dos pontos densos vistos no capítulo 2, localizados, sobretudo, nos municípios de Natal, Parnamirim e Mossoró. Diversifica-se a economia na qualificação tecnológica, por exemplo, a fruticultura irrigada, a carcinicultura, citadas anteriormente. Mas os estudos do território para fins da ação e do planejamento são abortados reforçando o caráter e a racionalização orçamentária da prática planejadora.

Na primeira fase do planejamento nacional o Estado agia como promotor do desenvolvimento, a partir da industrialização, fez surgir no Rio Grande do Norte essa prática, revelada por seus Planos de Governos, que serão detalhados no próximo capítulo. Foi com o Governo Militar que se iniciaram os estudos territoriais, mas também a preparação do território para o uso corporativo por meio da modernização e programas de transporte para fluidez territorial. Observe o Esquema 03 (p. 117) nas décadas de 1960 e 1970 a implantação dos distritos industriais em Natal, Mossoró, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante são eventos registrados que comprovam a ação do Estado Potiguar influenciado pelas diretrizes do Governo Militar e os desmembramentos da primeira fase do planejamento nacional na crença do Desenvolvimento pela industrialização.

Outro evento que corrobora com o argumento anterior, e objetivando a fluidez territorial para circulação do capital, que também visto pelo mesmo Esquema 03, é a criação do Departamento de Estradas e Rodagem do Rio Grande do Norte – DER/RN. A carcinicultura, indústria ceramista são desdobramentos dos estudos da SUDENE a partir da intervenção do planejamento. A racionalização orçamentária também foi implantada nesse contexto, porém só intensifica-se pelo formato do planejamento Potiguar atual. Esse período

atual do planejamento Potiguar dá prosseguimento à intensificação da tecnificação do território.

O movimento territorial traz as gêneses das desigualdades socioespaciais e suas manifestações na configuração do território Potiguar: as chegadas das verticalidades influenciando a constituição dos lugares, atribuindo novos usos ao território e dando o tom do planejamento. A leitura do Esquema 03 (p. 117) é precisa quanto às permanências da estrutura: o capitalismo. E, também, na ilusão das sucessões pelos termos ideológicos da sustentabilidade e meio ambiente que só pretendem manter o sistema em vigência.

Consoante os aspectos normativos a União e o Estado federado seguem orientações de suas respectivas constituições, entretanto a do Estado federado deve obedecer aos princípios da constituição da União. Enquanto o município segue a Lei Orgânica. Não dever haver dissonâncias entre ambas (BRASIL, 2012 [1988]; RIO GRANDE DO NORTE, 2001).

O planejamento está ligado ao orçamento segundo a Constituição Federal, reafirmado pela Constituição Estadual. O orçamento possui três pilares: o Plano Plurianual-PPA, as Diretrizes Orçamentárias, e o Orçamento Anual (Lei orçamentária). O PPA deve ser elaborado de forma regionalizada para o período do governo vigente. Ambas as constituições mantêm os territórios geopolíticos e a dimensão regional como bases para a prática política.

Então, os instrumentos legais do planejamento Potiguar, os PPAs, exibem a prática planejadora, segundo sua operacionalização, demonstrando os pactos setoriais estabelecidos entre o sistema político e as corporações. A relação entre a preparação do território para uso das empresas e o papel do Estado, particularmente pelo Governo do Estado do RN é uma aliança escondida pela ideologia do “desenvolvimento econômico” e a “promoção do turismo” como objetivos intencionados pelos PPAs, consoante será visto no próximo capítulo.

Sendo assim, as mediações do mundo na manipulação do planejamento Potiguar beneficia o uso corporativo do território na manutenção e perpetuação do sistema capitalista de reprodução social. Em outras palavras, as hegemonias mundiais investem na preparação de locais da globalização. As empresas se incluem nas firmas como elemento do espaço geográfico, mas o planejamento não deve se resumir a elas.

Capítulo 4

O PLANEJAMENTO POTIGUAR

“Plaff! Chegou o Carro da Miséria
Do carnaval intaliano!
Tia Miséria vem vestida de honour (honra)
Cor de cobre do tempo
Atraz dela recolhendo guspe.
O caronel o ginaral o gafetão
O puro o heroico o bem-intencionado
Fio da usina brasileira
Requebra o povo de Colombo.
[...]

Ôi Tia Misemiséria
Tens de parir o que espero
Espero não! esperamos
O plural é que eu venero
Nasce o dia canta o galo
Miséria pare vassalo
Pare galão pare crime
Pare Ogum pare cherém:
Pois então há-de parir
Nossa exatidão também.”

Mário de Andrade,
 O carro da Miséria. Poesias Completas, 1987.

Fotografia 16: Estabelecimento da Empresa Coca-Cola no Município de Mossoró – RN.

Fonte: Markelly Fonseca às 17h06min, 04 de jan. 2013.

Fotografia 17: Estabelecimento da Empresa Coca-Cola no Município de Parnamirim – RN.

Fonte: Markelly Fonseca às 08h33min, 10 de jan. 2013.

O Planejamento, como visto no capítulo anterior, preocupa-se com a consecução de políticas. A contraposição dos planos, exibidos nesse capítulo, assim como a leitura de seus conteúdos, permite constatar o direcionamento da metodologia do Planejamento Potiguar para o enfoque da economia destacando-se o turismo.

Isso, corrobora com as teses do uso corporativo do território e sua alienação, já expostas nesta dissertação no Capítulo 1 quando aborda-se a formação socioespacial na constituição das desigualdades e no Capítulo 3 na relação da política com o planejamento. Assim, dá-se o direcionamento da ação Estatal para a preparação do território com infraestruturas, sobretudo visando à circulação de bens e serviços através dos sistemas de engenharia do transporte “[...] cuja tendência à integração favorece todo tipo de concentrações” (SANTOS, 1979, p. 99).

Mas, o território usado é uma tensão, trama e atrito entre todos os agentes e o enfrentamento entre esses agentes hegemônicos e os hegemonzados (SOUZA, 2004a). As ações hegemônicas chegam aos lugares como verticalidades; as **Fotografias 16 e 17** exibem isso: empresas da Coca-cola tendem a padronizar os locais e seus lugares, com sua implantação.

Embora os Planos de Governo, no discurso político que os fundamentam, busquem evidenciar o combate às desigualdades socioespaciais, a sua leitura revela que seus conteúdos constitutivos fundamentam-se na adoção de alguns conceitos já defasados e que tendem a acirrar as desigualdades socioespaciais. Geograficamente, usam o conceito de território como palco, o que proporciona um distanciamento da compreensão dos usos do território e da dinâmica dos lugares instituída por esses usos.

Insiste-se nesta dissertação, então, na necessidade de repensar os caminhos do planejamento público com pretensão ao territorial. Esse trabalho mostra a organicidade e operacionalização do planejamento brasileiro a partir de um de seus entes federados: o Rio Grande do Norte.

A organicidade do planejamento Potiguar

O Planejamento do Estado do Rio Grande do Norte começou a ganhar organicidade⁸⁴ com os trabalhos da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE na década de 1970, consoante mencionado pela discussão da Matriz de periodização no capítulo anterior (Esquema 03, p. 117). Os primeiros documentos de planejamento fundamentados nos estudos do território estadual foram coordenados pela SUDENE, denominados de Diagnóstico Estrutural do Estado do Rio Grande do Norte. Deles decorrem os primeiros planos para ação regional no Estado na década de 1980. Assim, o QUADRO 01 traz os documentos sobre o planejamento Potiguar, os Planos de Governo.

QUADRO 01 – Os planos do território Potiguar

Plano	Elaboração	Ano de publicação	Período de vigência do plano
Diagnóstico Estrutural do Estado do Rio Grande do Norte	SUDENE e Governo do Estado	1975	-
Plano de Ação Regional	SUDENE e Governo do Estado	-	1983-1987
Plano de Desenvolvimento Sustentável	SEPLAN	1997	1996-1999
Plano Plurianual	SEPLAN	2003	2004-2007
Plano Plurianual	SEPLAN	2007	2008-2011
Plano Plurianual	SEPLAN	2012	2012-2015

Fonte: Banco de Dados da Pesquisa de Mestrado, 2011.

Nota: - dado inexistente.

Por meio dos primeiros estudos e diagnósticos realizados pela SUDENE elaborou-se a primeira divisão por zonas regionais no Estado do Rio Grande do Norte em 1975: as *zonas homogêneas* (Litoral Oriental; Litoral Norte; Mossoroense; Agreste; Alto Apodi; Currais Novos, Caicó; Serras Centrais)⁸⁵.

Posteriormente, segundo os diagnósticos de órgãos estaduais, na década de 1980 são elaborados os Planos de Ação Regional para cada Região identificada e definida pelos

⁸⁴ A *operacionalização* do planejamento é a combinação dos mecanismos da inter-relação dos níveis do próprio planejamento. Os órgãos públicos são responsáveis pela aplicação de tais instrumentos, os aspectos legais. Em outras palavras a operacionalização é a intervenção dentro do processo de planejamento consequente de um diagnóstico e prognóstico. A *intervenção* é a fase de implementação que implica na revelação dos instrumentos por níveis de decisão do poder, conforme hierarquia federal, estadual ou municipal, e regiões metropolitanas ou outras outorgadas pelo poder. Os instrumentos são legais, financeiros ou tributários e administrativos. O município constitui a unidade básica do planejamento físico de nível local (PUCHALA, 1977).

⁸⁵ O mapa das Microrregiões Geográficas encontram-se no Anexo 3 p. 194.

estudos: Seridó (união das zonas de Caicó, Currais Novos e Serras Centrais); Mossoroense; Apodi; Agreste; Litoral Oriental; Litoral Norte. Introduziu-se, assim, a regionalização como dimensão territorial e instrumento do planejamento Potiguar. Vale salientar que as regiões foram definidas mediante os estudos do território segundo as teorias da época⁸⁶.

Os estudos da SUDENE foram uma tentativa de inserir a prática planejadora distinta da política praticada na época. Esses estudos tinham a influência da questão regional e a ideologia do Estado como promotor do desenvolvimento pela difusão da industrialização, conforme argumentado no final do capítulo anterior. Eles foram um esforço de relacionar o conhecimento científico com o fazer político e o enfrentamento dos problemas da época, como os desníveis de *densidades técnicas*, ou como se reportava a nomenclatura daquele momento infraestruturas urbanas e industriais.

Pela leitura do QUADRO 02 depuram-se algumas informações dos planos listados no Quadro 01. Na leitura dos documentos do planejamento, principalmente os Planos de Governo, extraiu-se o conceito de território em prática.

O Diagnóstico Estrutural de 1975 foi resultado dos conceitos de espaço global e estrutura. O planejamento deveria levar o desenvolvimento por meio da implantação de polos industriais. Como o conceito de espaço estava ligado à integração econômica mundial se inicia a preparação do território para uso das empresas tendo como sustentação todos os recursos do Estado, sobretudo, para implantação de objetos técnicos promotores de fluidez territorial. Assim, são elaborados os Planos de Ação regionais para cada Região: Seridó, Mossoroense, Apodi, Agreste, Litoral Oriental e Litoral Norte, e que tinham propostas segundo os estudos territoriais. Cada região possuía um plano específico. As regiões receberam a denominação do município ou cidade importante das relações naquela época, ou suas localizações geográficas.

Desse modo, os planos de Ação Regional são, por excelência, do período do planejamento territorial em seu início, ou seja, o segundo período do planejamento Potiguar, conforme visto no Esquema 03 (p. 117). Após processo de redemocratização, igualmente citado no Capítulo antecedente, o país passa por profundas transformações, nascendo outra fase do planejamento nacional: *mercadológico*.

⁸⁶ [identificar os mapas] Alguns dos mapas extraídos do documento síntese do diagnóstico da SUDENE podem ser visualizados no Anexo 3, p. 187-193.

No Rio Grande do Norte as rupturas são imediatas, pois o embrião do planejamento territorial é abortado, passando a montagem do sistema de planejamento pautado no discurso da sustentabilidade. Porém, mantendo-se o vínculo e preocupação com a integração a economia mundial, a disseminação das indústrias, e praticando as mesmas regionalizações dos estudos anteriores. A partir dos planos de 1997, o território é mencionado enquanto base física e político-administrativa.

Dos primeiros documentos aos mais recentes observa-se o abandono do mapa como instrumento analítico para a exibição dos problemas no contexto Estadual. Por meio dos estudos territoriais desenvolvidos pela SUDENE com parceria da Secretaria de Planejamento do Estado à época todos os aspectos para o planejamento, conforme tipologias dos documentos, exibiam análises fundamentada por cartografias. A partir do Plano de Desenvolvimento Sustentável essa ferramenta analítica foi abandonada, mantendo-a para exibição das características dos objetos naturais ou como se entende por território como recurso e para exibição das regiões para o planejamento. Contudo, sem demonstrar como chegaram à definição dessas regiões.

O instrumental cartográfico é uma *linguagem analítica* da Geografia que permite visualizar a constituição dos problemas de forma totalizante (SOUZA, 2007). A renúncia aos mapas compromete os estudos territoriais para a identificação das novas regiões mediante o período histórico atual, e, sobremaneira, abortou a maturação do planejamento territorial Potiguar. Mas, apenas a demonstração dos estudos territoriais através dos mapas não é a única falha no combate as desigualdades, pois os estudos da SUDENE foram abandonados, entretanto como visto é fundamental para as estratégias a serem formuladas.

QUADRO 02 – Conceito de território nos Planos Potiguaros

Plano	Conceito de território	Principais dados	Mapas
Diagnóstico Estrutural do Estado do Rio Grande do Norte (1975)*	Conceito de espaço do Estado do RN ligado à integração econômica mundial. Além do conceito de região para o planejamento numa visão de problema estrutural.	Estudo aprofundado guiado por conceitos e metodologias da época para a regionalização visando o desenvolvimento. Dados dos Censos demográficos de 1950 e 1970 sobre todos os aspectos dos documentos registrados em nota desse quadro.	Esboço Geológico Zonas Naturais Homogêneas Zonas Naturais Marítimas Zonas de População Localização da produção industrial Zonas Econômicas Rede de Cidades Zonas Homogêneas Continentais Mapa de solos Zonas de ocupação física Zonas economicamente ativas Capacidade de uso das terras Delimitação das áreas de influência das regiões de Natal e Mossoró Centros urbanos Clima segundo Thornthwaite e polígonos de Thiessen Densidade rural Grau de alfabetização adulta Déficit de escolaridade Oferta de médicos Oferta de leitos Grau de aproveitamento da terra
Plano de Ação Regional (1983-1987)	Orientado pelo conceito do diagnóstico estrutural que explicitava as linhas do planejamento do Governo do Estado da época para as regiões delimitadas anteriormente.	–	Mapas de localizações das regiões e mapas da divisão entre os municípios de cada região. Mapas das rodovias por região homogênea.
Plano de Desenvolvimento Sustentável (1997)	Base física: solo, geomorfologia. E base político-administrativa. Sob o conceito de Desenvolvimento Sustentável.	Dados gerais sobre o RN em gráficos e tabelas: PIB, PEA, População total, Taxa de Analfabetismo, Taxa de Mortalidade Infantil, Percentual de abastecimento de água, percentual de esgotamento sanitário, Índice de indigência das famílias e expectativa de vida. Fluxogramas, organogramas e esquemas com modelo de gestão e estimativa financeira dos programas.	–
Plano Plurianual (2003)	Base político-administrativa. Guiado pelo Desenvolvimento sustentável. Diretrizes por setores de ação.	Dados gerais sobre o RN em tabelas: PIB, produtos para exportação, déficit de moradia, esgotamento sanitário e abastecimento de água. Demonstrativo de orçamento para o período segundo programa de ação.	Mapa de desertificação para elaboração de programas.
Plano Plurianual (2007)	Divisão por regiões para o desenvolvimento, também guiado pelo desenvolvimento sustentável.	Dados gerais sobre o RN em tabelas: PIB. Demonstrativo de orçamento para o período segundo programa de ação.	Mapa por zonas homogêneas Mapa de clima Mapa de desertificação
Plano Plurianual (2012)	Regiões para o Desenvolvimento, também guiado pelo desenvolvimento sustentável.	Dados gerais sobre o RN em tabelas: população total, pobreza absoluta e extrema. Demonstrativo de orçamento para o período segundo programa de ação.	Mapa regiões para o desenvolvimento

Fonte: Banco de Dados da Pesquisa de Mestrado, 2011.

*com base no documento Síntese e no documento Metodológico, pois há nos documentos diversos mapas dos temas dos documentos: Aspectos econômicos, Aspectos sociais, Aspectos urbanos, Recursos humanos e seu anexo e Recursos Naturais.

Nota: - dado inexistente.

As prerrogativas das atuais constituições, Federal e Estadual, dão as inspirações e substrato básico para a ação planejadora no Rio Grande do Norte. O sistema foi se desenhando consoante a formação territorial da empiria em questão. Desse modo, os setores de ação atual são traduzidos pelas secretarias Estaduais⁸⁷. A **Figura 01** demonstra suas relações e o exercício do governo outorgado por voto direto da sociedade.

O planejamento implantado com intencionalidades desenvolvimentistas se metamorfoseia para ideologias economicistas praticadas pelo planejamento Potiguar. Evidentemente, diacronias fazem surgir instrumentos como a formação dos conselhos setoriais ou temáticos, de novas secretarias, ou seja, de demandas da sociedade. Essa é a complexidade a ser incorporada pelo planejamento e refletida nos planos. Mas, a segmentação em setores não contempla o território usado. Haverá divisões sem fins e não se chega a sínteses totalizantes. A partir da totalidade do território elaboram-se políticas mais complexas, mas a discussão e decisão será sempre Política.

A atividade turística, como será visto mais a frente, é o foco, por excelência, do planejamento do Estado do Rio Grande do Norte. Pois apesar da sucessão dos governos, planos de 1999 a 2012 (observe o QUADRO 03, p. 139) o pacto com esse segmento político mantêm-se. Essa também é uma influência mundial, pois a atividade turística é vinculada a uma rede de hegemonias que preparam os usos do território para seu estabelecimento.

As intervenções ditadas pelo processo de planejamento revelam, por sua vez, os usos do território brasileiro. As políticas não têm conseguido atingir os objetivos que se propõem, mormente as desigualdades socioespaciais. Infere-se que a falha estaria na montagem do sistema de planejamento, ou seja, no conhecimento da realidade (SOUZA, 1988). Há que se ter uma preocupação em avaliar os planos que foram elaborados, um debate e reparação ou desconsideração do que foi produzido. O que ocorre é a negação do plano anterior sem uma avaliação social de seus processos (WILLHEIM, 1976).

⁸⁷ São elas: do Planejamento e das Finanças (SEPLAN), da Tributação (SET), da Administração e dos recursos Humanos (SEARH), da Educação da Cultura e dos Desportos (SECD), da Saúde Pública (SESAP), da Segurança Pública e da Defesa Social (SESED), do Trabalho da Habitação e da Assistência Social (SETHAS), da Infraestrutura (SIN), do Turismo (SETUR), do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos (SEMARH), da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE), da Justiça e da cidadania (SEJUC), do Desenvolvimento Econômico (SEDEC), do Esporte e do Lazer (SEEL), de Assuntos Fundiários e de Apoio à Reforma Agrária (SEARA). A Secretaria de Planejamento do Estado do Rio Grande do Norte – SEPLAN foi institucionalizada pela Lei Estadual Complementar nº 139, de 25 de janeiro de 1996, tendo por objetivo fundamental a organização do planejamento do Estado (RIO GRANDE DO NORTE, 2011).

Os seguimentos científicos, nesse caso da Geografia Potiguar deveriam liderar esse debate e revisão dos Planos de Governo. Por lei, há as revisões do plano diretor, na escala municipal. O que ocorre nos Planos de Governo Estadual são consultas à população sobre a elaboração dos planos regionais, conforme será visto mais adiante.

Figura 01: Estrutura do Poder Executivo Estadual do Rio Grande do Norte – RN⁸⁸.

Fonte: Anexo I, p. 16 da Lei Complementar N. 262 de 29 de dez. 2003.

A partir da visão setorial e temática do Governo, explicitada pelo organograma acima se criam os **Conselhos Estaduais**⁸⁹. Uma concepção de território usado sintetiza e instaura a

⁸⁸ Primeira Lei Complementar de N. 163 de 05 de fevereiro de 1999 consultada sobre a estrutura do Poder Executivo. Houve uma alteração dessa Lei complementar de N 235 de 22 de abr. 2002, contudo sem grandes alterações. Lei complementar N. 262 de 29 de dez. 2003 (traz novo esquema, ilustrado acima, e atualização da lei de 1999). Lei complementar de N. 274 de 13 de mai. 2004 (sem grandes alterações). Lei complementar de N. 282 de 08 dez. 2004. Lei complementar 319 de 10 jan. 2006 (inclusão de art. Criação de subsecretaria). Disponível em: <<http://www.gabinetecivil.rn.gov.br/acess/legislacao.asp>>. Acesso em: 26, jan. 2013.

⁸⁹ Conselhos Estaduais: de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS), de Direitos Humanos e Cidadania (COEDHUCI), de Assistência Social (CEAS), de Emprego (CESEM), da Comunidade Solidária, dos Direitos da

ação de todos os conselhos transformada em políticas concebidas territorialmente. Assim, por meio da elaboração de discussões territoriais para a definição do que se seja essencial segundo as características das localidades, vistas pelos mapas do capítulo 2, chega-se a demanda objetiva sem intensificar as desigualdades, como ocorre.

A crítica à concepção setorial, inferida pelas secretarias de ação governamental e os conselhos estaduais se dá por não enfrentarem a questão estruturalmente, uma vez que lidam com um aspecto e setor isolado, tendo que realizar estudos específicos para cuidarem de suas determinações na realidade estadual. Desse modo, não realizam uma concepção em conjunto.

Na visão totalizante, os estudos territoriais dariam fundamento ao planejamento territorial e destino a ação no local que demanda. Mas, no local deve ser construída uma base comum e essencial ao uso da sociedade como o todo. Os mapas do capítulo 2 mostram a problemática do Rio Grande do Norte, quais sejam locais onde a população não possui banheiro, emprego, mora em cortiços ou aluga um cômodo. Essas são expressões das desigualdades socioespaciais exibidas pela leitura das cartografias.

Os sistemas de ação e operacionalização do Planejamento do Estado do Rio Grande do Norte

A configuração territorial das zonas de densidades técnicas e das zonas de rarefações técnicas exposta pelos mapas do capítulo 2 é contraposta pelo planejamento a partir dos repasses do Governo Federal: Fundo de Participação dos Municípios e Royalties; do Governo Estadual: ICMS e Despesas e Receitas exibidos na série de mapas a seguir. O **Mapa 33** exhibe a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios – FPM cujos recursos vieram do Governo Federal no ano de 2010.

Criança e do Adolescente (CONSEC), de Habitação e Saneamento (CEHAS), da Cultura, de Entorpecentes, de Trânsito (CETTRAN), da Mulher (CEM), Rodoviário (CRE), de Educação, de Alimentação Escolar (CAE), de Controle e Fiscalização dos Serviços Público, de Saúde, de Defesa da Pessoa Idosa, de Recursos Fiscais, do Meio Ambiente (CONEMA), de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério, de Desporto (CED), de Recursos Hídricos (CONERH), de Habitação (CEHAB), de Defesa do Consumidor, de Turismo (CONETUR), de Segurança, de Segurança Alimentar e Nutricional (CONESAN), de Gerenciamento do Patrimônio do Estado, das Cidades (CONCIDADES), de Ciência e Tecnologia (CONECIT), dos Direitos das Pessoa Portadoras de Deficiências (COED)

Mapa 33 – RIO GRANDE DO NORTE: Fundo de Participação dos Municípios (FPM) por Município, 2010.

O volume de população dos municípios se reflete também pelos repasses de governos, uma vez que em Constituição, tanto Federal como Estadual, o porte do município é a base para o cálculo desses repasses de impostos. O **Mapa 34** mostra a dispersão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS arrecadado pelo Governo do Estado no ano de 2010. A atividade do petróleo também eleva o ICMS de Guamaré.

Mapa 34 – RIO GRANDE DO NORTE: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) por Município, 2010.

Uma mudança na lógica espacial de distribuição dos repasses se dá com o **Mapa 35** sobre os *royalties* em 2010, pois obedecem à produção e extração do petróleo, bem como a presença de objetos viabilizadores da circulação da produção fazendo os municípios que possuem intervenções nesse sentido também receberem um percentual de repasse.

Mapa 35 – RIO GRANDE DO NORTE: Royalties Recebidos por Município. 2010.

Os municípios com menores repasses, até 3 mil reais segundo os círculos proporcionais são aqueles onde há algum equipamento da Petrobras. Os municípios de Guamaré, Macau e Alto do Rodrigues, devido à atividade petrolífera, são exemplos daqueles que recebem altos repasses, bem como intrigam por fazerem parte das porções de rarefações técnicas.

Os **Mapas 36 e 37**, respectivamente, demonstram o total da receita arrecadada e das despesas executadas no ano de 2010. A imagem formada por ambos praticamente não muda, pois o orçamento é formalmente regulado e também está ligado ao porte populacional do município.

Mas algumas das variáveis exibidas nos mapas do capítulo 2: esgotamento sanitário (população e aspectos da moradia), deficiências permanentes, classes de rendimento e tipo de domicílios se contrapõem aos mapas 33 a 37. Na escala estadual de ação para o planejamento das raridades técnicas, formadas pelos municípios de porte pequeno em população precisam de políticas específicas aos conteúdos do meio técnico-científico-informacional enfrentando a perversidade da questão estruturalmente.

Mapa 36 – RIO GRANDE DO NORTE: Receitas Arrecadadas por Município. 2010.

Mapa 37 – RIO GRANDE DO NORTE: Despesas Realizadas por Município. 2010.

Deve-se haver um esforço em lidar para além dos limites administrativos, uma vez que há processos da formação socioespacial brasileira, verticalidades nacionais, regionais ou hegemônicas (mundiais) que chegam diretamente as localidades, desconsiderando os limites municipais. A atenção para a consideração com as regiões e outros agentes de influência no planejamento já era advertida por alguns estudos, por exemplo, a carta do Andes, Bruna (1980), Le Corbusier (2008), Zahn (1980), para citar alguns.

Em linhas gerais, a dispersão do volume populacional chama a atenção para o processo de ocupação do território e suas relações com a riqueza e a pobreza (SOUZA, 2003c). Nesse sentido, propõem-se um repensar sobre o planejamento na elaboração de políticas concebidas territorialmente, ou seja, a partir dos usos do território.

A Constituição Federal recomenda o planejamento por regiões, mas segundo referência espacial da realidade. Evidentemente, são organizações político-administrativas para distribuição de repasses e transferências, recolhimento de impostos e organização de dados e sistema de informações. Mas, o planejamento deve-se guiar por essas normativas, e elaborar suas regionalizações a partir da sua formação territorial e condições do presente. Somente assim haverá um enfrentamento dos problemas, a captação dos processos, a antecipação do futuro.

A regionalização é uma das principais metodologias territoriais para o planejamento, mas carece de atualização como discutido no capítulo 2. Os vários processos de regionalização⁹⁰ realizados para o Estado tinham como objetivo conhecimento, organização, controle e expansão do território, baseados em critérios da estrutura geológica, hídrica, geomorfológica, econômica, social, cultural dentre outras segundo os estudos territoriais que foram feitos na década de 1970. O **Mapa 38** exemplifica uma “macro” regionalização disponibilizada pelo IBGE e praticada atualmente pelo planejamento Potiguar.

⁹⁰ As regionalizações do Estado do RN também podem ser encontradas em Felipe e Carvalho (2001).

Mapa 38 – RIO GRANDE DO NORTE: Divisão em Mesorregiões por Municípios. 2010.

O **Mapa 39** traz as regiões para o planejamento do Plano Plurianual – PPA no período de 2008 a 2011. O PPA do governo em vigência, período 2012-2015, considera praticamente as mesmas regiões, conforme **Mapa 40**, em seguida.

Mapa 39 – RIO GRANDE DO NORTE: Regiões do Plano Plurianual por Municípios. 2008-2011.

Todavia, o **Mapa 40** exhibe um erro gravíssimo em desconsiderar duas porções territoriais sem planejamento regional. A primeira acima da Região Metropolitana de Natal – RMN, os municípios de Rio do Fogo e Maxaranguape estão em branco, a segunda porção territorial está ao sul da RMN, são os municípios de: Senador Georgino Avelino, Arês, Tibau do Sul, Goianinha, Vila Flor, Canguaretama e Baía Formosa. Esse fato é uma prova da ausência da elaboração política a partir da sua concepção territorial para o planejamento e na adoção sem revisão histórica de regionalizações elaboradas a partir das características do período passado. Ainda, exhibe a máxima do território palco ou superfície de ação na intervenção de cima para baixo, como se as delimitações políticas e o território Potiguar fossem uma superfície vazia e inerte.

A intenção de mudança da regionalização do Mapa 40 direcionou-se em fragmentar a região do litoral oriental (cor verde claro no Mapa 39). As demais regiões do PPA 2012-2015 são as mesmas do plano anterior.

Mapa 40 – Regiões do Plano Plurianual do Estado do Rio Grande do Norte. 2012-2015.

Fonte: Plano Plurianual 2012-2015, p. 23. Disponível em: <<http://www.seplan.rn.gov.br/Paginas/PPA.aspx>>. Acesso em: 13 abr. 2012.

É preocupante os conteúdos desses documentos do planejamento Potiguar em relação às metodologias de ação regional no enfrentamento das desigualdades socioespaciais. A apreciação do material analítico, revelador das diretrizes para encaminhamento das práticas do planejamento Potiguar – planos, projetos, programas, ações, legislação e outras publicações – se sustenta numa concepção de território como superfície para a ação política negligenciando as mutações aceleradas do presente. Essa concepção do território palco elimina o movimento da sociedade e compromete a elaboração de políticas incorporando os usos do território para contemplar as demandas do presente, e, sobremaneira enfrentar o quadro das desigualdades socioespaciais.

O QUADRO 03 exhibe as propostas e os seguimentos econômicos de cada região retratada no Mapa 39 (p. 137). O PPA 2012-2015 expõe a mesma estrutura para as regiões, pequenas alterações na exclusão dos itens serviços governamentais e barragens. Utilizam-se da expressão: territórios regionais de desenvolvimento numa confusão de como entendem o que seja o território e a região.

Extraem-se os conteúdos do território como recurso além da sua preparação para a atividade turística em ambos os planos (2008-2011; 2012-2015). As rugosidades da base material herdadas por sua formação territorial formou a permanência de práticas em cada porção do Estado do RN como as atividades da agropecuária, extração mineral, vegetal e animal dentre outros. Mas a atividade turística aponta com novo evento, e principal atividade considerada pelo planejamento, pois é o primeiro dos segmentos a serem dinamizados, nos dois planos (2008-2011; 2012-2015), isto é, uma atividade criada pela manipulação do mundo para uso do território Potiguar e seu desejo do pretendido “desenvolvimento”.

QUADRO 03 – Propostas dos planos Regionais no PPA 2008-2011

Territórios Regionais de Desenvolvimento	Eixos de Desenvolvimento	Segmentos Dinâmicos
Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do. Seridó	Reestruturação e dinamização da base econômica; Desenvolvimento humano, tecnológico e cultural; Conservação, preservação e recuperação ambiental; Fortalecer o desenvolvimento de inovação tecnológicas – ampliar o desenvolvimento científico e tecnológico; Institucionalização do sistema de gestão do plano.	Turismo (ecoturismo, serrano, rural, negócios, eventos, caverna); Agropecuário (pecuária leiteira e de corte, piscicultura, mandioca, cajucultura, caprinocultura, cultura de vazante); Indústria (confeções, cerâmica, laticínios, sapatos, indústria artesanal, pedra, couro, madeira); Mineral (feldspato, caulim, ferro, tungstênio); Comercial (atacadista, varejista, supermercados); Serviços Governamentais; Barragem de médio e grande porte.
P. R. D. S. do Agreste, Potengi e Trairi	Formação, diversificação, ampliação e consolidação de cadeias produtivas; Elevação da educação e qualificação da população regional; Modernização, descentralização, humanização e aumento da eficiência da gestão pública; Melhoria das condições sociais da população regional; Ampliação, recuperação e manutenção da infraestrutura básica; Desenvolvimento tecnológico, com ênfase na difusão de tecnologias apropriadas e na assistência técnica.	Turismo (ecoturismo, serrano); Agropecuário (pecuária leiteira, abacaxi, caprinovinocultura, mandioca, avicultura, cajucultura); Indústria (confeções, agroindústria: mandioca, laticínios, castanha de caju); Mineral (água marinha); Comercial (varejista); Serviços Governamentais Barragem de médio e grande porte
P. R. D. S. do Litoral Norte	Reestruturação, diversificação e consolidação da base produtiva; Desenvolvimento da educação, profissionalização e tecnologia; Reestruturação das instituições públicas e democratização das relações, Estado versus Sociedade; Ampliação da oferta, gestão integrada dos recursos hídricos e ambientais; Melhoria da qualidade de vida e inclusão social; Desenvolvimento da base científica e tecnológica.	Turismo (Sol e mar, ecoturismo); Agropecuário (Caprinovinocultura, pecuária leiteira, apicultura, abacaxi, sisal); Indústria (Laticínios); Mineral (Petróleo, sal, ouro, calcário); Comercial (Varejista); Serviços governamentais Barragem e/ou Lagoa de médio e grande porte.
<i>Continua nas páginas seguintes</i>		
P. R. D. S. do Alto Oeste	Consolidação das cadeias produtivas, das	Turismo (serrano, religioso, ecoturismo);

	<p>atividades industriais, comerciais, de serviços e do comércio varejista;</p> <p>Pluriatividade e agricultura familiar;</p> <p>Elevação da educação e qualificação da população regional;</p> <p>Melhoria das condições sociais da população regional;</p> <p>Ampliação da infra-estrutura e gestão integrada e descentralizada dos recursos hídricos;</p> <p>Conservação, preservação e uso sustentável dos recursos naturais;</p> <p>Ampliação, recuperação e manutenção da infra-estrutura básica;</p> <p>Ciência, tecnologia e inovação adaptadas à realidade regional;</p> <p>Modernização, reestruturação, formação de recursos humanos e aumento da eficácia, da eficiência e da efetividade da gestão pública;</p> <p>Promoção e valorização do capital social e das redes institucionais responsáveis pela implementação de políticas públicas.</p>	<p>Agropecuário (culturas alimentares: arroz, feijão, fava e milho; suinocultura, cajucultura, caprinocultura, apicultura);</p> <p>Indústria (agroindústria: castanhas de caju e doces; torrefação, mel de abelha, confecções, carrocerias para caminhão);</p> <p>Mineral (água marinha);</p> <p>Comercial (varejista);</p> <p>Serviços Governamentais;</p> <p>Barragem de médio e grande porte</p>
Territórios Regionais de Desenvolvimento	Eixos de Desenvolvimento	Segmentos Dinâmicos
P. R. D. S. do Médio Oeste	<p>Uso dos recursos hídricos da região;</p> <p>Ampliação, recuperação e manutenção da infra-estrutura básica considerando o potencial produtivo existente, e as oportunidades constatadas;</p> <p>Melhoria da qualidade de vida e intensificação do processo de inclusão social;</p> <p>Promoção e valorização do capital social da região e melhoria da gestão pública.</p>	<p>Turismo (ecoturismo);</p> <p>Agropecuário (cultura alimentares: milho e feijão; cajucultura, alho, piscicultura, caprinovinocultura);</p> <p>Indústria (agroindústria: castanha de caju, laticínios, frutas, mel de abelha);</p> <p>Mineral (água mineral, calcário, gipsita, petróleo, água marinha);</p> <p>Comercial (varejista);</p> <p>Serviços Governamentais;</p> <p>Barragem de médio e grande porte.</p>
P. R. D. S. Mossoroense	<p>Diversificação, ampliação e consolidação da economia através do incentivo as cadeias produtivas de bens e serviços;</p> <p>Ampliação e manutenção de infra-estrutura básica considerando as tendências de crescimento das atividades econômicas e da rede urbana da região;</p> <p>Conservação, preservação e uso sustentável dos recursos naturais especialmente recursos hídricos;</p> <p>Consolidação de pólos educacionais vinculados à oferta de profissionais para as atividades econômicas regionais e para pesquisa na área de agricultura no semi-árido e da mineração;</p> <p>Promoção e valorização do capital social e das redes institucionais responsáveis pela implementação de políticas públicas.</p>	<p>Turismo (sol e mar, cultura, negócios, eventos);</p> <p>Agropecuário (fruticultura irrigada: melão, manga e melancia; cajucultura, caprinovinocultura, apicultura, culturas alimentares: milho e feijão; pecuária leiteira);</p> <p>Indústria (cimento, minerais metálicos, movelaria, papel e papelão, indústria química, vestuário, calçados, tecidos, produtos alimentícios: beneficiamento de castanha de caju e frutas; rações, indústria mecânica, cerâmica fina, indústria salineira, torrefação);</p> <p>Mineral (petróleo, gás, calcário, água mineral);</p> <p>Comercial (atacadista, varejista, supermercados);</p> <p>Serviços Governamentais;</p> <p>Barragem de médio e grande porte.</p>

<p>P. R. D. S. do Litoral Oriental e RMN</p>	<p>Ampliação e consolidação da economia através do incentivo à estruturação e funcionamento de cadeias produtivas;</p> <p>Ampliação e manutenção da infra-estrutura básica da região;</p> <p>Representação conservação e uso sustentável dos recursos naturais;</p> <p>Consolidação e modernização de pólos de educação, saúde e segurança contando com centros de referencia e de excelência;</p> <p>Melhoria na qualidade de vida e intensificação no processo de inclusão social;</p> <p>Reestruturação e modernização das instituições públicas e democratização das relações do estado com a sociedade.</p>	<p>Turismo (sol e mar, negócios, eventos, religioso, esporte radical);</p> <p>Agropecuário (cana de açúcar, carcinicultura, floricultura, pecuária leiteira, mandioca, avicultura, fruticultura irrigada, cultura de vazante, cajucultura);</p> <p>Indústria (têxtil, confecções, bebidas, álcool, açúcar, movelaria, construção civil, cerâmica, casa de farinha);</p> <p>Mineral (água mineral, argila);</p> <p>Comercial (atacadista, varejista, supermercados);</p> <p>Serviços Governamentais;</p> <p>Barragem e/ou lagoa de médio e grande porte.</p>
<p>P. R. D. S. do Vale do Assu</p>	<p>Diversificação e consolidação da economia através do incentivo a cadeias produtivas de bens e serviços;</p> <p>Ampliação e manutenção de infra-estrutura básica considerando a dinâmica econômica e social da região;</p> <p>Conservação, preservação e uso sustentável dos recursos hídricos da região;</p> <p>Desenvolvimento da educação especial como um dos instrumentos de inclusão social;</p> <p>Melhoria na qualidade de vida e intensificação do processo de inclusão social.</p>	<p>Turismo (sol e mar, ecoturismo);</p> <p>Agropecuário (fruticultura irrigada: melão, manga, melancia e banana; piscicultura, carcinicultura, pesca);</p> <p>Indústria (cerâmica, agroindústria: frutas e laticínios; mármore, salineira, petrolífera, termoeletrica);</p> <p>Mineral (petróleo, gás, calcário, sal, argila);</p> <p>Comercial (varejista);</p> <p>Serviços Governamentais;</p> <p>Barragem de médio e grande porte.</p>

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 – SEPLAN, 2007.

Na coluna dos eixos de desenvolvimento há uma moderada diferenciação por região, a exemplo dos planos das Regiões do Litoral Norte, e Região Agreste, Potengi e Trairi, Região do Vale do Açu que mencionam investimento para a melhoria da educação, não estando presentes nas demais regiões do plano. Somente nas Regiões Mossoroense e Litoral Oriental e RMN (onde se localiza o município de Natal) encontram-se a preocupação com a intensificação dos denominados polos de educação para a formação técnica.

Existe diluído nos objetivos de cada plano regional uma preocupação comum, qual seja a modernização do território segundo a difusão do meio técnico-científico-informacional. Mas ela está longe de ser a base comum essencialmente concebida pelos princípios humanísticos, porque o econômico vem em primeiro lugar, porém não uma economia humana como propõe o planejamento humanístico fundado pelo Pe. Lebrete e o grupo de estudos Economia e Humanismo. É uma economia em que grupos específicos se beneficiam do território no que se denomina de uso corporativo do território.

Pela distribuição dos objetivos dos planos regionais do Quadro 03 (p. 139) inferem-se alguns pactos territoriais funcionais do planejamento Potiguar, sobretudo aqueles ligados aos grupos das tecnologias, reafirmando a difusão do meio técnico-científico-informacional. Para cada região mantêm-se o pacto com os grupos econômicos listados na coluna dos seguimentos dinâmicos.

A metodologia dos planos é a mesma a partir do Plano Plurianual de 2003, apesar do Plano de Desenvolvimento Sustentável seguir outros conteúdos (devido à ênfase no meio ambiente e sustentabilidade) em forma nenhuma ruptura os separam. As visões de mundo que os definem também são as mesmas, pois se baseiam em cenários, conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento.

Para efeito de demonstração da configuração territorial atual (conjunto dos objetos naturais e artificiais num dado período) resultados da formação territorial e em contraposição ao Quadro 03 (p. 139) exhibe-se o **Mapa 41** na expressão de onde se localiza a densidade de indústrias, empresas ou organizações no Rio Grande do Norte em 2010. Esses tipos de mapas são inexistente nos Planos Plurianuais e no sistema on-line do planejamento do Estado, no máximo os PPAs exibem mapas das regiões de planejamento, a exemplo do PPA de 2012-2015 (Mapa 40, p. 138), seguido de mapas de cada região constituinte do mapa síntese.

Mapa 41 – RIO GRANDE DO NORTE: Empresas, Indústrias e Organizações por Município. 2010.

A série a seguir, composta pelos mapas 42 a 49, demonstram-se algumas atividades referenciadas no Quadro 03 (p. 139). O **Mapa 42** exhibe as empresas de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (atividade moderna). A pecuária e a pesca são oriundas da colonização e permanecem na extensão litorânea do Estado: tanto litoral setentrional como oriental. A imagem forma um contorno do litoral.

Mapa 42 – RIO GRANDE DO NORTE: Empresas de Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura por Município. 2010.

O **Mapa 43** traz a indústria extrativa, destacando-se Mossoró, Natal, Parelhas e Equador, esses dois últimos pela atividade de extração mineral. Pois a região do Seridó possui esse componente natural, consoante pode ser visto no Quadro 03 (p. 139).

Mapa 43 – RIO GRANDE DO NORTE: Indústria Extrativa por Município. 2010.

Mas, a difusão da indústria da construção, no **Mapa 44**, retorna a configuração dos pontos de densidades e a imensas raridades técnicas, pois é uma indústria característica do meio técnico-científico-informacional. E os municípios mais densos desse meio, como já citados em capítulos anteriores, sobretudo o de número 2, Natal, Mossoró e Parnamirim estão em destaque.

Mapa 44 – RIO GRANDE DO NORTE: Indústria da Construção civil por Município. 2010.

O **Mapa 45**, sobre a disseminação da indústria de transformação no ano de 2010 novamente apresenta a região do Seridó após os municípios de Natal e Mossoró, com destaque nesse tipo de atividade. Os **mapas 46 a 49** conformam a difusão do meio técnico-científico-informacional na expressão das zonas de densidades técnicas e as zonas de rarefações técnicas (elaborando *dois Rios Grandes do Norte*, como argumentado no capítulo 2). São eles: sobre as empresas de atividades imobiliárias, as empresas de atividades profissionais, científicas e técnicas, empresas de informação e comunicação e empresas de atividades financeiras.

Mapa 45 – RIO GRANDE DO NORTE: Indústria de Transformação por Município. 2010.

Mapa 46 – RIO GRANDE DO NORTE: Empresas de Atividades Imobiliárias por Município. 2010.

Mapa 47 – RIO GRANDE DO NORTE: Empresas de Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas por Município. 2010.

Mapa 48 – RIO GRANDE DO NORTE: Empresas de Informação e Comunicação por Município. 2010.

Mapa 49 – RIO GRANDE DO NORTE: Empresas de Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados por Município. 2010.

A série de mapas 42 a 49 em correlação ao Quadro 03 (p. 139) demonstra o equívoco da prática da ultrapassada ideologia da industrialização como motor de desenvolvimento na concepção dos planos a partir das regiões “polos para o desenvolvimento” mantido pelo planejamento Potiguar. Além de serem esvaziadas do conteúdo humanístico do planejamento (visto no capítulo 3), sobressaindo-se o aspecto econômico, privilegiam o uso corporativo na expressão de alguns municípios e intensificam as densidades técnicas nas localidades já densas.

Imagens de satélites, geoprocessamento de dados, cartografias integradas a um Sistema de Informações Geográficas – SIG é a base técnica disponível na realidade atual. Segundo a operacionalização e organicidade do planejamento territorial do Rio Grande do Norte esses instrumentos são subutilizados em seus documentos públicos. Mas, infere-se que o uso corporativo utiliza-se abundantemente desses dados e técnicas para o aprimoramento dos seus usos do território.

A estrutura dos planos regionais examinados na pesquisa encontra-se exposta no QUADRO 04. De maneira geral seguem a mesma metodologia. Entretanto, os estudos

exibidos por esses planos resvalam numa compreensão setorial da realidade, o que acarreta uma listagem de problemas ou o isolamento de expressões da realidade sem a elaboração de propostas totalizantes, ou ainda, propostas segundo os usos específicos do território.

QUADRO 04 – Elaboração dos planos regionais PPA 2008-2011

Plano	Local e ano de elaboração	Estruturação do plano
Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Seridó	Caicó, 2000.	Volume 1: <u>Diagnóstico</u> Conceituações Procedimentos metodológicos Abordagem espacial Dimensão ambiental Dimensão tecnológica Dimensão econômica Dimensão sócio-cultural Dimensão político-institucional Análise do ambiente externo
		Volume 2: <u>Estratégias, programas, projetos e sistema de gestão</u> Estratégias Programas e projetos Sistema de gestão do plano Procedimentos para implementação
Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Açu	Natal, 2009.	Volume 1: <u>Diagnóstico</u> Conceituações Procedimentos metodológicos Dimensão ambiental Dimensão econômica Dimensão sócio-cultural Dimensão científico-tecnológica Dimensão político-institucional
		Volume 2: <u>Programas, projetos e modelo de gestão</u> Cenários do contexto Ambiente externo e interno Eixos estratégicos Programas e projetos Modelo de gestão Custo de financiamentos dos programas e projetos
Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Natal – RMN Metrópole 2020 Incluindo a Região do Litoral Oriental	Recife, 2007.	Volume 1: <u>Diagnóstico, tendências, cenários e diretrizes</u> Diagnósticos e tendências Cenários desejado e as diretrizes
		Volume 2: <u>Ações, projetos estratégicos e modelo de gestão</u> Ações e projetos estratégicos Modelo de gestão metropolitano
Continua nas páginas seguintes.		
Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Mossoroense	Natal, 2009.	Volume 1: <u>Diagnóstico</u> Conceituações Procedimentos metodológicos Dimensão ambiental Dimensão econômica Dimensão sócio-cultural Dimensão científico-tecnológica Dimensão político-institucional

		<p><u>Volume 2: Programas, projetos e modelo de gestão</u></p> <p>Contexto externo e análise regional</p> <p>Ambiente externo e interno</p> <p>Eixos estratégicos</p> <p>Programas e projetos</p> <p>Custo de financiamentos dos programas e projetos</p> <p>Modelo de gestão</p>
Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Médio Oeste	Natal, 2007.	<p><u>Volume 1: Diagnóstico</u></p> <p>A região do Médio Oeste</p> <p>Conceituações</p> <p>Procedimentos metodológicos</p> <p>Diagnóstico da dimensão ambiental</p> <p>Dimensão econômica</p> <p>Dimensão sócio-cultural</p> <p>Dimensão científico-tecnológica</p> <p>Dimensão político-institucional</p>
		<p><u>Volume 2: Programas e projetos</u></p> <p>Cenários do contexto</p> <p>Análise do ambiente externo e interno</p> <p>Eixos estratégicos</p> <p>Programas e projetos</p> <p>Modelo de gestão</p> <p>Priorização e custo de financiamentos dos programas e projetos</p>
Plano	Local e ano de elaboração	Estruturação do plano
Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte	Documento comprometido não exibe ano nem local	<p><u>Volume 1: Diagnóstico</u></p> <p>Conceituações</p> <p>Procedimentos metodológicos</p> <p>Diagnóstico da dimensão ambiental</p> <p>Dimensão econômica</p> <p>Dimensão social</p> <p>Dimensão político-institucional</p>
		<p><u>Volume 2: Estratégias, programas, projetos e modelo de gestão</u></p> <p>Cenários do contexto</p> <p>Descrição dos programas e projetos</p> <p>Estrutura do modelo de gestão</p>
Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Alto Oeste	Natal, 2006.	<p><u>Volume 1: Participação da sociedade</u></p> <p>Listas dos participantes nas oficinas municipais</p> <p>Procedimentos metodológicos</p> <p>Oficinas municipais</p> <p>Oficinas sub-regionais</p> <p>Oficina regional</p>
		<p><u>Volume 2: Diagnóstico</u></p> <p>Conceituações</p> <p>Caracterização regional</p> <p>Dimensão ambiental</p> <p>Dimensão econômica</p> <p>Dimensão sócio-cultural</p> <p>Dimensão político-institucional</p>
		<p><u>Volume 3: Estratégia</u></p> <p>Cenários do contexto</p> <p>Análise do ambiente externo e interno</p> <p>Eixos estratégicos</p> <p>Programas e projetos</p> <p>Modelo de gestão</p> <p>Priorização dos projetos</p>
Plano Regional do	Natal, 2004.	<u>Volume 1: Diagnóstico</u>

Desenvolvimento Sustentável do Agreste, Potengi e Trairi		Conceituações Caracterização regional Dimensão ambiental Dimensão econômica Dimensão sócio-cultural Dimensão político-institucional
		<u>Volume 2: Programas e projetos</u> Cenários do contexto Análise do ambiente externo Eixos estratégicos Programas e projetos Modelo de gestão Priorização dos projetos
		<u>Volume 3: Participação da sociedade</u> Listas dos participantes nas oficinas municipais Procedimentos metodológicos Relatório das oficinas municipais

Fonte: Banco de Dados da Pesquisa de Mestrado, 2011.

Interessante que os planos regionais sigam um roteiro comum, desenvolvam instrumentos de participação da sociedade, como ocorreu nos planos das Regiões: Agreste, Potengi e Trairi, e na Região do Alto Oeste. Mas, essa menção já era uma orientação do planejamento territorial elaborado na década de 1950. Os documentos e obras clássicas do planejamento territorial em sua origem mencionavam imprescindível informar os sujeitos sobre o plano e observar as suas reações para ajuste e aprimoramento no processo (NOGUEIRA, 1980).

A participação da população começa na informação das finalidades do plano, em seguida consultam-se as aspirações e sugestões, seja individual ou coletivamente (por grupos, instituições, órgãos representativos) da sociedade a qual se planeja tendo ativa participação do quadro técnico do planejamento e de representantes regionais para as porções do território em planejamento (LEBRET, *et al.* 1973 [1953]). O planejamento territorial é um processo de criação contínua que exige estudos, equipes e a *participação ativa da população* (ANHAIA MELLO, 1960). Então, não há novidade na participação em teoria, e sim o fato de ser inserida, mesmo que timidamente na prática Potiguar.

Todavia, cada plano detalha os objetivos dos eixos de desenvolvimento listados no PPA-2008-2011, embora tenham sido elaborados em datas divergentes do período de vigência do plano, a maioria antecedente. Mas, esse não é um problema de fundo, pois o quadro das desigualdades socioespaciais tende a se acentuar, a questão são os pactos e conteúdos desses planos principalmente seu conceito de território e a não atualização das

regiões para planejamento. A discussão do território é inexistente, aparecendo como base física e natural (recursos e aspectos dos ecossistemas) ou político-administrativa, desconsiderando o seu uso como abrigo. Mesmo ao levantarem objetivos para a melhoria da “qualidade de vida” não exibem as metodologias para oferecê-la e tão pouco o quadro das desigualdades pelas localidades e seus problemas.

Os sistemas de gestão são sempre respaldados pelo orçamento e finanças nos planos regionais do planejamento Potiguar. Evidentemente, todo o planejamento deve possuir respaldo orçamentário e financeiro para execução dos projetos, programas e objetivos do plano. Entretanto, esse momento e instante não deve se a orientação ou ênfase do planejamento sob pena de reduzi-lo aos aspectos financeiros e fiscais. A visão da Política deve ser o sustentáculo para uma orientação dos investimentos distribuídos no tempo como nos ensina Lebrete *et. al.* (1973 [1953]).

Desse modo, conclui-se que a prática do planejamento territorial Potiguar é de caráter formal. O formalismo enquadra a realidade em normas e aspectos legais que negligenciam o território usado. O planejamento setorial-formal limita perspectivas totalizantes. De fato, a norma é importante e seus instrumentos de fiscalização carecem sempre de aperfeiçoamento, mas trata-se da concepção de políticas e sua implantação contemplando o território usado.

Ainda, se constata que as diretrizes do planejamento Potiguar, orçamentária e financeira, engessam as regionalizações que foram elaboradas em contextos pretéritos usando-as para a elaboração política do presente. Haja vista que em seus documentos, os PPAs, e os Planos Regionais do Quadro 04 (p. 150), não se exibem a metodologia para definição das suas regionalizações, mantêm-se as regionalizações elaboradas pelos estudos de 1975, assim se fala em engessamento das regionalizações. Conforme pode se observar, são as mesmas.

Compreende-se que a concepção territorial pactuada pelo planejamento Potiguar, pactos territoriais funcionais (SANTOS, 2012 [1987]), colabora com a manutenção e acirramento das desigualdades socioespaciais em seu território usado. O território compreendido pelo planejamento do Estado do Rio Grande do Norte é como uma superfície para ação, um palco em que os grupos se organizam, pactuam e intervêm em pontos específicos do território.

Pelas leituras territoriais aqui exibidas e no transcorrer dos capítulos assegura-se que há um divórcio entre política e território, entre discurso e ação. O território é um adereço para

a elaboração política. Ainda, a prática do território como plataforma ou palco das ações políticas provoca erros de projeto e desconsidera o movimento do território. “O território continua a ser usado como palco de ações isoladas e no interesse conflitante de atores isolados” (SANTOS, 2012 [1987], p. 134). Essa prática compromete a realização da Política pelo enfrentamento mais democrático dos sistemas de desigualdades entre os locais.

A base material de raridades propicia um cotidiano compartilhado pela constituição dos lugares a partir da condição de pobreza. Os aconteceres solidários se constituem de diversas maneiras, são estabelecidos pelas pessoas, como por exemplo, pelos dados dessa dissertação uma pessoa que mora no município de Touros, que possui mais de 15 anos é analfabeta, mora em um domicílio com um tipo de esgotamento sanitário precário (sem banheiro), possui um rendimento mensal até meio salário mínimo. Esse pessoa se uni aos seus coexistentes na constituição dos seus lugares. Dessa forma, a pobreza é compartilhada.

As respostas dadas no âmbito da política prática não podem ser baseadas na opinião de um só sujeito, pois devem ser sujeitas ao acordo de muitos, porque existem muitas soluções possíveis e não apenas uma (ARENDT, 1981). Conforme visto neste capítulo, por meio dos Planos de Governo do Potiguar, a prática e concepções do planejamento em discurso referencia o enfrentamento das desigualdades socioespaciais. Mas, o planejamento Potiguar preparou o território para uso das empresas, ou seja, o uso corporativo quando se investe em programas e ações para acentuar a fluidez por meio do aprofundamento do meio técnico-científico-informacional. Os repasses, orçamentos e finanças são instrumentos que viabilizam as ações de planejamento, mas o planejamento não se resume a eles.

Por força de lei a operacionalização do planejamento no território usado Potiguar obedece às disposições orçamentárias, financeiras e fiscais. As demandas do presente forçam uma fiscalização das finanças e aplicação dos recursos. Os documentos seguem a normalização prevista por lei. Todavia, a contraposição com o real-concreto, representado pelas cartografias expõem uma contradição elementar: Por que a configuração territorial Potiguar, com o decorrer do tempo, vai aprofundando as desigualdades socioespaciais a partir das densidades populacionais e técnicas?

Argumenta-se que o distanciamento da Política por que o planejamento é cooptado e exercido pelo capital e seus grupos hegemônicos, transvesti-se no planejamento corporativo do território, que aprofunda as desigualdades. Mas, o concreto, vivenciado pelos lugares, revelador das zonas de densidades e zonas de rarefações técnicas, implica na *especialização dos lugares* (SOUZA, 2008). Essa difusão específica do meio técnico-científico-

informacional em determinados pontos do território Potiguar é a base material para a reprodução da vida dos sujeitos geográficos e o contexto para enfrentamento do verdadeiro planejamento territorial. Essa é a questão de fundo territorial das desigualdades socioespaciais.

A síntese da matriz de periodização exibida no Esquema 02 e Esquema 03 (respectivamente p. 47 e p. 117) subsidia a captação de sinergias que são heranças da formação territorial coexistentes com novas dinâmicas. Visualizam-se duas como principais para a alimentação das desigualdades socioespaciais nessa realidade estudada: a alienação da maioria da população em submissão ao sistema e a perpetuidade da forma de fazer política.

Mas, o corpo do planejamento mostra sua tônica, e, sobretudo, sua concepção de mundo que implica nos usos do território direcionados pela política. Revelando-se a prática de um formalismo, porque o planejamento deve incorporar a banalidade do território por seus usos, todos, e o que ocorre é o benefício do uso corporativo que o pacto político, exibido pelos planos e concepções do sistema de ação, forçosamente privilegia.

Capítulo 5

O PLANEJAMENTO CONSIDERANDO O TERRITÓRIO USADO

“Os valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela. [...] O valor-de-troca revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e espaço.”

Karl Marx,
O Capital, 2006 [1998].

Fotografia 18: Casa às margens de rodovia estadual no Município de Açu – RN.

Fonte: Markelly Fonseca às 09h23min, 05 de jan. 2013.

Fotografia 19: Lojas comerciais no Município de Mossoró – RN.

Fonte: Markelly Fonseca às 17h28min, 04 de jan. 2013.

A concretude da vida manifesta os conteúdos existenciais da sociedade, ou melhor, do território usado. De fato, a pobreza do presente se manifesta distinta do tempo passado, porque o período histórico a globalizou (SANTOS, 1995). Então, o acesso e o uso dos elementos dessa contemporaneidade são intensamente desiguais por que são seletivos (SOUZA, 2008).

Na **Fotografia 18** trouxe o exemplo do território usado como abrigo no Rio Grande do Norte. São condições de moradia culturalmente concebidas mediante formação territorial. Observe que há ação do Governo Federal revelada pela cisterna (programa federal) Essa imagem retrata uma casa de taipa em que suas condições de moradia mostram uma precariedade infraestrutural simultânea ao acesso da modernidade incompleta. Já na **Fotografia 19** visualizam-se corporações no município de Mossoró sendo exemplo do uso do território como recurso.

O cidadão no lugar onde vive deve usar as possibilidades que lhes convém, e os objetos geográficos que lhes são essenciais⁹¹ a manutenção da vida. É claro que a discussão do que seja essencial é questão complexa, entretanto, existencialmente o ser humano para viver necessita de alimentação, habitação, lazer, educação e saúde. Mas, deve ser enfrentada pelo planejamento, assumindo conteúdos básicos e essenciais a serem disponibilizado banalmente, enfrentando assim o valor agregado aos locais e os subespaços vivenciados pela população (ORTEGA Y GASSET, 1961; SANTOS, 2012 [1987]).

Todos os usos do território devem ser considerados no processo de planejamento, porque “Todos os cidadãos têm direito a um território; ao uso do território, independentemente de sua condição social, de raça, de sexo. Enfim, não há possibilidade da existência, sem o uso do território (SOUZA, 2010, p. 54)”.

A difusão do meio técnico-científico-informacional demonstra a raridade de objetos geográficos que condicionam e aprisionam a sociedade Potiguar num sistema de privações de todas as ordens. Os processos decorrentes dessa realidade constituem lugares⁹² das

⁹¹ Um aprofundamento dessa discussão encontra-se na obra de vários filósofos, aqueles que nos inspiram: Ortega Y Gasset, Heidegger, só para citar alguns.

⁹² Santos (2011 [2000]) propõe uma *federação dos lugares* quando se pensa uma nova estrutura política-territorial a partir da construção de uma base comum preñe de pluralidades dos lugares. Quando se busca soluções concebidas pelo conhecimento dos lugares os fundamentos para a constituição da federação dos lugares estará lançado.

desigualdades em relação aos lugares que vivenciam uma base material densa tecnicamente e aqueles que compartilham os locais das raridades territoriais. Neste último capítulo se trouxe a síntese dos usos territoriais do planejamento Potiguar contraposta ao entendimento do planejamento territorial segundo a defesa do território como abrigo.

Usos do território Potiguar segundo seu planejamento

O homem coexiste socialmente pelas relações, e, assim produz Geografia, constituída pelo espaço geográfico. Dessa maneira, essas relações podem ter uma natureza política, econômica, cultura ou social e são sempre espaciais, porque transformam paisagens, usam territórios, geram lugares e regiões. As características do período histórico atual repercutem na complexidade da realidade acontecendo, e, desse modo, a compreensão dos problemas demanda esforço totalizante.

Somente com a prática do planejamento territorial se alcançará o exercício do planejamento autenticamente democrático e popular, ou seja, quando os planos contemplarem o lugar, a democracia e a participação social se efetivarão. Por que o território usado é de todos, não apenas das corporações que o usam como recurso, mas também daqueles que o usam como abrigo, esse é o uso como sobrevivência, ou seja, são estratégias que se antecipam a sua condição concreta, pois “o sobreviver é estar no futuro” (SOUZA, 2004a, p. 79).

Nesse sentido, a política por meio do seu planejamento do território usado Potiguar ao considerá-lo como categoria fundamental na consecução dos seus produtos: planos, projetos, programas e objetivos abrirá caminho para um exercício amplamente democrático e libertário.

O território é fato que condiciona e também manifesta o exercício do poder nos ensina Ribeiro (2003). O território usado se revela numa “[...] configuração espessa de mediações (materiais e imateriais) que concretiza o agir político” (RIBEIRO, 2003, p. 37). A potencialidade desse conceito é revelada por sua posição estratégica como uma ponte entre a teoria crítica do espaço e a ação política. Essa compreensão contribui com o diálogo transdisciplinar que deve alimentar o planejamento. Dessa maneira, o território é praticado por que usado (RIBEIRO, 2003).

O conhecimento geográfico, como os usos do território, permite subsidiar a formulação política, possuindo um fundamento real e concreto para sua realização lá onde a

prioridade é maior, a depender dos locais, e segundo suas demandas. Contemplando as expressões da coletividade e não priorizando alguns segmentos, como acontece. Acontecerá uma objetivação da política uma vez que é com o lugar que a vida acontece, e como o mundo se realiza particularizando-se.

Na realidade a política na forma do planejamento praticado é esvaziada de Política, pois a pactuação, no sentido político original para existir demanda sempre uma visão totalizante, a partir de todos. Os agentes, principalmente do capital financeiro internacional na forma das suas corporações, se valem do conhecimento territorial, e praticam políticas para se perpetuarem na condição em que estão e ascenderem sempre em seus lucros. Uma das saídas é a tomada de consciência dessa realidade pela maioria, que são pobres e excluídos desse mundo seletivo.

Listamos a seguir alguns usos do território identificados e que permitem a elaboração de estratégias para a formulação de políticas objetivas e totalizantes.

1. A formação territorial norte-riograndense elaborou uma estrutura que alimenta e aprofunda as raridades territoriais e seus processos de escassez de objetos fundamentais para a manutenção da vida a sua sociedade. Um sistema perverso, porque as zonas territoriais de densidades técnicas se relacionam complementarmente às zonas de rarefações técnicas.
2. A concepção territorial praticada pelo planejamento do Estado do Rio Grande do Norte além de manter aprofunda as desigualdades socioespaciais potiguaras na medida em que não lida com a dinâmica dos lugares e não se antecipa a realidade concreta da maioria da população Potiguar. Justamente pela prática do território como superfície de localização.
3. O sistema de planejamento Potiguar utiliza uma somatória de informações e um conhecimento pontual sobre as suas políticas e isso prejudica a captação dos problemas emergenciais para seu combate, e, sobretudo o futuro fica destinado à manutenção do capital e não ao território usado por todos.

4. A preocupação do planejamento norte rio-grandense é aprofundar o uso corporativo do território na manutenção das hegemonias, no exercício de governos que disseminam a defasada teoria do “desenvolvimento” revelada pelos seus planos orçamentários. Cedendo à pressão das verticalidades na implantação de projetos, como a preparação do território ao turismo, por exemplo. Praticando um formalismo na montagem do seu sistema de planejamento quando não exercitam a atualização das regionalizações.
5. O conhecimento geográfico sobre o Rio Grande do Norte produzido pela Geografia Potiguar precisa ser processual. Haja vista a pluralidade teórica há raros trabalhos totalizantes e prospectivos. E a Geografia por ofício pretende-se estratégica quando oferece a leitura territorial: usos do território, identificação ou formulação de regiões, compreensão de paisagens e conhecimento das dinâmicas dos lugares. Assim, os contextos para as negociações, pactuações e decisões, que no debate coletivo, vão se definir mais totalizante.
6. O entendimento de território palco ou território de referência espacial provoca equívocos de projetos e, principalmente, desconsidera os novos movimentos e os lugares onde *contra-racionalidades* (SANTOS, 2009 [1996]) se forjam, e são nesses lugares onde o mundo novo, com o limiar de uma nova civilização estar a germinar. O planejamento Potiguar ignora a *esquizofrenia do território* (SANTOS, 2011 [2000]) ao negligenciar o estudo dos usos do território e sua relação com as verticalidades.
7. Uma questão urgente é o enfrentamento da densidade populacional aderida ao paradigma das grandes cidades. No caso Potiguar o descompasso entre duas cidades populosas, Natal e Mossoró que se constituem como “nós” das densidades técnicas e pontos luminosos do meio técnico-científico-informacional ao mesmo tempo no intraurbano as desigualdades são acirradas.
8. É preciso o enfrentamento da questão estrutural do território usado Potiguar sob pena do aprofundamento das desigualdades

socioespaciais. Uma perspectiva geográfica seria a implantação do planejamento territorial discutindo-se a formação de uma *base comum* essencial à sociedade Potiguar. O planejamento territorial Potiguar precisa considerar a difusão do meio técnico-científico-informacional como leitura territorial, na observação das densidades técnicas que formam um RN luminoso relacionadas às raridades técnicas expressando opacidades, no que se denominou de *os dois Rios Grandes do Norte*. Essa é a realidade concreta da difusão do meio técnico-científico-informacional que subsidiaria dois grandes planos para o Rio Grande do Norte.

9. O conhecimento do território é uma perspectiva para a elaboração de políticas totalizantes aos locais onde os problemas são vivenciados. Sem um sistema de conhecimento profundo do território usado a democracia em sua plenitude não se forja.

Os usos do território Potiguar exibidos nessa dissertação demonstram a disseminação do meio técnico-científico-informacional na seleção dos pontos densos de técnica e facilitadores da conexão mundo-lugar. Quanto maior o detalhamento, maior a aproximação dos lugares. O detalhe explicita e fundamenta o pensamento, combatendo as metáforas (SANTOS, 2008 [1994]).

Dos pactos territoriais funcionais ao planejamento do território usado

O uso corporativo do território é um planejamento para o capital, no qual as empresas fazem política, porque se valem do conhecimento profundo dos usos do território para sua intervenção e lucro, se reverte no pano de fundo do planejamento dito público. E por que a prática territorial do planejamento não utiliza das tecnologias de conhecimento do território usado para o benefício dos lugares em seu conjunto?

Discutiu-se que a concepção de território enquanto superfície de localizações para a ação política é equivocada para o combate às desigualdades socioespaciais, uma vez que essa prática política beneficia alguns segmentos do capital, ou melhor, o uso corporativo do território. Ao conceber as políticas a partir dos usos do território a negociação torna-se mais

acirrada, chamam-se todos os agentes ao debate, os atritos e tensões aumentam, e, conseqüentemente se conceberão políticas mais plurais.

A investigação do território usado Potiguar leva-se a questionar a prática do planejamento no Brasil. Na realidade Potiguar o planejamento com base em estudos territoriais foi iniciado, preparado, mas a sua manutenção foi abortada, e o mais grave, antigas metodologias ainda são instrumentos de intervenção numa desconsideração do movimento histórico, e desse modo em equívocos de projeto e ação. O planejamento do território pelo Estado do Rio Grande do Norte é um engodo. Há um planejamento setorial, temático e orçamentário com respaldo na prática da formalidade constitucional.

Visualizar o desenho do planejamento Potiguar, seu funcionamento e como as influências do planejamento brasileiro se deram como verticalidades no território usado Potiguar e, por sua vez, sua psicoesfera na formação dos locais das desigualdades provoca um repensar ao retorno à Política e a liberdade, principalmente, à Política como ação.

Os princípios metodológicos pretendem-se totalizantes na medida em que incorporam o movimento e a totalidade da sociedade a partir do território usado: sociedade em ação na constituição do território pelas inscrições dos usos e seus valores. Encarar as desigualdades socioespaciais é lidar com um processo da formação socioespacial brasileira, que estrutural, apresenta elementos que se expressam em todo o território nacional, particularizando-se a partir do lugar.

É mister que em cada contexto histórico a totalidade da sociedade é aquilo que a mesma considera como tal, ou melhor, como coletividade. A sociedade grega onde surgiu a política era praticada pelos habilitados: os cidadãos eram homens livres. Mas, no movimento da história todos os seres humanos passaram a serem considerados homens livres. Após grandes revoluções, com a concepção dos direitos humanos universais a luta deve ser direcionada na ampliação desses direitos.

Sabe-se que existem algumas experiências de participação da sociedade no processo de planejamento, porém não se trata em consultar a população, que desde os documentos iniciais do planejamento enquanto institucional de governo levantava a importância em saber os interesses do conjunto social em planejamento. Trata-se da vontade de encarar o mundo atual e de antecipar-se aos processos em cursos.

O primeiro momento para a elaboração de planos concebidos territorialmente é o conhecimento profundo da constituição dos usos do território. Atualmente os Sistemas de

Informação Geográfica – SIGs⁹³ possibilitam montar um banco de dados complexos e georeferenciados, ou seja, localizados em suas coordenadas geográficas, para a produção de mapas temáticos. Esse instrumental técnico auxilia na interpretação e exibição da totalidade a qual se pretende planejar.

Esquematizando etapas metodológicas elaboradas por Souza (1979) temos:

- a) Um intenso levantamento sobre os usos do território, sejam dados primários (trabalhos de campo) e/ou secundários (consoante as variáveis chaves);
- b) Tratamento desses dados na forma de cartografias e/ou utilização daqueles já existentes, também outros instrumentos técnicos de informação, como tabelas, quadros, gráficos, esquemas, fotografias entre outros;
- c) Produção das cartografias temáticas e análise do banco de dados (conhecimento profundo dos usos do território);
- d) Entrega de relatório com a leitura territorial e incitação a novas pesquisas, pois o planejamento é movimento (visão estratégica sobre os lugares).

Os caminhos para a instrumentação política devem passar pelo debate de metodologias que incorporem a dinâmica dos lugares e outras que rompam com a ideia estática do planejamento, ou sua visão técnica e economicista. Como propõe Santos (2008 [1994]) um novo planejamento que desafie as verticalidades na emergência das contraracionalidades no processo de planejar.

Informar é governar, informação é poder. A *densidade informacional* permite abrir novos caminhos consoante as horizontalidades relacionadas com as verticalidades (SANTOS, 2008 [1994]). O acesso à informação é uma das características do momento, mas somente o meio técnico-científico-informacional denso facilita esse acesso.

⁹³ A partir dos SIGs produzem-se as representações dos dados: gráficos, tabelas, quadros, e, sobretudo, cartogramas temáticos. A cartografia que não deve ser confundida com desenho de mapa é a ferramenta indispensável para a laboração estratégica do processo de planejamento. Todavia o Brasil ainda possui um sistema de informações e produção de dados que carece de integração e articulação. É difícil realizar a compatibilidade entre os bancos de dados das diversas instituições e demais órgãos oficiais públicos. Também há uma incipiente disponibilidade ou acesso as informações para os pesquisadores e cientistas, acarretando grandes dificuldades para uma leitura territorial mais reveladora dos processos e dinâmicas do uso do território e dos lugares. Por isso insi-se que deva haver um investimento profundo no conhecimento dos usos do território nacional (SOUZA, 1988).

A informação e comunicação são instrumentos para o fazer política. A informação incita o pensar sobre o mundo (SOUZA, 2007). Os vetores da informação trazem o mundo, ela chega de cima para baixo, mas a comunicação é realizada de baixo para cima, na organicidade dos sujeitos (SANTOS, 2011 [2000]).

Questionando-se sobre como repensar o planejamento regional Santos (2008 [1994]) propõe o planejamento através do conhecimento do mundo e dos lugares.

Entre o que somos e o que desejamos ser, entre os impasses atuais e as possibilidades e esperanças, jamais o homem e as regiões necessitaram tanto do conhecimento. Tudo começa com o conhecimento do mundo e amplia-se com o conhecimento do lugar, tarefa conjunta que é hoje tanto mais possível porque cada lugar é o mundo. É daí que advém uma possibilidade de ação. Conhecendo os mecanismos do mundo, percebemos por que as intencionalidades estranhas vêm instalar-se em um dado lugar e nos armamos para sugerir o que fazer no interesse social (SANTOS, 2008 [1994] p. 110-111).

A elaboração política deve vale-se do conhecimento dos usos do território. Os planos Potiguares, como visto no capítulo 4, generalizam o conhecimento de território, há escassez de detalhes, e, sobretudo, da linguagem cartográfica para apuração da base material e direcionamento das diretrizes políticas. “A viabilidade política de um projeto não deveria ser um dado e sim objeto de construção, da mesma maneira que o é a obra física do projeto” (CORAGIO, 1987 [1982], p. 77).

A atenção especial para o planejamento Potiguar no trato com a problemática das desigualdades socioespaciais advém do próprio conceito de planejamento em argumentação no texto no qual a intenção de futuro é seu fundamento. Instrumental da política, o planejamento é o movimento de elaboração e negociação deliberada pela política. Essa, em seu conceito original, é entendida como prática social para a convivência no diverso e manutenção da vida.

A sobreposição das cartografias temáticas é uma base valiosa para a ação política, porque estratégica. A partir dessa realidade o governo do Estado do RN poderia elaborar ações direcionadas aos locais Potiguares segundo sua especificidade, contemplando o território como abrigo, e não deixando a própria sorte e a luta pela sobrevivência realizada pelos lugares. O planejamento será territorial quando contemplar o território usado por todos dignificando a vida.

Assim sendo,

Se o universo é definido como um conjunto de possibilidades, estas pertencem ao mundo todo e são teoricamente alcançáveis em qualquer lugar, desde que as condições estejam presentes. O lugar é o encontro entre *possibilidades* latentes e *oportunidades* existentes ou criadas. Estas limitam a concretização das ocasiões (SANTOS, 2008 [1994], p.40 [grifo do autor]).

A questão da concentração de objetos essenciais é a problemática das desigualdades socioespaciais e suas expressões para os Potiguares. Decorre uma complexidade e agravamento do sistema de vida que é urgente enfrentar se a sociedade quiser aprumar os rumos e corrigir erros históricos, sobretudo, formar uma sociedade livre. A pobreza, vivenciada por muitos, enxergada nesse trabalho geograficamente pelo quadro estrutural das desigualdades na totalidade do território Potiguar exhibe a perversidade da sua violência. Essa é vivenciada pelos locais nas zonas de raridades técnicas. Essa condição de pobreza perpetua doenças de todas às ordens, físicas, sobretudo psíquicas. O caminho é a busca pela disponibilização de possibilidades por meio da construção de uma *base comum* (SANTOS, 2012 [1987]).

Antes de qualquer organização ou do poder político do governo do Estado do RN montar seu sistema de monitoramento territorial, a Universidade deve antecipar-se nas proposituras e possuir um monitoramento do território usado Potiguar para oferecer como conhecimento. Evidente, a Geografia Potiguar possui estudos sobre a realidade geográfica estadual, entretanto, não há um núcleo de debate e disseminação de projetos prospectivos, mormente geográficos, que se antecipem aos problemas territoriais.

As conjunturas mudam em tempos curtos, mas a estrutura permanece. Então, o “quadro de vida” continua o mesmo para muitos, e pior, a tendência é acentuar-se. Por isso é preciso que

A plena realização do homem, material e imaterial, não depende da economia, como hoje entendida pela maioria dos economistas que ajudam a nos governar. Ela deve resultar de um quadro de vida, material e não material, que inclua a economia e a cultura. Ambos têm que ver com o território e este não tem apenas um papel passivo, mas constitui um dado ativo, devendo ser considerado com um fator e não exclusivamente como reflexo da sociedade. É no território, tal qual ele atualmente é, que a cidadania se dá tal como ela é hoje, isto é, incompleta (SANTOS, 2012 [1987] p. 18).

É mister fomentar cidadania, qual seja capaz de oferecer respeito e cultura possibilitando a busca pela liberdade (SANTOS, 2012 [1987]).

A visão de mundo, os conteúdos de valorização dos planos precisam ser humanísticos. Porque o homem é o ponto de partida e o de chegada às questões da existência. Os atributos de valor devem partir do homem e chegar ao homem evitando a autodestruição dos homens entre si e do seu habitat. O mundo é uma natureza modificada pela ação do homem, é uma construção, uma outra natureza tecnicamente constituída. Trazer à tona os elementos de sua constituição é caminhar rumo à elaboração do futuro: em que todos os homens se beneficiem ao seu modo de uma base comum. Onde essa base comum seja o real-concreto na suscitação das liberdades.

Contudo, mesmo que essa tomada de consciência seja tímida, ou inibida pelas hegemonias, os lugares se unem em resistência na luta pela sobrevivência. Esses processos da realidade concreta são exemplos do território em ação, são contra-racionalidades, que encontram, inventam e inovam a construção de um novo tempo, um novo mundo motivados pela experiência da escassez. Esse movimento deve ser acompanhado pelas ciências humanas, e a Geografia possui um papel fundamental, porque o lugar se tornou sobrejamente estratégico.

A atenção deve ser para a perversidade na cooptação dos lugares como resistência pelas hegemonias, por esse mundo “globalizado” na imposição de suas redes de reprodução e conexão que através da propagação de suas ideologias, criam psicoesferas: sustentabilidade, meio ambiente, inclusão pela participação; escamoteiam e adiam a colocação das questões reais e urgentes, ou melhor, o debate profundo sobre a realidade. A Geografia deve suscitar elementos para uma revolução cultural, para uma revolução estruturalmente territorial.

Por um novo paradigma

Considera-se o conceito de território usado como fundamental na construção do planejamento territorial, na concepção desse trabalho, ainda inexistente na realidade brasileira, segundo o planejamento Potiguar. O planejamento territorial brasileiro para tornar-se territorial de fato, e não apenas em enunciado, deve utilizar a categoria território usado, uma vez que o território usado expressa todos os usos sociais e propõe metodologias para pensar a partir dos lugares.

A Geografia para lidar com a Política deve produzir análises totalizantes, desde que a concepção política seja aquela que “[...] considera todos como seu objeto e não apenas alguns; uma política a serviço da humanidade, e não apenas do mercado e da acumulação” (SOUZA, 2004a, p. 79).

Como se discutiu nessa dissertação na apresentação de uma base material que é fato das condições de vida da população Potiguar a prática das ações políticas e seu planejamento negligencia os estudos territoriais a partir do território usado. Mas, as coexistências herdadas de seu processo de formação territorial exibem a prática de um uso específico para benefício de segmentos sociais de origem econômica levando a reboque outros usos importantes, como o uso do território como abrigo.

O retorno às questões do planejamento nacional, pensando-se sua formação socioespacial traz à baila o confronto entre o Brasil que se realiza e aquele que se deseja viver. Esse seria o novo paradigma a ser criado, como já foi mencionado nesse texto. Pois, o planejamento com vistas no futuro remete-se à sua origem a constituição do mundo. Desse modo, a Geografia e se propõe a pensar junto com outros saberes no projeto de nação, está intrinsecamente relacionada com o planejamento.

O debate sobre a formação socioespacial atinge a questão estrutural e pressiona seu enfrentamento. Nesse sentido, é possível construir um texto em que o *futuro é âncora* (SOUZA, 2004a; SANTOS, 2009 [1996]).

EM BUSCA DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL, CONSIDERANDO...

Neste trabalho, exibiram-se alguns usos do território segundo a difusão do meio técnico-científico-informacional na formação de manchas territoriais de raridades e as de densidades técnicas no Estado do Rio Grande do Norte: o perfil da população Potiguar segundo esgotamento sanitário, deficiências permanentes e classes de rendimento; os tipos de habitação; a disseminação da ciência, conhecimento, informação e tecnologia por meio da dispersão das universidades e consumo de energia elétrica por tipo de estabelecimento; alguns estabelecimentos de saúde; e algumas indústrias são expressões dos dados que em conjunto mostram o quadro das desigualdades socioespaciais Potiguares.

Assim, investigou-se o aprofundamento das desigualdades socioespaciais pela difusão do meio técnico-científico-informacional. Esse, altamente seletivo e conectado ao mundo quando se encontra em sua forma plena nas porções territoriais de densidades técnicas. A retrospectiva dos Planos de Governo do Rio Grande do Norte revela o discurso e pacto territorial funcional com as corporações quando o foco é o desenvolvimento pela industrialização ou a preparação do território estadual ao turismo, principalmente.

Desse modo, a difusão territorial das desigualdades socioespaciais se processa a partir da condição em que a seletividade dos lugares é viabilizada pela forma plena do meio técnico-científico-informacional. As desigualdades socioespaciais se revertem no grande processo social e estrutural a ser resolvido e que vai sendo alimentado e acirrado, porque os pobres criam formas e maneiras para acessar o mundo novo e sobreviver diante dessa realidade concreta. Mas, o debate lançado diz respeito à vida segundo as necessidades criadas, pois todos têm direito ao uso, a viver e não sobreviver.

Há que se considerar a distância entre ação e política, dissociadas por outro jeito de governar, por outro modo de fazer política nos moldes do período histórico constituído e sua formação socioespacial essencialmente capitalista. Esses conteúdos são essenciais para compreender por que a questão estrutural é levada a reboque pelos processos socioespaciais do país. Mas, ela explode, grita e retorna sempre como a revanche dos lugares. No Rio Grande do Norte ficou evidente a contradição entre o sistema de governo montado na execução do planejamento corporativo e o quadro de vida da sociedade como todo revelando

a totalidade do território em exíguas porções plenas do meio técnico científico-informacional margeadas por extensas porções de raridades técnicas.

Mas, dada à complexidade do período técnico-científico-informacional, as porções densas de técnicas também vivenciam extremas desigualdades socioespaciais, bem como nas porções de raridade desse meio há verticalidades altamente técnicas, como no município de Areia Branca com a instalação de torres para a captação de energia eólica é um exemplo. E, sobretudo, a força da criatividade advinda do lugar é uma característica decisiva dos tempos presentes, e que é negligenciada pelo planejamento Potiguar.

Embora haja esforços na compreensão da dimensão territorial e sua incorporação no planejamento, tanto pelos estudos teóricos, como pela prática política dos sistemas de planejamento, particularmente no Brasil, o entendimento do território ainda permanece enquanto palco ou plataforma para as ações políticas e não como território usado. O planejamento deve antecipar a resolução dos problemas territoriais, geograficamente concebidos como sinônimos dos problemas sociais, a partir da sua concepção territorial e o debate da sociedade para elaboração de políticas segundo o que cada localidade necessita, além da objetivação em tempo curto um olhar para o futuro da sociedade que se deseja viver.

O retorno à filosofia humanística deve ser o fundamento do planejamento praticado no Brasil e, dessa maneira, no Rio Grande do Norte. Embora algumas políticas ou programas de ação resvalém na tentativa de direcionar as ações a partir dessa concepção, na prática a força do capital e suas implicações são mais poderosas. Porque as relações e pactuações políticas, sociais, econômicas e culturais, ou seja, territoriais, são essencialmente capitalistas na forma de governo, mas há os lugares resistindo e usando o território como abrigo. Entretanto, o planejamento concebe o território enquanto plataforma para as ações políticas negligenciando o território praticado e usado como fundamento para a elaboração política.

A distância entre Política e ação pode ser percebida quando a gestão substituiu o planejamento nacional. A tônica atual se fundamenta no planejamento estratégico com ênfase na competitividade local, atributos do uso corporativo do território. O retorno à discussão Política passa pelo debate da formação socioespacial, e desse modo se forjará a base comum para uso do cidadão.

O jeito de fazer política e de montar o planejamento Potiguar foi constituído ao longo de sua formação territorial. Pela leitura territorial, em consecução pela matriz de periodização, os períodos de influência no planejamento Potiguar, recente e ainda prematuro, são: o

movimento da própria *formação territorial* (1º Período) nos contornos dos limites político-administrativos e na elaboração dos usos do território atual; o esforço de implantação do *planejamento territorial* (2º Período) na intenção de erradicar as desigualdades socioespaciais a partir da intervenção estatal vislumbrando mudanças estruturais e as metamorfoses para o *planejamento setorial-formal* (3º Período) na prática do formalismo ao invés da Política.

A questão estrutural alimenta às desigualdades socioespaciais escancaradamente expostas pelo território usado pelo povo Potiguar. Diante do movimento da experiência de escassez dialeticamente coexistente às manobras do capital para se manter questiona-se sobre como enxergar e compreender esse mundo novo, esse novo período histórico em emergência? Sendo o planejamento o instrumental na elaboração de políticas, há inúmeras possibilidades para enfrentamento dessa questão. Mas, como se configurará essa revolução territorial?

A ausência de debate profundo e rigoroso, o não enfrentamento da realidade em suas perversidades atuais, e a depuração das possibilidades são erros gravíssimos no movimento da vida, da história, e, no confabular o futuro. Os geógrafos devem enfrentar o território esquizofrênico (SANTOS, 2011 [2000]), ou seja, o duplo caráter do território usado em acolher os vetores do mundo dito globalizado ao impor uma nova ordem esmagadora e marginal ao mesmo tempo sua reação na forma de uma contra-racionalidade pela união das pessoas em insurreição à globalização. E ainda, mergulhar profundamente nas tensões entre o mundo e o lugar.

Um caminho seria enxergar o *grito do território*⁹⁴, paisagens e usos do território, que em seu concreto aguça expor seu avesso para a superação da cultura do lucro proporcionada pelo sistema socioespacial de reprodução. São as sinergias e diacronias do mundo do presente que o labor em descobrir o encoberto do real-concreto traz uma seriedade imensa e no qual esse trabalho foi apenas um momento e esforço de método na esperança de suscitar debates.

Entretanto, vimos que a criação da disseminação de uma base comum como essencial debate para a realidade brasileira está ligado à discussão da formação socioespacial e o retorno ao planejamento nacional na construção de um projeto de nação. Então, as possibilidades são enxergadas a partir do real-concreto. O planejamento segundo o território usado instaurará a concepção de políticas territoriais, assim plurais e localizadas conforme as necessidades objetivas da sociedade que a compõe. Mas, quais caminhos o país está

⁹⁴ Expressão de Souza (2000, p. 5) ao constatar que o falseamento de índices e medições matemáticas por organismos de governo e outras instituições são desmascarados pelas paisagens em seus significados e essências altamente reveladoras de desigualdades socioespaciais.

desenhando ao seu futuro? Quais conteúdos socioespaciais são fundamentais para a manutenção da vida? Como o lugar se constitui enquanto resistência para enfrentar as perversidades das desigualdades socioespaciais em seu cotidiano e instaurar uma revolução territorial? Ou melhor, como acompanhar os movimentos do lugar na sua condição de revanche à globalização?

REFERÊNCIAS

- ANHAIA MELLO, Luiz de. **A carta dos Andes**. Tradução de Gustavo Neves da Rocha Filho. Seminário de técnicos e funcionários em planejamento urbano. Centro Interamericano de Vivenda e Planejamento (CINVA). São Paulo: Edições de Bem Estar, Urbanismo, Habitação, 1960.
- ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo; introdução de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Forense; Rio de Janeiro: Salamandra; São Paulo: Edusp, 1981. Título original: *The human condition*.
- _____. **O que é política?** 2. ed. Obra póstuma com organização de Ursula Ludz. Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 240p. 1.ed. Brasileira 1999. Título Original: *Was ist Politik?*
- BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 2. ed. Tradução de Silvia Mazza. São Paulo: Perspectiva, 1993. Título Original: *Storia della città*
- BIRKHOLZ, Lauro Bastos. **O ensino do planejamento territorial**. Tese de concurso para provimento da cátedra planejamento II (1ª e 2ª partes) da FAU-USP. São Paulo: 1967.
- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Câmara dos Deputados. 35. ed. [1. ed. de 5 de outubro de 1988]. Brasília, DF: Centro de Documentação e Informação. Edição Câmara, 2012. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 28 jun. 2013.
- BRITTO, Luiz Navarro de. **Política e espaço regional**. São Paulo: Nobel, 1986.
- BRUNA, Gilda Collet. Planejamento regional. In: BRUNA, Gilda Collet; NOGUEIRA, Brenno Cyrino (Org.). **Introdução ao planejamento**. São Paulo: FAU-USP: 1980. p. 97-99
- CHAUÍ, Marilena. O que é política? In: NOVAES, Adauto (Org.). **O esquecimento da política**. Rio de Janeiro: Agir, 2007. p. 27-53
- CORAGGIO, José Luis. Possibilidades de um planejamento territorial para a transição na América Latina. **Espaço & Debate**, ano VII, n. 20, 1987. p. 63-94 Tradução de Luís Octávio da Silva. Título Original: *Possibilidades de una planificación territorial para la transición en América Latina*. (texto originalmente publicado pelo Centro de Investigaciones CIUDAD em dezembro de 1982)
- ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, mai. 2007, p. 25-39

- FELIPE, José Lacerda Alves; CARVALHO, Edilson Alves de; ROCHER, Aristotelina P. Barreto. **Atlas escolar do Rio Grande do Norte: espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa: Grafset, 2006.
- FURTADO, Celso. **Economia do desenvolvimento**: curso ministrado na PUC-SP em 1975. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. Arquivos Celso Furtado 1975 p. 27-139
- _____. **Em busca de novo modelo**: reflexões sobre a crise contemporânea. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 101p.
- _____. **O mito do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1974. 117p.
- _____. **O nordeste e a saga SUDENE (1958-1964)**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009. Arquivos Celso Furtado 1959 p. 29-71
- GEORGE, Pierre. **Compendio de geografia urbana**. Tradução Jorge Garzolini. Barcelona: Ediciones Ariel, 1964. Título original *Precis de geographie urbaine*
- _____.; *et. al.* **A geografia ativa**. Tradução de Gil Toledo; Manuel Seabra; Nelson de La Côte; Vicenço Bochicchio. 2. ed. São Paulo-Rio de Janeiro: Difel. S.A, 1968. 357p
Título Original: *La géographie active*
- HALL, Peter. **Cidades do amanhã**: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano no século XX. Tradução Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 1995. 550p. Coleção Estudos. Título original: *Cities of tomorrow*
- IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo**. 2 ed. 1. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2004. (1. ed. 1988).
- _____. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 5 ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Tradução Maria Cecília França. 2. ed. Campinas: Papirus, 1989. Título original: *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*.
- LAMPARELLI, Celso Monteiro. Louis-Joseph Lebreton e a pesquisa urbano-regional no Brasil: crônicas tardias ou história prematura. **Espaço & Debate**, Revista de Estudos Urbanos e Regionais, (Cidade Brasileira, século XX) São Paulo: NERU (Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais), ano XIV, n. 37, 1994, p. 90-99
- LE CORBUSIER. **Planejamento urbano**. Tradução de Lúcio Gomes Machado. Título original: *Mamière de penser l'urbanisme*. 3. ed. 2. reimp. São Paulo: Perspectiva, 2008. 200p.
- LEBRET, Louis Joseph. **Dinâmica concreta del desarrollo**. Barcelona: Heder, 1966. Versión castellana de María Luisa Medrano de la obra *Dynamique concrète du développement, les éditions, Économie et Humanisme*, París, 1961.

- _____. *et. al. Esbôço de uma carta de ordenação*. Tradução da *Charte de l'Aménagement*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU/USP: Laboratório de Programação Gráfica, 1973. Carta resultante dos Estudos realizados em 22 a 29 de setembro de 1952 em *La Tourette*, França e publicada na revista *Économie et Humanisme*, n. 79 mai./jun. 1953 p. 79-88
- LINHARES, Lucas. Planejamento: do economicismo moderno à dialética socioespacial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 10, n. 1, mai. 2008, p. 29-48
- LIPIETZ, Alain. Alguns problemas da produção monopolista do espaço urbano. Tradução de Maria Adélia A. de Souza. **Espaço & Debate**, Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo: Cortez, ano 7, n. 7, out./dez. 1982, p. 5-20 (*artigo publicado originalmente em "Notes méthodologiques en architecture, n. 5, Centre M.M.I. – Institut de l'Environnement – jul. 1976.*)
- MAAR, Leo Wolfgang. **O que é política**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985. 117p. Coleção Primeiros Passos
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico. **Estudo da dimensão territorial para o planejamento**: sumário executivo. Brasília: Ministério do Planejamento, 2008. v. I. Disponível em: <www.planejamento.gov.br/planejamentoterritorial>. Acesso em: 14 mai. 2009.
- NOGUEIRA, Brenno Cyrino. O urbanismo. In: BRUNA, Gilda Collet; NOGUEIRA, Brenno Cyrino (Org.). **Introdução ao planejamento**. São Paulo: FAU-USP: 1980. p. 61-66
- ORTEGA Y GASSET, José. **Ideas y creencias**: otros ensayos de filosofía. 6. reimp. Madrid: Alianza, 2005. 197p. 1. ed. 1986
- _____. **Meditación de la técnica**: vicisitudes de las ciencias; bronca en la física, prólogos a la biblioteca de ideas del siglo XX. 4. ed. Madrid: Revista de occidente, 1961. (1. Edição: 1939)
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). **Território Brasileiro**: usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003. 610p. Cap. 01 p. 29-40
- _____. Reforma urbana nos limites da modernização. **Espaço & Debate**, Revista de Estudos Urbanos e Regionais, (Cidade Brasileira, século XX) São Paulo: NERU (Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais), ano XIV, n. 37, 1994, p. 100-106
- RIBEIRO, Ana Clara Torres; PIQUET, Rosélia Périssé da Silva. Tempos, idéias e lugares: o ensino do planejamento urbano e regional no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 10, n. 1, mai. 2008, p. 49-59

- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. 3. Reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. (1. ed. 1995). 476 p.
- RIO GRANDE DO NORTE. **Constituição Estadual do Estado do Rio Grande do Norte**. (Edição Revisada e Atualizada). Rio Grande do Norte: Procuradoria Geral do Estado, 2001. Disponível em: <<http://www.rn.gov.br/conheca-o-rn/constituicao/#>>. Acesso em: 18 out. 2010.
- ROCHEFORT, Michel. O futuro das metrópoles no mundo globalizado. In: SOUZA, Maria Adélia A. de (Org.). **A metrópole e o futuro: refletindo sobre Campinas**. Campinas: Edições Territorial, 2008. p. 23-34
- SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1994. 145p.
- _____. **Da política dos estados à política das empresas**. Caderno da Escola do Legislativo, Belo Horizonte, 3 (6) jan./jun. 1998. p. 9-23. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/CadernosEscol/Caderno6/santos.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2010. Palestra proferida a Escola do Legislativo. Curso de formação política 14 out. 1997.
- _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 5. reimp. São Paulo: Edusp, 2009. 388 p. (1. ed. 1996) Coleção Milton Santos
- _____. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1979. 156 p.
- _____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 6. ed. 1. reimp. São Paulo: Edusp, 2012. 136 p. (1. ed. 1988) Coleção Milton Santos
- _____. **Metrópole corporativa e fragmentada: o caso de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009. 129p. (1. ed. 1990). Coleção Milton Santos
- _____. **O espaço do cidadão**. 7. ed. 1. reimp. São Paulo: Edusp, 2012. (1. ed. 1987) Coleção Milton Santos
- _____. O futuro das megacidades: dualidade entre o poder e a pobreza, **Cadernos Metrôpole**, n. 19 em 1995 p. 15-25 Debate realizado no Seminário Internacional "O futuro das megacidades" promovido pela Companhia Souza Cruz
- _____. O papel ativo da geografia: um manifesto. In: PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral; PROVESI, José Roberto (org.). **Milton Santos: globalização, território e política em debate**. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2007. P. 57-66 (Manifesto divulgado no XII Encontro Nacional de Geógrafos realizado em Florianópolis no ano de 2000)
- _____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de.; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território, globalização e fragmentação**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994. 322 p. p. 15-20

- _____. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. 1. reimpr. São Paulo: Edusp, 2008. 1. ed. 1978 (Coleção Milton Santos)
- _____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. (1. ed. 2000).
- _____. **Técnica, Espaço e Tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008. (1. ed. 1994) Coleção Milton Santos
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001. Cap. XII p. 259-277
- SOUZA, Maria Adélia A. de. A geografia da solidariedade. **Geotextos**, v. 2, n. 2. 2006 p.171-178
- _____. A geografia do mundo e a globalização. **Carta Internacional**, São Paulo: jun. 1996, n. 41, ISSN 1413-0904 p.6
- _____. **A geografia e o conhecimento do mundo.** São Paulo, 8 e 9 jun. 1995. 11 p. Reunião dos programas de pós-graduação em geografia organizada pela ANPEGE no Departamento de geografia da USP. Disponível em:<http://www.territorial.org.br/ins_biblioteca.htm>. Acesso em: 22 mar. 2009.
- _____. A metrópole e o futuro: a dinâmica dos lugares e o período popular da história. In: _____. (Org.). **A metrópole e o futuro:** refletindo sobre Campinas. Campinas: Edições Territorial, 2008. p. 35-53
- _____. Conexões geográficas: um ensaio metodológico: uma versão ainda preliminar. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 71, 1. s. São Paulo: AGB, 1993. p. 113-127
- _____. Debate sobre a crise do planejamento. **Espaço & Debate**, São Paulo: Cortez, ano 1, n. 1, jan. 1981, p. 103-126
- _____. Entrevista. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 35, jan./jun. 2003, ISSN-0103-3964 , p. 174-210
- _____. Entrevista. **Revista Discente Expressões Geográficas**, Florianópolis-SC, n. 3, p. 01-19, mai. 2007. Disponível em:< www.geografias.cfh.ufs.br>. Acesso em: 24 mai. 2011.
- _____. Geografia, paisagens e a felicidade. II Colóquio Internacional sobre a ideia de felicidade. Fortaleza, 10 e 11 de mar. 2003.
- _____. Geografias das desigualdades: globalização e fragmentação. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território:** Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994. p.21-28
- _____. **Governo urbano.** São Paulo: Nobel, 1988. Coleções espaços. 84p.

- _____. Introdução. In: _____ (Org.). **Território Brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003. 610p. Introdução p. 17-26
- _____. Manifesto por uma Geografia Nova. In: BRANDÃO, M. A. (Org.) **Milton Santos e o Brasil: território, lugares e saber**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p.75-79
- _____. O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente. In: DEÀR, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004. p. 111-143
- _____. O lugar como resistência: uma dimensão da realidade do futuro. In: SILVA, Maria Auxiliadora da; TOLEDO JR., Rubens de; DIAS, Clímaco César Siqueira (org.). **Encontro com o pensamento de Milton Santos: o lugar fundamentando o período popular da história**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 2005. 284p. p.189-198
- _____. **Planificação regional: a experiência brasileira de planejamento regional**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-FAU, 1979. 32p. Curso de Especialização em Planejamento Regional pela FAU-USP.
- _____. **Política e território: a geografia das desigualdades**. Campinas, 5 jun. 2002. Texto apresentado no Fórum Brasil em questão – Universidade de Brasília. Disponível em: <http://www.territorial.org.br/ins_biblioteca.htm>. Acesso em: 22 mar. 2009.
- _____. Regionalização: um tema geográfico e político, o caso paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: Associação de Geógrafos Brasileiros, n. 50, mar. 1976 p. 103-142
- _____. Relatório Técnico Final “Território usado, participação e assistência social”. Vinhedo-SP. Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social (contratante). Vinhedo-SP: TERRITORIAL Instituto de Pesquisa, Informação e Planejamento (contratado). Abr. 2011.
- _____. Território e lugar: em busca de uma Pastoral Urbana mais orgânica. In: BRIGHENTI, Agenor (Org.). **Pastoral Urbana: categorias de análise e interpelações pastorais**. Brasília: Edições CNBB, 2010. p. 42-63
- _____. **Território Usado**. São Paulo, 20 mai. 2011. Anotações de aula da disciplina Espaço Geográfico, Território e Sociedade: revisitando o método geográfico – Curso de Pós-Graduação em Geografia Humana/USP.
- TRICART, Jean; SANTOS, Milton. **Estudos de geografia da Bahia: geografia e planejamento**. Salvador, BA: Imprensa Vitória, publicações da Universidade da Bahia, 1958.
- WILHEM, Jorge. **O substantivo e o adjetivo**. São Paulo: Perspectiva, 1976. (Série Debates)

ZAHN, Carlos Eduardo. O município e o planejamento municipal integral. In: BRUNA, Gilda Collet; NOGUEIRA, Brenno Cyrino (Org.). **Introdução ao planejamento**. São Paulo: FAU-USP: 1980. p. 111-122

Anexo 1 – Bibliografia Consultada

Estudos sobre o Planejamento Territorial do RN a partir da Geografia:

FERREIRA, Larissa da Silva. **Planejamento e ordenamento territorial do turismo na região metropolitana de Natal-RN**. Natal, 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) UFRN, 2009.

Estudos abrangendo o RN como um todo:

ANDRADE, Manuel Correia de. **A produção do espaço norte-riograndense**. Natal: UFRN, CCHLA, 1995. 43p.

ARAÚJO, Maria Cristina Cavalcanti; SILVA, Valdenildo Pedro da. **Rio Grande do Norte: temáticas contemporâneas da reorganização do território**. Natal: Editora do CEFET-RN, 2007.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. **Fragmentação e gestão do território no Rio Grande do Norte**. São Paulo, 1998. 231 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, São Paulo, 1998.

COSTA, Eunice Correia da. **O fator urbano no RN: características das bases da vida de relações**. Dissertação orientada pelo professor. Pasquale Petrone. USP, geografia, 1977.

FELIPE, José Lacerda Alves; CARVALHO, Edilson Alves de. **Atlas Escolar Rio Grande do Norte**. João Pessoa-PB: Grafset, 2001 96p

Estudos na abordagem do território usado:

ARANHA, Pablo Ruyz Madureira. **Do mundo como norma ao lugar com forma: o uso do território pela estratégia saúde da família**. Natal, 2010. (Mestrado em Geografia) UFRN, 2010.

TAVARES, Edseisy Silva Barbalho. **O uso do território pelos serviços privados de saúde em Natal/RN**. Natal, 2010. (Mestrado em Geografia) UFRN, 2010.

GALVÃO, Iapony Rodrigues. **Para Compreender a fluidez: Os Grandes Sistemas de Movimento viário em Natal/RN**. Natal, 2011. (Mestrado em Geografia) UFRN, 2011.

COSTA, Jordana Medeiros. **Uso Corporativo do Território e Turismo no Rio Grande do Norte**. Natal, 2011. (Mestrado em Geografia) UFRN, 2011.

ALVES, Sandra Priscila. **O circuito espacial da produção petrolífera no Rio Grande do Norte**. Natal, 2012. (Mestrado em Geografia) UFRN, 2012.

No tema das desigualdades socioespaciais (em andamento):

- Observatório das Metrôpoles (Núcleo Natal): território, coesão social e governança democrática estuda as desigualdades promovendo, lançando o Mapa Social da Região Metropolitana de Natal. A pesquisa **Desigualdades Socioespaciais no Rio Grande do Norte, 2007-2010**. Coordenada pela prof. Rita de Cássia da Conceição Gomes (UFRN). Mas segundo texto de seu currículo lattes a abordagem sobre as desigualdades socioespaciais é partir dos referenciais de renda, emprego, educação e outros serviços segundo o Amartya Sen e o Rubens Kaztman.
- **O Meio Geográfico Atual do Rio Grande do Norte: novas materialidades, novas dinâmicas. 2010-2013**. Coordenada pelo prof. Aldo Aloísio Dantas da Silva (UFRN).
- **Saúde e Território Usado**. A efetividade do Plano Diretor de Regionalização do SUS. Os fluxos funcionais face a dinâmica dos lugares. 2010-2012. Coordenada pelo prof. Aldo Aloísio Dantas da Silva (UFRN).
- **Monitoramento e Uso do Território Potiguar**: subsídios para a formulação de políticas urbanas e regionais, 2009-2010. Coordenada pela prof. Maria Adélia A. de Souza.

Bibliografia consultada para Matriz de periodização

- ANDRADE, Manuel Correia de. **A produção do espaço norte-riograndense**. Natal: UFRN, CCHLA, 1995. 43p.
- MIRANDA, João Mauricio Fernandes de. **Evolução urbana de Natal em 400 anos 1599-1999**. Natal: Prefeitura e Governo de Estado, 1999. Coleção Natal 400 anos Volume VII.
- MEDEIROS, Tarcisio. **Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte**. Natal: Imprensa Universitária, 1973. 276p.
- TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2007. 305p.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **O território do sal: a exploração do sal marinho e a produção do espaço geográfico no Rio Grande do Norte**, Natal: UFRN, CCHLA, 1995. 73p. Coleção Mossoroense, v. 848.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História da república no Rio Grande do Norte**: da propaganda à primeira eleição direta para governador. Rio de Janeiro: Edições do Val Ltda, 1965.
- MOURA, Pedro Rebouças de. **Fatos da historia do RN**: ensaios para os que desejam conhecer e recordar nossa historia. 1ª Ed. Natal/ RN. Companhia editora do RN, 1986.
- MELO, Verissimo de. **Calendário cultural e histórico do Rio Grande do Norte**. 2ª Ed. Natal/RN. Conselho estadual de cultura, 1976.
- DOM-Diário Oficial do Estado do RN. Biblioteca Zila Mamede. Seção de documentos especiais.

- RIBEIRO, Ana Clara Torres; PIQUET, Rosélia Périssé da Silva. Tempos, idéias e lugares: o ensino do planejamento urbano e regional no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 10, n. 1, mai. 2008, p. 49-59
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 5. reimp. São Paulo: Edusp, 2009. 388 p. Coleção Milton Santos
- SOUZA, Maria Adélia A. de. Entrevista. **Revista Discente Expressões Geográficas**, Florianópolis-SC, n. 3, p. 01-19, mai. 2007. Disponível em: <www.geografias.cfh.ufs.br>. Acesso em: 24 mai. 2011.
- Legislação do Estado do RN disponível em: <<http://www.gabinetecivil.rn.gov.br/acess/legislacao.asp>>. Acesso em: 26, jan. 2013.

Notas de rodapé (outras)

- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960. 360p. Título original: *Les faits et les mythes*.
- CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- COSTA, Wanderley Messias da. **O estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.
- _____. **Geografia política e a geopolítica**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1992.
- FELIPE, José Lacerda Alves; CARVALHO, Edilson Alves de. **Atlas Escolar Rio Grande do Norte**. João Pessoa-PB: Grafset, 2001 96p.
- HOFMEISTER, Wilhelm; CARNEIRO, José Mário Brasiense (org.) **Federalismo na Alemanha e no Brasil**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, série debates, n. 22, v. 1, abr. 2001.
- LEBRET, Louis Joseph. **Manifesto por uma civilização solidária**. Tradução de Frei Benevenuto de Santa Cruz. 2. ed. São Paulo: Duas cidades, 1962. Título original: *Manifeste pour une civilisation solidaire*
- PUCHALA, Rosa Maria de F Braga. **Teoria do planejamento e do desenvolvimento**. (Mimeografado). FAU-USP, 1977. 12 p.
- RIO GRANDE DO NORTE. **Informações sobre o planejamento estadual**. Disponível em: <<http://www.seplan.rn.gov.br/inst-secretaria.asp>>. Acesso em 15 fev. 2011
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985. 88 p. (coleção espaços).
- SOUZA, Maria Adélia A. de. A explosão do território: falência da região? **Boletim de Geografia Teórica**, 22 (43-44). Rio Claro-SP. 1992. p. 393-398
- _____. Relatório Técnico-Científico do projeto “Território, lugar e poder”. São Paulo. FAPESP, 2000 (mimeo).
- ZMITROWICZ, Witold. Considerações sobre o conceito de planejamento. In: BRUNA, Gilda Collet; NOGUEIRA, Brenno Cyrino (Org.). **Introdução ao planejamento**. São Paulo: FAU-USP: 1980. p. 17-18

Anexo 2 – Tabelas completas

Tabela 02 – RIO GRANDE DO NORTE: Pessoas de 15 anos ou mais de idade, por existência ou não de pelo menos uma das deficiências investigadas, segundo o sexo e o nível de instrução. 2010.

Sexo e nível de instrução	Pessoas de 15 anos ou mais de idade por existência ou não de pelo menos uma das deficiências investigadas					
	Total*	% Total	Pelo menos uma das deficiências investigadas	% Pelo menos uma das deficiências investigadas	Nenhuma das deficiências investigadas	% Nenhuma das deficiências investigadas
Total	2 382 678	100	798 973	34	1 583 188	66
Sem instrução e fundamental incompleto	1 224 344	51	526 807	22	697 075	29
Fundamental completo e médio incompleto	398 261	17	100 953	4	297 290	12
Médio completo e superior incompleto	592 440	25	134 326	6	458 087	19
Superior completo	158 057	7	34 652	1	123 396	5
Não determinado	9 576	0	2 236	0	7 340	0
Homens	1 148 369	48	338 347	14	809 566	34
Sem instrução e fundamental incompleto	636 178	27	235 308	10	400 453	17
Fundamental completo e médio incompleto	186 899	8	39 522	2	147 373	6
Médio completo e superior incompleto	260 151	11	50 872	2	209 254	9
Superior completo	60 883	3	11 809	0	49 065	2
Não determinado	4 257	0	836	0	3 421	0
Mulheres	1 234 309	52	460 626	19	773 622	32
Sem instrução e fundamental incompleto	588 166	25	291 499	12	296 622	12
Fundamental completo e médio incompleto	211 362	9	61 431	3	149 917	6
Médio completo e superior incompleto	332 289	14	83 453	4	248 833	10
Superior completo	97 174	4	22 843	1	74 331	3
Não determinado	5 319	0	1 400	0	3 919	0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Nota: * Inclusive as pessoas sem declaração de pelo menos uma das deficiências investigadas.

Tabela 03 – RIO GRANDE DO NORTE: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por cor ou raça, a posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal. 2010.

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência												
	Total	% Total	Cor ou raça										Sem declaração
			Branca	% Branca	Preta	% Preta	Amarela	% Amarela	Parda	% Parda	Indígena	% Indígena	
Total	1 238 314	100	512 457	41	74 166	6	13 914	1	636 453	51	1 305	0	19
Empregados	860 806	70	358 021	29	51 856	4	9 697	1	440 420	36	813	0	-
Com carteira de trabalho assinada	471 212	38	202 420	16	28 390	2	5 052	0	234 791	19	559	0	-
Militares e funcionários públicos estatutários	80 813	7	40 739	3	4 015	0	905	0	35 060	3	93	0	-
Sem carteira de trabalho assinada	308 782	25	114 861	9	19 451	2	3 740	0	170 569	14	161	0	-
Conta própria	255 282	21	106 299	9	15 891	1	2 983	0	129 689	10	402	0	19
Empregadores	18 596	2	11 263	4	567	0	197	0	6 570	1	-	-	-
Não remunerados	23 420	2	9 681	1	1 183	0	261	0	12 267	1	28	0	-
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	80 209	6	27 193	2	4 670	0	777	0	47 507	4	63	0	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Censo Demográfico, Resultados da Amostra, 2010.

Tabela 04 – RIO GRANDE DO NORTE: População e Produto Interno Bruto segundo metodologia para registro fotográfico por Municípios consoante universo da seleção. 2010.

Município	Total da População	% do total da População Estadual	PIB a preços correntes (Mil Reais)	Registro Fotográfico
Natal	803.811	25,37	11.997.401	x
Mossoró	259.886	8,20	3.496.776	x
Parnamirim	202.413	6,39	2.350.562	x
Guamaré	12.431	0,39	1.197.835	x
São Gonçalo do Amarante	87.700	2,77	953.855	x
Macaíba	69.538	2,19	730.711	x
Caicó	62.727	1,98	548.174	x
Areia Branca	25.263	0,80	455.959	x
Macau	28.974	0,91	454.248	x
Açu	53.245	1,68	403.713	x
Ceará-Mirim	67.844	2,15	384.173	x
Currais Novos	42.668	1,35	338.680	x
Apodi	34.777	1,10	292.845	
São José de Mipibu	39.771	1,26	260.350	
Pau dos Ferros	27.733	0,88	225.508	x
Touros	31.076	0,98	210.706	
Nova Cruz	35.541	1,12	209.730	
Baraúna	24.187	0,76	207.111	
Santa Cruz	35.759	1,13	191.332	
Baía Formosa	8.569	0,27	190.236	
Arês	12.931	0,41	188.590	
Alto do Rodrigues	12.306	0,39	187.828	x
Caraúbas	19.582	0,62	169.582	
Canguaretama	30.900	0,98	167.532	x
João Câmara	32.203	1,02	167.063	
Goianinha	22.467	0,71	158.026	
Extremoz	24.550	0,78	149.619	x
Pendências	13.436	0,42	142.977	x
Tangará	14.175	0,45	76.364	x
Pedro Velho	14.119	0,45	70.664	x
Vera Cruz	10.725	0,34	50.508	x
Januário Cicco	9.009	0,28	46.772	x
Vila Flor	2.872	0,09	16.138	x
Pedra Preta	2.583	0,08	14.421	
Jardim de Angicos	2.607	0,08	14.136	
Timbaúba dos Batistas	2.295	0,07	13.534	
Taboleiro Grande	2.317	0,07	13.033	
João Dias	2.601	0,08	12.597	
Monte das Gameleiras	2.266	0,07	12.217	
Viçosa	1.618	0,05	9.000	x

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010.

Nota 1: Em 2010 o total da população do Estado do RN foi de 3.168.027 habitantes (Três milhões cento e sessenta e oito mil e 27 habitantes)

Nota 2: Em 2010 o total do PIB do Estado Potiguar foi R\$ 32.338.898 a preços correntes (Trinta e dois bilhões trezentos e trinta e oito mil oitocentos e noventa e oito reais)

Fonte: SUDENE-IBGE-SEPLAN, 1975.

Microrregiões Geográficas – IBGE (Divisão atual)

Zonas Homogêneas – Divisão IDEMA (a partir de 1975)

Microrregiões Homogêneas – IBGE (anos 70)

Mesorregiões – IBGE (anos 50-70)

Fonte: Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte – FIERN, 2009.

Apêndice 1 Mapa – RIO GRANDE DO NORTE: Limite político-administrativo e Base Cartográfica por Município. 2005.